

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriana Eugênia Antony Afonso

**Progressão Referencial e Sequências Textuais Argumentativas em
artigos de opinião de FHC**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO
2014

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Adriana Eugênia Antony Afonso

**Progressão Referencial e Sequências Textuais Argumentativas em
artigos de opinião de FHC**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi.

SÃO PAULO
2014

Banca Examinadora

Aos meus pais,
José Ribamar Soares Afonso (*In Memoriam*) e Heloísa Helena Antony Afonso,
os quais me concederam uma vida rodeada de amor, união e alegria,
além de me ensinarem o valor dos estudos
e ao meu marido, André Luis Rebello Afonso,
cujo amor, apoio e incentivo são determinantes na minha vida.
DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela força interior que mantém viva minha fé e minha obstinação.

A Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi, pelo profissionalismo, competência e dedicação os quais assimilei como exemplo.

Aos professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo carinho e atenção que sempre me dedicaram e pelo exemplo de profissionalismo que guardarei comigo, eternamente.

A minha “grande família”, liderada pela minha irmã Viviane, pelo suporte dado para que eu pudesse imergir nesse tempo de trabalho e estudo.

Aos meus filhos, Ariel, André Luis Filho e Anna Luisa, pela compreensão diante dos meus momentos de ausência e pelos abraços amorosos que aumentavam minhas forças durante o processo.

Às amigas Alcione Montandon e Liduína Macedo, pelo auxílio determinante em etapas desse caminho.

Aos colegas do grupo de Língua Inglesa, do Centro Universitário do Norte, pela alegria e descontração que transformou o nosso ambiente de trabalho, pelas palavras que incentivam e confortam em momentos difíceis.

Às amigas Lucimara Ferreira e Elzineide Melo, pela amizade recente com características de longa data, pelas conversas intermináveis que desafogam o peito e pelos confetes que sempre têm para jogar diante de nossas vitórias alcançadas.

“[...] a paixão é o que faz que eu ignore; a razão que eu conheça; e a força da vontade que eu possa aprender”.
(Prefácio de Retórica das Paixões de Aristóteles, escrito por Michel MEYER, 2000)

RESUMO

AFONSO, Adriana Eugênia Antony. **Progressão referencial e sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil, 2014.

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Texto e Discurso nas modalidades oral e escrita e tem, como tema, Progressão referencial e sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os objetivos específicos são identificar, descrever, analisar e interpretar a progressão referencial e as sequências argumentativas em artigos de opinião de FHC; e discutir o plano de texto em artigos de opinião de FHC. Os pressupostos teóricos situam-se na Linguística Textual e, para atingirmos os objetivos, embasamo-nos nos estudos dos seguintes teóricos: Bentes (2008), Fávero & Koch (2008) e Koch (2009), para os pressupostos da Linguística Textual; Koch & Marcuschi (1998), Mondada (2001), Koch (2009), Roncarati (2010) e Mondada & Dubois (2013), para a referenciação; Koch & Marcuschi (1998), Koch (2009, 2011a), Koch & Elias (2008, 2009), para a progressão referencial; e Adam (2008), para as sequências argumentativas e para os planos de texto. Os resultados obtidos em nossa análise evidenciam o uso das expressões nominais definidas como importante estratégia de progressão referencial, que permitem, ao interlocutor, reconhecer, por meio das escolhas feitas pelo produtor, o propósito comunicativo. Por outro lado, evidenciam, também, a complexidade dos encadeamentos textuais de enunciados, particularmente das sequências textuais argumentativas, que requerem um olhar muito mais amplo que o propriamente linguístico e estrutural.

Palavras-chave: sequências textuais argumentativas, progressão referencial, artigos de opinião

ABSTRACT

AFONSO, Adriana Eugênia Antony. **Progressão referencial e sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, Brasil, 2014.

This Master Degree Thesis is in the research line Text and Discourse, in written and oral modalities, and as a theme Referential Progression and Argumentative Textual sequences on texts of FHC. This research main objective is analyzing the referential progression and the argumentative textual sequences text of in Fernando Henrique Cardoso (FHC). The specifics objectives are to identify, describe and analyze the referential progression and argumentative sequences in texts of FHC; and interpret this relation between referential progression and argumentative sequences in texts of FHC. The theoretical basis is in the Textual Linguistic. To achieve our objectives, this research was based on the following authors: Bentes (2008), Fávero & Koch (2008) and Koch (2009), in the Textual Linguistic field; Koch & Marcuschi (1998), Mondada (2001), Koch (2008, 2009, 2010), Roncarati (2010) e Mondada & Dubois (2013), in the reference process field; Koch & Marcuschi (1998), Koch (2009, 2011a), Koch & Elias (2008, 2009), in referential progression field; and Adam (2008), in argumentative sequences field and textual planning. The obtained results in its analysis confirmed that the use of the nominal expressions as important strategy as a referential progression, which allows the interlocutor, recognizing by these textual choices, the communicative author's purpose. The texts, indicates that the textual connections of statements, particularly from the argumentative textual, needs a large focus than the linguistic and structural.

Key-words: Textual argumentative sequences, referential progression, FHC texts.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	
1.1 O artigo de opinião como gênero jornalístico	13
1.2 O jornal “O Estado de São Paulo”	15
1.3 Os artigos de Fernando Henrique Cardoso	16
1.4 Os artigos selecionados para análise	18
1.4.1 O golaço carioca	19
1.4.2 Herança pesada	21
CAPÍTULO 2 – PROGRESSÃO TEXTUAL E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS ARGUMENTATIVAS	
2.1 Situando os estudos do texto	24
2.2 A progressão textual referencial	31
2.2.1 Referência e referenciação	33
2.2.2 As estratégias de progressão referencial	39
2.2.2.1 O uso de expressões nominais definidas	40
2.3 Planos de textos e sequências textuais	45
2.3.1 Sequências textuais argumentativas	50
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	
3.1 Procedimentos analíticos	54
3.2 Análise do <i>corpus</i>	55
3.2.1 Artigo de opinião 1: O golaço carioca	55
3.2.1.1 Situando o artigo de opinião	55
3.2.1.2 As expressões nominais definidas	56
3.2.1.3 As sequências textuais argumentativas e o plano de texto	64

3.2.2 Artigo de opinião 2: Herança pesada.....	72
3.2.2.1 Situando o artigo.....	72
3.2.2.2 As expressões nominais definidas	73
3.2.2.3 As sequências textuais argumentativas e o plano de texto.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXOS.....	95
Anexo 1: “Cara ou coroa?”	96
Anexo 2: “Segundo turno”	98
Anexo 3: “Lunetas novas”	100
Anexo 4: “Silêncios que falam”	102
Anexo 5: “Novos desafios”	104
Anexo 6: “Crer e perseverar”	106
Anexo 7: “Pessoas e histórias”	109
Anexo 8: “Beijar a cruz”	111
Anexo 9 – “Sinais alarmantes”	113

INTRODUÇÃO

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Texto e Discurso nas Modalidades Oral e Escrita, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e tem por objeto de estudo a progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC.

O processo que envolve a construção de sentidos em um texto não é simples. O produtor recorre a uma série de estratégias visando orientar o seu interlocutor, por meio de marcas textuais para a construção desses sentidos. É um processo de interação, visto que os sujeitos estarão envolvidos em representações que incluem desde elementos encontrados na superficialidade linguística, perpassando por implícitos, até elementos relacionados ao contexto extralinguístico. É na interação que a realidade será (re)construída. O sujeito fará uso do material linguístico tendo em vista os seus propósitos, o seu projeto do dizer.

A atividade da escrita, mais precisamente, corrobora toda essa discussão e, mais ainda, exige do seu produtor uma competência discursiva que o leve a tomar decisões acerca de todo um processo que se inicia na escolha do gênero mais adequado à situação sociocomunicativa, e culmina na seleção de mecanismos que garantam a coerência global do texto.

A progressão referencial é apresentada a partir de discussões que a tomam como um dos recursos cujo objetivo é assegurar a organização de um texto sob uma perspectiva contínua. Dessa forma, na produção textual, observamos a construção dos sentidos a partir de escolhas realizadas pelo sujeito, as quais explicitam seus pensamentos e direcionam o leitor ao objetivo pretendido.

O trabalho com a argumentatividade, por sua vez, é identificado como construto do texto/discurso e como uma ação verbal cujo objetivo é convencer, persuadir, tornar, pelo menos, discutível uma opinião. Tudo isso, orientado por marcas linguísticas que representarão, no decorrer do texto, um propósito comunicativo.

Compartilhamos, ainda, a ideia de que há um valor argumentativo mesmo em textos que não se formem, especificamente, por esse tipo de texto. A diferença estará nos recursos utilizados que proporcionarão uma orientação argumentativa, com maior ou menor valor.

Partindo dessas reflexões, analisamos dois artigos de opinião de Fernando Henrique Cardoso (FHC) publicados no portal do jornal O Estado de São Paulo – *estadao.com.br*, pelo fato de serem disponibilizados em um veículo de comunicação de grande abrangência, a internet, e de se enquadrarem como um gênero opinativo de grande teor argumentativo permitindo a exposição de pensamentos e o diálogo com fatos do cotidiano, portanto direcionados a um auditório universal.

Este estudo justifica-se por acreditarmos que o assunto abordado evidenciará a importância do uso de estratégias textuais-discursivas na argumentação, tópico que interessa não somente a profissionais de Educação e Letras, mas também àqueles das áreas do Direito, do Jornalismo e da Publicidade.

Para tanto, orientamos esta pesquisa pelas seguintes perguntas: Como se apresentam os recursos de progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC? Como se constitui o plano de texto em artigos de opinião de FHC?

Temos, assim, por objetivo geral analisar a progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

1. identificar, descrever, analisar e interpretar a progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos os de FHC;
2. discutir o plano de texto dos artigos de opinião de FHC.

Para o desenvolvimento do trabalho, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos:

- estudo teórico sobre a progressão referencial e sobre as sequências textuais argumentativas;
- levantamento e seleção dos artigos para análise, a título de ilustração;

- definição de categorias de análise, de acordo com a base teórica adotada;
- análise dos textos orientada pelas categorias estabelecidas.

A fundamentação teórica está baseada nos estudos de Bentes (2008), Fávero e Koch (2008) e Koch (2009), para os pressupostos da Linguística Textual; Koch & Marcuschi (1998), Mondada (2001), Koch (2008, 2009, 2010), Roncarati (2010) e Mondada & Dubois (2013), para a referenciação; Koch & Marcuschi (1998), Koch (2009, 2011a), Koch & Elias (2008, 2009), para a progressão referencial; e Adam (2008), para as sequências argumentativas e planos de texto.

Organizamos esta dissertação em três capítulos, a saber:

- No capítulo I, fazemos uma exposição sobre textos opinativos no jornalismo e apresentamos um breve histórico do jornal “O Estado de São Paulo”. Delineamos, em seguida, um sucinto perfil de Fernando Henrique Cardoso e de seus artigos de opinião para evidenciar, em uma última seção, os dois artigos selecionados para a análise.
- No capítulo II, situamos os estudos do texto, apresentando a Linguística Textual como suporte da pesquisa, além de discutir sobre a progressão referencial e sobre as sequências textuais argumentativas e os planos de texto, que servem de base às análises do capítulo seguinte.
- No capítulo III, dedicamo-nos às análises dos artigos de opinião de Fernando Henrique Cardoso de acordo com as categorias, buscando observar as estratégias de progressão referencial e as sequências textuais argumentativas.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

Tendo em vista os objetivos a serem atingidos nesta pesquisa, selecionamos, como *corpus* dois artigos de opinião de Fernando Henrique Cardoso (FHC) extraídos do portal *estadao.com.br* do jornal *O Estado de São Paulo*.

Para contextualizar o *corpus* em estudo, faremos breves considerações sobre o gênero artigo de opinião segundo a vertente jornalística e, em seguida, um breve histórico do jornal *O Estado de São Paulo*. Posteriormente, evidenciaremos algumas informações relevantes sobre Fernando Henrique Cardoso e sobre seus artigos veiculados no portal do jornal em questão para, finalmente, apresentarmos os dois artigos selecionados.

1.1 O artigo de opinião como gênero jornalístico

Segundo Melo (2003), o jornalismo possui dois núcleos de interesse: a informação (saber o que passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que passa). Por esse prisma, o autor afirma que o relato jornalístico se disseminou em duas direções: a descrição e a versão dos fatos. No entanto, esse relato só se torna completo quando há um destinatário, o que o constitui como domínio autônomo do processo, já que o leitor/receptor tem a liberdade de escolher o que quer saber e de que forma.

Sob o prisma ideológico, o relato jornalístico necessita de um total cuidado ao estabelecer os limites entre a descrição e a versão dos fatos. É, exatamente, por esse viés que Melo (2003) identifica duas categorias: o jornalismo informativo e o jornalismo opinativo.

O jornalismo informativo corresponde aos gêneros cujas informações se estruturam

a partir de um referencial exterior à instituição jornalística: sua expressão depende diretamente da eclosão e evolução de acontecimentos e da relação que os mediadores profissionais (jornalistas) estabelecem em relação aos seus protagonistas (personalidades ou organizações) (MELO, 2003, p.65).

O jornalismo opinativo, por sua vez, tem sua mensagem “co-determinada por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)” (ibid.).

A partir dessa divisão, Melo assim classifica os gêneros:

- a) Jornalismo Informativo: nota; notícia; reportagem; entrevista.
- b) Jornalismo opinativo: editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; crônica; caricatura; carta.

Há várias dimensões no mundo, sob as quais, no jornalismo, utiliza-se o termo artigo. Para o jornalismo norte-americano, o gênero encontra-se dentro de uma categoria denominada *comment*¹. Ele se diferencia, portanto, da notícia, denominada *story*². Para o jornalismo britânico, possui a denominação *formal essay*, literalmente, “ensaio formal”. Para o jornalismo espanhol, com semelhança ao americano pela genericidade que envolve a opinião, evidenciamos Martínez Albertos (1974 *apud* MELO, 2003), que divide o artigo em duas categorias: o artigo editorial (produções próprias dos jornais que envolvem os acontecimentos cotidianos) e o artigo comentário (produções assinadas pelos jornalistas e colaboradores).

No jornalismo brasileiro, o conceito de artigo vem de outro espanhol Martín Vivaldi (1973 *apud* MELO, 2003): “Escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa na qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma ideia atual, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista” (ibid., p. 123). Partindo desse conceito, são especificados dois elementos para o artigo jornalístico: a atualidade (o articulista deve tratar de questões atuais, coadunando-se com o espírito do jornal,

¹ Segundo o dicionário Oxford (2009), o termo *comment* significa uma opinião, uma crítica breve inserida em um discurso.

² O termo *story*, significa, narração de um evento passado. Para o jornalismo, indica um artigo descritivo em um jornal.

envolvendo amplamente o momento histórico, com liberdade de conteúdo e de forma) e a opinião (o articulista, geralmente personalidade eminente, deve explicitar o seu ponto de vista de forma clara, posicionando-se diante dos fatos).

Conforme Melo (2003), do ponto de vista formal ainda se pode dividir o artigo em duas espécies – o artigo (propriamente dito) e a argumentação, diferenciadas pelo tratamento dado e pela argumentação. No artigo, os julgamentos se dão no entremear dos fatos, por isso são mais ou menos provisórios e a argumentação necessita de conhecimento e da sensibilidade do articulista. No ensaio, os pontos de vista são mais definitivos devido à sistematização com que são tratados os fatos apoiados em fontes legítimas e documentais.

Ainda segundo o autor, o artigo possui dois prismas seguindo sua finalidade: o doutrinário, que traz um articulista engajado na vida social e com condição intelectual de se apresentar nesse contexto, já que será necessário analisar questões de atualidade, e o científico, que visa apresentar novos conhecimentos alicerçando o avanço da ciência.

No jornalismo brasileiro, observamos a presença, cada vez maior, de outros profissionais, não somente jornalistas, mas também professores, políticos, pesquisadores etc. A escolha desses profissionais dependerá da área abordada, da competência e do engajamento desse sujeito frente aos assuntos sociais. Essa estratégia apresenta-se, também, como uma forma de trazer dinamicidade ao jornal, expondo diferentes pontos de vista sobre a realidade e instituindo debates sobre as mais diversas temáticas.

1.2 O jornal *O Estado de São Paulo*³

O Jornal *O Estado de São Paulo* (*Estadão*) circulou, pela primeira vez, em 04 de janeiro de 1875, sob o nome “A província de São Paulo”, por isso é considerado o jornal mais antigo ainda em veiculação.

³ Informações obtidas no portal *estadao.com.br*, link que evidencia o histórico do jornal. (<http://www.estadao.com.br/historico/>)

O Portal *estadao.com.br*, como veículo informativo em tempo real, foi inaugurado em março de 2000, constituindo-se como fusão de *O Estado de São Paulo* e do *Jornal da Tarde*, adequando-se aos padrões pós-modernos.

Além de seu apego a questões sociopolíticas, o referido jornal apresenta grande preocupação com a cultura, evidenciada, principalmente após a criação da Universidade de São Paulo (USP), que teve como grande colaborador o jornalista Júlio de Mesquita Filho, descendente de um dos fundadores do jornal e líder da campanha para a criação da Universidade.

É um jornal conservador e sua principal característica é a informação, trabalhada de forma ampla e possibilitando, aos leitores, o reconhecimento do cotidiano. Concomitante à informação, o veículo apresenta diversas perspectivas apresentadas em espaços de opinião, utilizado como fonte desta busca por textos opinativos os quais serão apresentados, a seguir, juntamente com o seu produtor.

1.3 Os artigos de Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso (FHC) é um eminente político brasileiro e, também, sociólogo, cientista político, professor universitário e escritor. Foi Presidente do Brasil de 1995 a 2002, cumprindo dois mandatos consecutivos. Possui inúmeras publicações que incluem mais de trinta livros, artigos em livros e periódicos, discursos, palestras, uma gama de artigos na imprensa, dentre outras.

Por ser altamente engajado na conjuntura sociopolítica, é frequentemente solicitado para evidenciar seu pensamento sobre diversas questões. Assim, encontramos, com frequência, seus artigos em jornais e revistas, nos quais se posiciona claramente diante dos fatos cotidianos, apresentando uma grande articulação com as palavras, apresentando, com isso, textos com alto poder argumentativo advindo de seu conhecimento prático.

FHC escreve para o *Estadão* desde 1988, contabilizando um total de cento e trinta e nove artigos de opinião. Desde o ano de 2003, são veiculados mensalmente no Jornal *O Estado de São Paulo* e, simultaneamente, em *O Globo* (RJ) e no *Zero*

Hora (RS)⁴. No “Estado de São Paulo”, seus textos são publicados no caderno 2, na seção Opinião, na coluna Espaço Aberto.

No portal *estadao.com.br*, há apenas parte dos artigos de FHC digitalizados, isto é, textos a partir de 2007, somando quarenta e cinco assim divididos: 2007 (um), 2009 (dez), 2010 (onze), 2011 (oito), 2012 (quatro), 2013 (oito) e 2014 (três).

Tendo em vista os objetivos pretendidos por esta pesquisa, utilizamos os seguintes critérios de seleção dos textos:

1. utilização de artigos que tivessem sido publicados no portal *estadao.com.br*, pela facilidade universal de acesso;
2. utilização de artigos que tivessem sido publicados nos últimos quatro anos, pela abordagem de questões mais recentes.

Dessa forma, levantamos um total de vinte e um artigos, veiculados de janeiro de 2010 a janeiro de 2014, quais sejam:

- 2010: Sem medo do passado (7 de fev.); A hora é agora (7 de mar.); Hora de união (4 de abr.); Construir sem demagogia (2 de mai.); Política externa responsável (6 de jun.); Eleição sem maquiagem (4 de jul.); Cara ou Coroa? (1º de ago.); Democracia virtual (5 de set.); Segundo turno (3 de out.); Lunetas novas (7 de nov.); O golaço carioca (5 de dez.).
- 2011: Tempo de muda (6 de fev.); Silêncios que falam (6 de mar.); Um novo Brasil (1º de mai.); Novos desafios (6 de jun.); A soma e o resto (3 de jul.); Davi e Golias (7 de ago.); Crônica de um tempo difícil (4 de set.); Incertezas (2 de out.); Corrupção e poder (6 de nov.); Encruzilhadas mundiais (4 de dez.).
- 2012: Crer e perseverar (5 de fev.); Ainda as privatizações (4 de mar.); Política e moral (6 de mai.); Política e meios de comunicação (3 de jun.); Herança pesada (2 de set.);
- 2013: Sem saudades (6 de jan.); Pessoas e estórias (3 de fev.); Razão e bom senso (7 de abr.); Tempos difíceis (7 de jul.); Falando

⁴ Informações encontradas na página da Fundação Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <http://www.ifhc.org.br/fhc/obra/artigos-na-imprensa/>. Acesso em: 22/02/14.

francamente (1º de set.); Sem complacência (3 de nov.); Sinais alarmantes (1º de dez.);

- 2014: Mudar o rumo (5 de jan.).

Todos os artigos oferecem subsídios para a realização das análises, entretanto selecionamos apenas dois: O golaço carioca (2010) e Herança pesada (2012). Dentre os motivos que nos levaram a essa escolha, o primeiro corresponde ao fato de que os temas tratados são focos de grandes discussões e debates por todas as esferas da sociedade brasileira. O segundo corresponde a características particulares de tessitura desses textos as quais nos despertaram o interesse, como leitores, desde o primeiro momento. Os textos remanescentes foram utilizados no capítulo teórico para exemplificação de tópicos textuais específicos.

1.4 Os artigos selecionados para a análise

Os artigos que escolhemos para a análise abordam temas voltados para o contexto nacional e de bastante simbolismo. Isso amplia o contingente de leitores, haja vista serem fatos discutidos com frequência por todas as esferas sociais, por representarem ainda questões atuais, mesmo tendo sido veiculados há, no mínimo, dois anos.

O primeiro artigo, *O golaço carioca*, evidencia a luta contra o crime organizado na cidade do Rio de Janeiro, questão corrente e que ainda é alvo de muitos conflitos políticos e sociais. O segundo, *Herança pesada*, elenca o legado deixado pelo antecessor da atual presidente do Brasil, Dilma Rousseff, os quais, segundo FHC, revelaram-se desfavoráveis e negativos para o crescimento do país.

1.4.1 O golaço carioca

O Rio marcou um gol, um golaço. E digo bem: foi a cidade do Rio de Janeiro, e não apenas seu governo, a polícia ou as Forças Armadas. A César o que é de César: a articulação entre governo, polícias e Forças Armadas foi importante e deixa-nos a lição de que sem articulação entre os muitos setores envolvidos na luta contra o crime organizado e sem disposição de combatê-lo a batalha será perdida. Mas sem o apoio da sofrida população do Rio, dos cariocas e brasileiros que habitam a cidade, e muito particularmente sem o apoio da população que vive nas comunidades atingidas pelos males da droga e pela violência do tráfico, o êxito inicial não teria sido possível.

Estive no Morro Santa Marta há pouco tempo, quando a Unidade da Polícia Pacificadora já estava estabelecida, e pude ver que efetivamente o medo e o constrangimento da população local haviam desaparecido. A droga ainda corre por lá, mas entre usuários, e não nas mãos de traficantes locais. Sei que em São Paulo e em outras regiões do País também há tentativas bem-sucedidas de devolver ao Estado sua função primordial: o controle do território e o monopólio do exercício da violência (sempre que nos marcos legais). Mas o caso do Rio é simbólico porque a simbiose entre favela e bairro, entre a cidade e a zona pretensamente excluída está entranhada em toda parte.

Há, portanto, o que comemorar. Faz pouco tempo eram quase 100 mil moradores de comunidades cariocas que se haviam libertado, graças à presença da Polícia Pacificadora, da sujeição ao terror do tráfico e das regras de "justiça pelas próprias mãos" ordenadas pelo chefões locais e cumpridas por seus esbirros. Com a entrada do Estado no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, há a possibilidade de incorporar mais gente às áreas restituídas à cidadania.

Mas essas populações serão mesmo restituídas à vida normal numa democracia? E neste passo começam as perguntas e preocupações. Sem que se restabeleçam as normas da lei, sem a permanência da força policial, sem que a Justiça comum volte a imperar, sem que a escola deixe de ser um local onde se trafica, sem que os mercados locais sejam interconectados com os mercados formais da cidade e sem que a educação e o emprego devolvam esperança aos "aviões" (os jovens coagidos a ser sentinelas dos bandidos e portadores de droga para os usuários), a vitória inicial será de Pirro. Neste caso, a não guerra em algumas comunidades pela fuga dos traficantes com parte de suas armas pode desdobrar-se adiante num inferno a que serão

submetidas populações de outras comunidades, seja por traficantes ou membros das milícias.

Não escrevo isso para diminuir a importância do que já se conseguiu, ao contrário. Mas, sim, para chamar à responsabilidade todos nós, como cidadãos, como pais, avós, como partes da sociedade brasileira, pelo que acontece no Rio e em quase todo o País. Fiquei muito impressionado com o que aprendi e vi ao integrar um grupo que está preparando um documentário sobre drogas. Estive em Vigário Geral num encontro que José Junior, do AfroReggae, proporcionou para que eu pudesse entrevistar traficantes arrependidos e policiais envolvidos nas guerras locais. Entrevistei muitas mães de família, mulheres em presídios, jovens vitimados pelo tráfico (e quem sabe se não partes dele também).

Eu havia estado na Palestina ocupada por forças de Israel e vi o constrangimento a que as populações locais são submetidas. Pois bem, no Rio de Janeiro, o constrangimento imposto pelo crime organizado e às vezes exacerbado pela violência policial, que por vezes se confundem, é pelo menos igual, se não maior, ao que vi na Palestina. A falta de liberdade de ir e vir que os bandidos de diferentes facções impõem a seus "súditos" forçados e o medo da "justiça direta" tornam as populações locais prisioneiras do terror do tráfico. E não adianta dar de ombros em outras partes do Brasil e pensar que "isso é lá no Rio". Não, a presença do contrabando, do tráfico e da violência do crime organizado está em toda parte. E a ausência do Estado também, para não falar que sua presença é muitas vezes ameaçadora pela corrupção da polícia e suas práticas de violência indiscriminada.

Se agora no Rio de Janeiro as ações combinadas das autoridades políticas e militares abriram espaço para um avanço importante, é preciso consolidá-lo. Isso não será feito apenas com a presença militar, a da Justiça e a do Estado. Este está começando a fazer o que lhe corresponde. Cabe à sociedade complementar o trabalho libertador. Enquanto houver incremento do consumo de drogas, enquanto os usuários forem tratados como criminosos, e não como dependentes químicos ou propensos a isso, enquanto não forem atendidos pelos sistemas de saúde pública e, principalmente, enquanto a sociedade glamourizar a droga e anuir com seu uso secreto indiscriminadamente, ao invés de regulá-lo, será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência. A diferença entre o custo da droga e o preço de venda induzirá os bandos de traficantes a tecer sempre novas teias de terror, violência e lucro.

Sem que o Estado, inclusive, se não que principalmente, no nível federal, continue a agir, a controlar melhor as fronteiras, a exigir que os

países vizinhos fornecedores de drogas coíbam o contrabando, não haverá êxito estável no controle das organizações criminosas. Por outro lado, sem que a sociedade entenda que é preciso romper o tabu e veja que o inimigo pode morar em casa, e não apenas nas favelas, e se disponha a discutir as questões fundamentais da descriminalização e da regulação do uso das drogas, o Estado enxugará gelo.

Ainda assim, só por liberar territórios nos quais habitam centenas de milhares de pessoas, o Rio de Janeiro enviou a todos os brasileiros um forte sinal de esperança.

1.4.2 Herança pesada

A presidenta Dilma Rousseff recebeu uma herança pesada de seu antecessor. Obviamente, ninguém é responsável pela maré negativa da economia internacional, nem ela nem o antecessor. Mas há muito mais do que só o infortúnio dos ciclos do capitalismo.

Comecemos pelo mais óbvio: a crise moral. Nem bem completado um ano de governo e lá se foram oito ministros, sete dos quais por suspeitas de corrupção. Pode-se alegar que quem nomeia ministros deve saber o que faz. Sem dúvidas, mas há circunstâncias. No entanto, como o antecessor desempenhou papel eleitoral decisivo, seria difícil recusar de plano seus afilhados. Suspeitas, antes de se materializarem em indícios, são frágeis diante da obsessão por formar majorias hegemônicas, enfermidade petista incurável.

Mas não foi só isso: o mensalão é outra dor de cabeça. De tal desvio de conduta a presidenta passou longe e continua se distanciando. Mas seu partido não tem jeito. Invoca a prática de um delito para encobertar outro: o dinheiro desviado seria "apenas" para o caixa 2 eleitoral, como disse Lula em tenebrosa entrevista dada em Paris, versão recém-reiterada ao jornal The New York Times. Pouco a pouco, vai-se formando o consenso jurídico, de resto já formado na sociedade, de que desviar dinheiro é crime, tanto para caixa 2 como para comprar apoio político no Congresso Nacional. Houve mesmo busca de hegemonia a peso de ouro alheio.

Mas não foi só isso que Lula deixou como herança à sucessora. Nos anos de bonança, em vez de aproveitar as taxas razoáveis de crescimento para tentar aumentar a poupança pública e investir no que é necessário para dar continuidade ao crescimento produtivo, preferiu

governar ao sabor da popularidade. Aumentou os salários e expandiu o crédito, medidas que, se acompanhadas de outras, seriam positivas. Deixou de lado as reformas politicamente custosas: não enfrentou as questões regulatórias para acelerar as parcerias público-privadas e retomar as concessões de certos serviços públicos. A despeito da abundância de recursos fiscais, deixou de racionalizar as práticas tributárias, num momento em que a eliminação de impostos se poderia fazer sem consequências negativas: a oposição conseguiu suprimir a CPMF, cortando R\$ 50 bilhões de impostos, e a derrama continuou impávida.

É longa a lista do que faltou fazer quando seria mais fácil. Na questão previdenciária, o único "avanço" não se concretizou: a criação de uma previdência complementar para os funcionários públicos que viessem a ingressar depois da reforma. A medida foi aprovada, mas sua consecução dependia de lei subsequente, para regulamentar os fundos suplementares, que nunca foi aprovada. As centenas de milhares de recém-ingressados no serviço público na era lulista continuaram a se beneficiar da regra anterior. Foi preciso que novo passo fosse dado pelo governo atual para reduzir, no futuro, o déficit da Previdência. Que dizer, então, de modificações para flexibilizar a legislação trabalhista e incentivar o emprego formal? A proposta enviada pelo meu governo com esse objetivo, embora assegurando todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição, foi retirada do Senado pelo governo Lula em 2003. Agora é o próprio Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo que pede a mesma coisa...

Mas o "hegemonismo" e a popularidade à custa do futuro forçaram outro caminho: o dos "projetos de impacto", como certos períodos do autoritarismo militar tanto prezaram. Projetos que não saem do papel ou, quando saem, custam caríssimo ao Tesouro e têm utilidade relativa. O exemplo clássico foi a formação a fórceps de estaleiros nacionais para produzirem navios-tanque para a Petrobrás (pagos, naturalmente, pelos contribuintes, seja por meio do BNDES, seja pelos altos preços desembolsados pela Petrobrás). Depois do lançamento ao mar do primeiro navio, com fanfarras e discursos presidenciais, passaram-se meses para se descobrir que o custo não fez jus a tanta louvação. Que dizer dos atrasos da transposição do São Francisco, ou da Transnordestina, ou ainda da fábrica de diesel à base de mamona? Tudo relegado aos restos a pagar do esquecimento.

O que mais pesa como herança é a desorientação da política energética. Calamos sobre as usinas movidas "a fio d'água", cuja eletricidade para viabilizar o empreendimento terá de ser vendida como se a produção fosse firme o ano inteiro, e não sazonal. Foi preciso

substituir o companheiro que dirigia a Petrobrás para que o País descobrisse o que o mercado já sabia, havendo reduzido quase pela metade o valor da empresa. O custo da refinaria de Pernambuco será dez vezes maior do que previsto; há mais três refinarias prometidas que deverão ser postergadas ad infinitum. O preço da gasolina, controlado pelo governo, não é compatível com os esforços de capitalização da Petrobrás. Como consequência de seu barateamento forçado - que ajuda a política de expansão ilimitada de carros com a coorte de congestionamentos e poluição - a produção de etanol se desorganizou a tal ponto que estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos!

Com isso tudo, e apesar de estarmos gastando mais divisas do que antes com a importação de óleo, o presidente Lula não se pejou em ser fotografado com as mãos lambuzadas de petróleo para proclamar a autossuficiência de produção, no exato momento em que a produtividade da extração se reduzia. No rosário de desatinos, os poços secos, ocorrência normal nesse tipo de exploração, deixaram de ser lançados como prejuízo, para que o País continuasse embevecido com as riquezas do pré-sal, que só se materializarão quando a tecnologia permitir que o óleo seja extraído a preços competitivos, que poderão tornar-se difíceis com as novas tecnologias de extração de gás e óleo dos americanos.

É pesada como chumbo a herança desse estilo bombástico de governar que esconde males morais e prejuízos materiais sensíveis para o futuro da Nação.

PROGRESSÃO TEXTUAL E SEQUÊNCIAS TEXTUAIS ARGUMENTATIVAS

Neste capítulo, estudaremos os pressupostos teóricos que embasam a pesquisa. Inicialmente, apresentaremos um panorama dos estudos do texto, tomando por base: Bentes (2008), Fávero & Koch (2008) e Koch (2009). Em seguida, abordaremos a referenciação sob o prisma de Koch & Marcuschi (1998), Mondada (2001), Koch (2009), Roncarati (2010) e Mondada & Dubois (2013); a progressão textual, partindo dos estudos de Koch & Marcuschi (1998), Koch (2009, 2011a), Koch & Elias (2008, 2009); e para os planos de texto e sequências textuais argumentativas, fundamentar-nos-emos, exclusivamente, nos estudos de Adam (2008).

2.1 Situando os estudos do texto

Desde o surgimento da Linguística, as concepções sobre o texto vêm-se modificando, mas foi, realmente, a partir da década de 60, com a Linguística Textual, que esses estudos tomaram forma.

Segundo Koch (2009), há várias dessas concepções que podem ser consideradas fundamentais para a Linguística Textual, pois se relacionam em momentos específicos. A saber:

1. texto como frase complexa ou signo linguístico mais alto na hierarquia do sistema linguístico (concepção de base gramatical);
2. texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
4. texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
5. texto como discurso “congelado”, como produto acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
7. texto como *processo* que mobiliza operações e processos cognitivos (concepção de base cognitivista);
8. texto como *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sociocognitiva-interacional) (KOCH, 2009, p. XII) [grifo do autor].

Embora o termo Linguística Textual tenha sido encontrado, pela primeira vez, em Cosériu (1955), foi Harald Weinrich (1966, 1967), teórico alemão, que postulou “toda a Linguística ser necessariamente Linguística de Texto” (BENTES, 2008, p. 245), dando os primeiros passos aos prismas atuais dessa vertente.

Alguns autores (FÁVERO & KOCH, 2008; MARCUSCHI, 2008) evidenciam não ter havido um desenvolvimento homogêneo nesse campo. Os momentos destacados são apresentados sob prismas teóricos crescentes, no sentido de, aos poucos, observarmos um distanciamento dos estudos iniciais, que ainda se fundamentavam em uma Linguística Estrutural saussureana.

Visto, inicialmente, sob uma ótica estruturalista, o texto não passa de um combinado de frases, uma sequência coerente de enunciados para Isenberg (1971)⁵, uma sucessão de unidades constituídas por pronomes para Harveg (1968)⁶. Esses estudos tratam, exclusivamente, dos mecanismos interfrásticos, estabelecidos por cadeias referenciais, principalmente pelo uso dos pronomes. É o primeiro momento, conhecido como o da *análise transfrástica* (FÁVERO & KOCH, 2008; KOCH, 2009) [grifo nosso].

Outros teóricos como Lang e Petöfi acreditam ser o texto algo mais amplo do que uma simples união de enunciados. Eles defendem a construção de uma *gramática textual*, com o intuito de “refletir sobre fenômenos linguísticos inexplicáveis por meio de uma gramática do enunciado” (FÁVERO & KOCH, 2008, p.14)[grifo nosso]. Dentre as concepções de texto, nesse segundo momento, podemos elucidar a de Lang (1971)⁷, para quem ele resulta de operações de integração, e a de Petöfi (1973)⁸, para o qual é uma sequência não-linear de enunciados com representações semânticas.

Conforme Koch (2009), os teóricos de formação gerativista, principalmente, buscam uma analogia com a gramática da frase, ou seja, tentam estabelecer uma descrição de categorias e regras de combinação do texto em determinada língua. As funções básicas dessa gramática são, assim:

⁵ Citado por: FÁVERO & KOCH, 2008.

⁶ idem, ibidem.

⁷ idem, ibidem.

⁸ idem, ibidem.

- a) verificar o que faz com que um texto seja um texto. Ou seja, determinar seus princípios de constituição, os fatores responsáveis pela sua coerência, as condições em que se manifesta a textualidade;
- b) levantar critérios para a delimitação de textos, já que a completude é uma de suas características essenciais;
- c) diferenciar as várias espécies de textos (KOCH, 2009, p.5).

Afastam-se os estudos ascendentes – da frase para o texto – e incorporam-se as possibilidades de construção textual a partir da existência de uma competência textual, significando dizer que o texto extrapola a condição de simples sequência de enunciados (VAN DIJK, 1978; CHAROLLES, 2002; FÁVERO & KOCH, 2008; KOCH, 2009). Segundo essa corrente, todo falante de uma língua

tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, e esta competência é, também, especificamente linguística em sentido amplo. Qualquer falante é capaz de parafrasear um texto, de resumi-lo, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título ou, ainda, de produzir um texto a partir de um título dado. (FÁVERO & KOCH, 2008, p.14)

Segundo esse princípio, as gramáticas de texto instituem como modelo a competência textual dos sujeitos. Partindo de regras internalizadas por eles, estabelecidas por suas comunidades linguísticas, estabelece-se uma padronização, a qual dificilmente será contrariada.

Segundo esse princípio, Van Dijk (1978) trouxe inúmeras contribuições dentro de uma perspectiva gerativa. O teórico estudou as relações entre orações, em um nível linear, para depois debater em um outro nível, o do texto, envolvendo as sequências que satisfizessem as condições de coesão e coerência. Dessa forma, o autor definiu que todo texto possui a macroestrutura e a microestrutura. A primeira, refere-se a uma estrutura global, subjacente ao texto, que o define em termos semânticos; a segunda, superficial, apresenta-se como uma sequência de elementos/frases ordenados.

Charolles (2002) reafirma as discussões de Van Dijk e admite a internalização de um conhecimento linguístico que concede uma série de regras combinatórias de

uso. Da mesma forma, evidencia que se “um conjunto de palavras não constitui uma frase, um conjunto de frases não produz um texto” (p.40), portanto, há critérios que normatizam a composição textual baseados na coerência, no nível macro e microestrutural, denominados metarregras de repetição, de progressão, de não-contradição e de relação.

A metaregra de repetição afirma que para que um texto ser coerente, no nível microestrutural e macroestrutural, é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita.

Já metaregra de progressão declara que para um texto ser microestruturalmente ou macroestruturalmente coerente, é necessário haver no seu desenvolvimento, uma contribuição semântica constantemente renovada.

No que se refere à metaregra de não-contradição, Charolles evidencia que para que a coerência textual, ainda no nível microestrutural ou macroestrutural, é preciso que não se introduza, no seu desenvolvimento, nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo posto ou pressuposto por uma ocorrência anterior, ou deduzível por uma inferência.

E, por último, na metaregra de relação, para que uma sequência ou um texto sejam coerentes, é preciso que os fatos que se denotam no mundo representado estejam relacionados (CHAROLLES, 2002).

A terceira corrente de estudos – que defende as *teorias do texto* (década de 70) - explora a questão da pragmática [grifo nosso]. Percebe-se a necessidade de ir além da abordagem sintático-semântica e de buscar, no funcionamento concreto dos processos comunicativos, a explicação para os fenômenos textuais. As relações partem do texto para o contexto e a maior intenção é deixar de ver o texto como um produto acabado e ampliá-lo para o nível da interação social, da atividade verbal humana, ou seja, vê-lo, principalmente, como parte constitutiva de uma atividade complexa, que permite a realização das intenções comunicativas do falante (KOCH, 2009).

Aos estudiosos desse momento, coube a função de, associando às orientações advindas da Psicologia da Linguagem (de origem soviética) e da Filosofia da Linguagem (da escola de Oxford), provar que todos os pressupostos

teóricos e metodológicos poderiam ser transferíveis aos estudos textuais e de sua produção/recepção, “atribuindo aos textos a qualidade de forma de ação verbal” (KOCH, 2009, p. 14).

Schmidt (1978, p.170) discute o texto partindo de uma perspectiva sociológica da interação comunicativa e o define como

todo componente verbalmente enunciado de um ato de comunicação pertinente a um jogo de atuação comunicativa, caracterizado por uma orientação temática e cumprindo uma função comunicativa identificável, isto é, realizando um potencial ilocutório determinado. É somente na medida em que o locutor realiza intencionalmente uma função ilocutória (sociocomunicativa) identificável por parte dos parceiros envolvidos na comunicação que o conjunto de enunciados linguísticos vem a constituir um processo textual coerente, de funcionamento sociocomunicativo eficaz e normalizado, conforme as regras constitutivas (uma manifestação da textualidade).

A textualidade, para o autor, é configurada como “uma estrutura a ser abordada tanto sob o aspecto linguístico como sob o aspecto social [...] é o modo de manifestação social universal, válido para qualquer língua e necessário para a efetivação de qualquer tipo de comunicação” (p.164).

Sob esse prisma, emergem novas possibilidades de trabalho com o texto, não podendo mais ser tomado só por meio da palavra ou da frase por si mesma. A análise da textualidade orienta-se por uma teia de relações que envolvia o sujeito, as práticas sociais, o contexto e toda a complexidade linguística. As palavras e frases precisam ser tomadas como partes do texto e esse como elemento de um contexto.

Para Koch (2009), após a incorporação do contexto aos estudos textuais, afigura-se outra orientação que une a ação da linguagem a um processo de ordem cognitiva, sinalizando o fato de que o interlocutor age com base em modelos mentais de operações e tipos de operações. O texto passa a ser observado como resultado de processos mentais e a abordagem, tônica desses estudos, é chamada de procedural. Segundo essa perspectiva, na interação dos indivíduos há intenções e expectativas, que servem para ativar conhecimentos de experiências cotidianas guardados na memória sob a forma de estruturas ou modelos. Essas experiências

formam a base para processos conceituais. Quando solicitadas, são processadas e permitem uma atividade de compreensão e produção de textos mais efetiva e eficaz.

Buscando compreender o processamento textual sob o novo enfoque, Heinemann & Viehweger (1991)⁹ apontam para quatro sistemas de conhecimento. O objetivo dos autores é ter, a partir desses sistemas, uma forma de “sistema de controle”, o qual coordena o processamento textual adaptando ou adequando às necessidades dos interlocutores em meio às atividades interacionais. Eles são assim propostos: conhecimento linguístico, enciclopédico, sociointeracional e modelos textuais globais.

O Conhecimento linguístico compreende os conhecimentos gramaticais e lexicais. É por intermédio dele que temos a possibilidade de compreender a organização linguística da superfície textual, a cadeia coesiva e a seleção lexical adequada ao tema e/ou aos modelos cognitivos ativados.

O Conhecimento enciclopédico é conhecido como conhecimento semântico ou de mundo. É armazenado na memória de cada indivíduo, que pode ser do tipo declarativo ou do tipo episódico, constituído por “modelos cognitivos” determinados pelo social e cultural e adquirido pela experiência. Os “modelos cognitivos” constituem um conjunto de conhecimentos adquiridos socioculturalmente e vivenciados pelo indivíduo em seu cotidiano. São resultado das práticas sociocomunicativas guardadas na memória e que, após um número significativo de experiências similares, tornam-se parte de um quadro enciclopédico, propriamente dito.¹⁰

Já o conhecimento sociointeracional envolve a interação realizada por intermédio da linguagem e compreende conhecimentos do tipo: ilocucional - aquele que envolve o reconhecimento dos propósitos comunicativos; comunicacional - aquele que diz respeito às normas comunicativas / máximas de Grice¹¹; metacomunicativo – aquele que abrange os conhecimentos sobre as ações linguísticas; e superestrutural – aquele que envolve os conhecimentos sobre o tipo

⁹ Koch (2009, 2011a)

¹⁰ Também discutido em Van Dijk (2002).

¹¹ Grice (1975) parte do princípio básico que orienta a comunicação, que é o Princípio de Cooperação e, desse princípio define quatro máximas: a de quantidade, a de qualidade, a de relação e a de modo. Todas convergem para a comunicação eficiente.

de texto e sua organização. O conhecimento sobre modelos textuais globais permite o reconhecimento de estruturas textuais de acordo com gêneros e tipos.

Concernente ao quarto sistema de conhecimento, destacamos o conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais que faculta ao falante o discernimento sobre modelos e tipos textuais.

Esses conhecimentos decorrem das práticas sociais nas quais os interlocutores se envolvem diariamente. É, exatamente, na interação, que surge a necessidade do domínio de estratégias que promovam e facilitem a comunicação.

Segundo Koch (2009), esse procedimento deve ser planejado e, assim, estabelece as estratégias de processamento textual, dividindo-as em: cognitivas, interacionais e textuais.

As estratégias cognitivas têm nas inferências o seu exemplo prototípico pois o interlocutor faz uso de “cálculos mentais” para gerar informações novas a partir daquela dada em determinado contexto.

As estratégias interacionais são “socioculturalmente determinadas que visam a estabelecer, manter e levar a bom termo uma interação verbal.” (KOCH, 2009, p. 27). Como exemplo, a autora menciona os diversos tipos de atos de fala, as estratégias de preservação das faces, as estratégias de polidez etc.

As estratégias textuais estão relacionadas às escolhas textuais realizadas pelos interlocutores, visando à produção de sentidos; em sentido lato, relacionam-se com as cognitivas e com as interacionais.

Van Dijk (2002) discute sobre esse sistema e estabelece estratégias de uso do conhecimento, presumindo ser planejado, ser dependente “dos objetivos dos usuários da língua, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, do nível de processamento ou do grau de coerência exigido para a compreensão” (p. 26).

Após a admissão dos estudos cognitivistas, o conceito de texto sofre nova modificação e é reconstruído sob a perspectiva de que as operações, antes evidenciadas apenas como processos mentais, “não se dão apenas na cabeça dos indivíduos, mas são o resultado da interação de várias ações conjuntas por eles

praticadas” (KOCH, 2009, p.30). Beaugrande (1997)¹² discute o texto não como uma simples sequência organizada de palavras ditas ou escritas, mas como um evento comunicativo em que concorrem ações linguísticas, cognitivas e sociais.

A interação entre interlocutores diferencia-se, nesse momento, porque se faz do entrelaçamento de diversos elementos ajustados a um contexto social, à distribuição de papéis sociais, a propósitos comunicativos. A linguagem passa a ser ação compartilhada e a noção de contexto é ampliada para o entorno sócio-histórico-cultural. Os interlocutores são vistos “como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto” (KOCH & ELIAS, 2009, p.34).

Após observarmos como vem sendo tratado o texto na Linguística Textual, propomos, a seguir, uma discussão mais estreita sobre a construção dos sentidos nos textos com base em estratégias ancoradas sob a perspectiva da progressão textual referencial.

2.2 A progressão textual referencial

Koch & Marcuschi (1998) tratam como complexa a relação entre linguagem, mundo e pensamento de onde decorre a progressão referencial. Para os autores, isso parte do pressuposto da não linearidade textual, ou seja, a palavra não será uma entidade estável, muito menos uma etiqueta do mundo.

Partindo desse ponto de vista, os autores defendem a progressão referencial – também denominada por eles de sequencialidade – como “introdução, preservação, continuidade, identificação, retomada etc. de referentes textuais, tidas como estratégias de designação de referentes” (p.2).

Os autores diferem os referentes da noção primária da semântica, que estabelece apenas uma relação linguagem x mundo e tomam por base o caráter discursivo aplicado por Mondada (2001), que os evidenciam como objetos de discurso, entidades construídas na interação e no confluir da relação comunicativa.

¹² Disponível em: http://www.beaugrande.com/new_foundations_for_a_science.htm

Conforme Mondada & Dubois (1995) a progressão referencial se dá por meio de estratégias de construção e reconstrução de objetos de discurso e Koch & Elias (2009) ratificam essa visão, acrescentando o fato de que, na atividade de produção, escolhas são realizadas para representar o pensamento e se produzir um dizer. Assim, não podemos descartar o uso de estratégias linguísticas que ilustram, sobretudo, uma visão de mundo, um posicionamento socioideológico e cultural. E concluem:

[...] os referentes de que falamos não espelham diretamente o mundo real, não são simples rótulos para designar as coisas do mundo. Eles são construídos e reconstruídos no interior do próprio discurso, de acordo com nossa percepção do mundo,[...],nossas crenças, atitudes e propósitos comunicativos. Daí a proposta de substituir a noção de referência pela noção de referenciação (p. 134).

A referenciação constitui-se como um processo discursivo em que as escolhas linguísticas são realizadas tendo em vista um propósito. E isso não se dissocia do processo interativo, pois os sentidos vão sendo construídos pelos sujeitos, envolvidos pelo entorno físico, social e cultural.

Dessa forma, a progressão ocorre sob um grande objetivo: o de garantir que os sentidos do texto se organizem com uma perspectiva contínua, com a retomada de elementos da superfície textual e com o acréscimo de informações novas, que poderão servir, também, de base para outras que virão.

Koch (2011a) reafirma a questão não-linear de construção do texto e evidencia dois grandes movimentos que circundam o processamento textual: o projetivo – realizado por meio das catáforas, e o retrospectivo – realizado por meio das anáforas. Esses processos permitem observar que a progressão textual renova, a todo instante, as condições de textualidade e reconstrói os objetos de discurso e os sentidos do texto.

Ainda segundo Koch, esses movimentos surgiram da divisão dos grupos de recursos de coesão: a coesão referencial (responsável pela remissão/referência a elementos anteriores ou posteriores) e a coesão sequencial (responsável pela continuidade de sentidos).

A coesão referencial é aquela em que um determinado elemento da superfície textual faz remissão a outro(s) nela presente(s), podendo, também, ser inferíveis no contexto. Ela pode realizar-se por meio de recursos gramaticais (pronomes, elipses, advérbios locativos, numerais etc.), ou por meio de recursos lexicais (reiteração de itens lexicais, sinônimos, expressões nominais etc.).

A coesão sequencial, por sua vez, diz respeito às relações semânticas e/ou pragmáticas que se estabelecem entre segmentos do texto. Divide-se, segundo Koch (2007), em sequenciação frástica (sem procedimento de recorrência estrita) e sequenciação parafrástica (com procedimentos de recorrência).

As cadeias referenciais, também chamadas de cadeias coesivas, referem-se à forma como os elementos linguísticos são distribuídos ao longo do texto. Esses elementos é que operam na manutenção da continuidade textual. Todavia, o estabelecimento das cadeias referenciais não é tão simples, a julgar pelas relações complexas que envolvem a língua e o mundo, conforme abordagem na próxima seção.

2.2.1 Referência e referenciação

Há muito tempo a linguagem e a referência vêm sendo objetos de estudo e temas clássicos da filosofia da linguagem. As pesquisas advindas da área lógico-semântica acabam tratando-as sob uma visão objetiva, transparente e referencial. A língua é tomada como instrumento e os referentes são a designação de um mundo exterior (ARAÚJO, 2004; MARCUSCHI, 2008; MONDADA, 2001; MONDADA & DUBOIS, 2013).

Sobre isso, Roncarati também afirma que:

Na concepção dos estudos lógico-semânticos, que advogam a existência de uma relação direta e biunívoca entre linguagem e mundo, a referência é uma forma de representação extensional (dêitica, apontadora) da realidade objetiva e circundante do mundo, os referentes são dimensionados como objetos de mundo, dotados de uma contraparte no mundo extralinguístico, e a atividade de referenciação se reduz ao estabelecimento de elos anafóricos entre uma forma nominal ou pronominal e seu antecedente no âmbito da sentença (2010, p.41).

Contra-pondo-se a essa visão, em meados da década de 1990, outros teóricos como Mondada e Dubois (1995) e Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995) estabelecem novas linhas de estudo pautadas em uma nova concepção de referente, chamada de referenciação.

Visto sob outro enfoque, o da linguística interacional, o referente passa a ser não mais uma relação entre palavras e coisas, mas objetos-de-discurso. Esses objetos são frutos de uma relação intersubjetiva e social, resultados da atividade de interação, em que o texto é tomado como evento (MONDADA, 2001).

A mesma autora evidencia a noção de objeto de discurso, como “entités que sont interactivement et discursivement produites par les participants au fil de leur énonciation”¹³, referindo-se ao fato de que a relação entre mundo e linguagem não é uma construção pré-fabricada, mas resultado de práticas cognitivas e sociais, do momento enunciativo.

Apothelóz & Reichler-Béguelin (1995) assumem uma postura que se baseia em uma concepção construtivista da referência, a qual defende não serem, os objetos-de-discurso, preexistentes à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas construídos dessa atividade, como produtos fundamentalmente culturais.

Dessa forma, todo texto deve ser analisado sob aspectos globais. Por não se tratar apenas de uma estrutura linguisticamente combinada, requer um olhar amplo sobre suas características, principalmente sobre o seu aspecto social, o que o direciona a uma adequação contextual, a um universo de referência. Por esse prisma, toda atividade textual é um evento comunicativo que representa o mundo, e os sentidos dessa representação são construídos num processo de interação e coprodução.

O uso da expressão referenciação apresenta, exatamente, essa forma dinâmica da construção dos sentidos do texto, pois os objetos de discurso operam em uma relação com o mundo real, podendo ser modificados, transformados,

¹³ Tradução: “entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes durante a enunciação” (MONDADA, 2001, p.09).

desativados, reativados etc., reformulando continuamente a tessitura do texto. Koch (2008, 2009) expõe claramente que o real é manipulado pelo textual. Isso significa dizer que a forma como concebemos o mundo é tratada de maneira diferenciada em cada texto, em cada discurso, essencialmente interligada aos propósitos dos enunciadores. A referenciação é, por isso, a categorização de práticas simbólicas e advém de uma “construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo” (MONDADA & DUBOIS, 2013, p.20).

Dito isso, a forma como se dão os sentidos em um texto apresenta-se como uma construção conjunta. O sujeito se constrói na interação com o outro, modificando-se e modificando o mundo, e o fruto desse compartilhamento são as categorizações, advindas dessas práticas sociais.

A referenciação é uma construção colaborativa que emerge de práticas simbólicas e sociais: os objetos-de-discurso podem apresentar modificações sensíveis ao contexto ou ao ponto de vista intersubjetivo, evoluindo na progressão textual, à medida que lhes são conferidos novas categorizações e atributos (RONCARATI, 2010, p.43).

Koch e Marcuschi (1998) destacam a não-linearidade textual e a complexidade da relação entre linguagem, mundo e pensamento, e buscam explicar como se dá o processo de referenciação. Os autores defendem a referenciação como processo discursivo e ressaltam que, como forma simbólica, ela aponta para as intenções do dizer. Isso porque, ao fazer suas escolhas, o interlocutor evidencia a forma como vê o mundo e essa forma representa, também, uma memória discursiva, compartilhada por membros de seu grupo.

E Koch (2009) ratifica:

[...] a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural (p.61).

Enfatizamos, ainda, que todos os dados apreendidos pelo cérebro são operacionalizados por ele, a fim de que conheçamos e compreendamos o mundo. Essa operacionalização não é subjetiva ou individual, conforme afirma Koch (2009). São as condições culturais, sociais, históricas e linguísticas que impõem as restrições e determinam, pelo discurso, a elaboração e reelaboração desses dados.

Partindo desse pressuposto, elucidamos, também, a visão de Mondada & Dubois (2013) sobre a instabilidade nas atividades discursivas. Mais evidente na produção oral, entretanto encontrada também na produção escrita, essa instabilidade apresenta-se desde as construções sintáticas até as configurações dos objetos-de-discurso. Portanto, não há estabilidade na forma como se compreende ou se descreve o mundo. A interação homem/mundo é arbitrária, assim como arbitrária é a forma como as unidades lexicais se firmam na memória coletiva. São as práticas simbólicas e sociais que concedem certa estabilidade aos objetos-de-discurso, a fim de garantir o compartilhamento nas atividades comunicativas.

Mondada & Dubois (2013) ratificam o fato de que as categorias que descrevem o mundo se modificam sincrônica e diacronicamente, antes mesmo de se tornarem fixas historicamente. E acrescentam que essas modificações se relacionam mais à pragmática da enunciação do que à semântica dos objetos, por se darem em meio a um processo cognitivo-discursivo das práticas dos sujeitos.

Da mesma forma, as autoras ainda evidenciam que “a discretização do mundo em categorias não é dada absolutamente a priori, mas varia segundo as atividades cognitivas dos sujeitos que operam com elas” (2013, p.34-35).

Por isso, não há como se declarar a existência de uma rigidez na relação língua/mundo, haja vista existir um processo dinâmico em cada atividade discursiva. Os objetos advêm de uma memória coletiva, mas podem ser reconstruídos e transformados conforme os propósitos comunicativos dos interlocutores.

O processo de referenciação pode parecer complexo, em virtude de, além de representar as formas singulares de relação mundo / linguagem, apresentar-se sob formas sucessivas e intermitentes de novas categorizações, o que tende, por vezes, a dificultar a compreensão do interlocutor. Todavia, por ser um processo interativo e

colaborativo, negociações são realizadas e várias estratégias são lançadas para haver o processamento.

Consoante Koch (2011a, p.81), “a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re)construção do próprio real”. Isso significa dizermos que compreender a língua implica não somente questões semânticas, mas discursivas, estabelecendo/negociando os sentidos por intermédio da interação entre interlocutores, envolvidos por fatores sociais, culturais e linguísticos.

É por intermédio desse compartilhamento entre interlocutores, por essa relação concebida sociocognitivamente de construção da realidade que, como tratamos anteriormente, a memória discursiva é elaborada.

Koch (2008, 2009, 2011a) expõe estratégias de referenciação que constituem essa memória discursiva. São elas:

1. introdução ou construção: um objeto-de-discurso novo é introduzido, constituindo um nódulo na teia textual. A expressão que anuncia esse objeto é colocada em foco na memória de trabalho, deixando-o saliente no modelo;

2. retomada ou reconstrução: um nódulo é reintroduzido sob uma forma referencial e o objeto-de-discurso ainda permanece em foco;

3. desfocalização ou desfocagem: um outro objeto-de-discurso é introduzido, passando a ser o foco do modelo. Todavia, o objeto tirado do foco ainda permanece ativado parcialmente, podendo reaparecer quando necessário.

Na introdução dos referentes textuais, podemos destacar dois tipos de processos, segundo Koch & Elias (2008):

- a) o primeiro é a utilização de termos de ativação “ancorada”, introduzindo um objeto-de-discurso que possui associação com outro(s) elemento(s) já existente(s) no cotexto ou no contexto (anáforas indiretas, anáforas associativas, nominalizações). Abaixo, expomos três exemplos: o primeiro é um exemplo de anáfora indireta, caracterizado por não possuir no cotexto um antecedente explícito, mas uma “âncora”; o segundo é um exemplo de anáfora associativa, a qual explora, por meronímia, a relação

entre referentes; o terceiro é um exemplo de nominalização, também chamada de rotulação, quando se transformam enunciados anteriores em objetos-de-discurso:

Ex. 1: Desde quando vivi de muito perto **a experiência da "revolta dos estudantes" de maio de 1968** em Paris, comecei a duvidar das teorias que aprendera sobre **as mudanças sociais no mundo capitalista**. Estas estavam baseadas na visão da História como uma sucessão de lutas entre as classes sociais visando ao controle do Estado para, por intermédio dele, seja manter a dominação de classes, seja destruir todas elas e construir a "sociedade do futuro" sem classes e, portanto, sem que os partidos tivessem função relevante. A qual seria crucial, na visão dos revolucionários do século 20 de inspiração leninista, apenas na "transição", quando se justificaria até mesmo a ditadura do proletariado, exercida pelo partido. (FHC, Silêncios que falam, 06/03/2011)

Ex.2: Após os dias tórridos da passagem do ano, **São Paulo** tornou-se mais amena. **As Férias** escolares, **o trânsito** menos atormentado, **os cinemas** mais vazios e **a temperatura** agradável convidavam ao lazer. (FHC, Pessoas e estórias, 03/02/2013)

Ex.3: Mas o que realmente se conhece? Que nos últimos 20 anos melhorou a vida das pessoas no Brasil, com a abertura da economia, com a estabilidade da moeda trazida pelo Plano Real, com o fim dos monopólios estatais e com as políticas de distribuição de renda simbolizadas pelas bolsas. Foi **nessa moldura** que Lula pregou sua imagem.(FHC, Cara ou coroa?, 01/08/2010)

- b) o segundo é a utilização de termos de ativação "não-ancorada", introduzindo um objeto-de-discurso completamente novo, apresentando-se como categorização do referente.

Ex.: A **campanha eleitoral** termina sua primeira fase como se estivéssemos escolhendo entre duas ou três pessoas em razão de suas diferentes psicologias, grandes feitos, pequenas fragilidades pessoais ou o que mais seja. [...] (FHC, Segundo turno, 03/10/2010)

A produção da referência ocorre, principalmente, mediante o propósito comunicativo e o foco estabelecido pelos enunciadores. Então, lança-se mão de estratégias que permitam manter a focalização, a continuidade de ideias no texto e, também, o acréscimo de novas ideias.

Analisar a progressão de um texto implica avaliar o seu potencial de trabalhar a linguagem com um fim de interação e perceber como as estratégias são utilizadas para se obter a negociação dos sentidos, como será evidenciado na próxima seção.

2.2.2 As estratégias de progressão referencial

Como exposto na seção anterior, há elementos, no decorrer do texto, que operam na sua continuidade e manutenção temática. Esses componentes estão situados na superfície textual e são responsáveis pela construção dos sentidos. Operam, então, como mecanismos de coesão referencial, fazendo remissão a outro(s) elemento(s) presentes ou inferíveis no universo textual (KOCH, 2007; KOCH & ELIAS, 2009).

Koch (2009, 2011a) estabelece três estratégias de progressão referencial, as quais, discursivamente, (re)categorizarão os referentes, formando as cadeias referenciais. São elas:

- a. uso de pronomes – também conhecida como pronominalização, pode acontecer sob a forma anafórica ou catafórica. O interlocutor estabelecerá a relação entre os elementos de referência e os pronomes (pessoais, demonstrativos, oblíquos etc.) como forma referencial:

Ex.: Em 2030 deveremos ter uma população em idade ativa da ordem de 150 milhões de pessoas. Sem uma indústria com musculatura e cérebro para enfrentar a competição global será impossível gerar empregos na qualidade e quantidade que necessitamos. Sem os empregos e a renda necessários o País corre o risco de se tornar "velho" antes de ficar rico. Precisamos aproveitar a nossa janela de "oportunidade demográfica", que se fechará a partir de 2030, para dar um salto em nossa capacidade de produção de riquezas. E para melhor distribuí-las também. E **isso** depende mais de uma verdadeira revolução educacional que da expansão do Bolsa-Família e outros programas assistenciais. (FHC, Lunetas Novas?, 07/11/10)

- b. uso de expressões nominais definidas - apresenta-se sob a forma de um determinante definido (artigo definido ou pronome demonstrativo) seguido de um nome:

Ex.: Eis o enigma. Não faltam candidatos. Ainda recentemente, em conversa analítica que fiz com uma jornalista da The Economist, ressaltai que há vários, e não só no PSDB. Neste o mais conhecido e denso, José Serra, amadurecido por êxitos e derrotas, não conseguiu deixar clara em 2010 sua mensagem, embora tenha obtido 44% dos votos. O isolamento em que sua campanha ficou, dadas as dissonâncias internas do PSDB e as dificuldades para fazer alianças políticas, impediu a vitória. Se **o candidato** tivesse expressado com mais força as suas convicções, mesmo desconsiderando o que as pesquisas de opinião indicavam ser a demanda do eleitorado, poderia ter sensibilizado as massas. (FHC, Crer e perseverar, 05/02/12)

- c. uso de expressões nominais indefinidas – apresenta-se sob a forma de um determinante indefinido seguido de um nome. Não são comuns na reativação de referentes:

Ex.: A demora em perceber que o Brasil estava e está desafiado a dar saltos para acompanhar o ritmo das transformações globais tem sido **um empecilho monumental** para as administrações petistas. [...] (FHC, Beijar a cruz. 02/06/2013)

A seguir, abordaremos, particularmente, o uso das expressões nominais definidas como estratégia utilizada na progressão do texto e como responsável pelas evidências dos propósitos do interlocutor.

2.2.2.1 O uso de expressões nominais definidas

Partimos das reflexões de Koch (2009) que defende serem as expressões nominais ou formas nominais, “as formas linguísticas constituídas, minimamente, de um determinante definido seguido de um nome” (p.68). São responsáveis pela progressão textual e, conforme a autora, constituem-se, a princípio, por dois tipos: as descrições definidas e as formas nominalizadas ou nominalizações.

As descrições definidas têm total relação com o propósito comunicativo do locutor. Quando ele faz a sua escolha lexical, atribui a ela um tom de importância diretamente relacionado a sua intenção, ou seja, as propriedades que são atribuídas ao referente estão relacionadas ao projeto do dizer. São marcas que apresentam características do objetivo do locutor e que enfatizam os sentidos postos em jogo. São escolhas baseadas em conhecimentos supostamente compartilhados com o(s) interlocutor(es) ou não. Nesse segundo caso, se o fato for de desconhecimento de seu interlocutor, a escolha realizada fará total diferença na construção dos sentidos, caracterizando-o de maneira negativa ou positiva e inculcando no leitor/ouvinte um ponto de vista primário, conforme observado no exemplo abaixo:

Passados **os momentos de euforia** por haveremos ingressado no clube dos que tomam decisões no mundo (e não nos esqueçamos de que o G-20 começou como encontro entre ministros da Fazenda quando Pedro Malan ainda exercia a função), começam **as dores de cabeça** e **as indefinições**

criadas pela nova situação. Se a estas juntarmos as advindas da política doméstica, não são poucos **os enigmas e incertezas** que temos pela frente. (FHC, Novos Desafios, 05/06/2011)

Conforme Koch (2009, 2011a), as descrições definidas em português podem assumir as configurações abaixo:

- Det. + Nome
- Det. + Modificador(es) + Nome + Modificador(es)
- Det. {
 - Artigo definido
 - Demonstrativo
- Modificador {
 - Adjetivo
 - SP
 - Oração relativa

Já a nominalização é designada por Apothéloz & Chanet (2013, p.132) como “a operação discursiva que consiste em referir-se, por meio de um sintagma nominal, a um processo ou estado que foi anteriormente expresso por uma proposição”. Como retomada textual, apresenta-se sob a forma encapsulada, ou seja, coloca-se, sob um rótulo, as predicções antecedentes. É de natureza anafórica, por isso assina o que foi explicitado sob um rótulo nominal. No trato com objetos de discurso, são as responsáveis pela recategorização desses objetos, estratégia utilizada no projeto de organização do dizer. Observemos o exemplo abaixo:

Finalmente se fez justiça no caso do mensalão. Escrevo sem júbilo: é triste ver na cadeia gente que em outras épocas lutou com desprendimento. Eles estão presos ao lado de outros que se dedicaram a encher os bolsos ou a pagar suas campanhas à custa do dinheiro público. Mais melancólico ainda é ver pessoas que outrora se jogavam por ideais - mesmo que controversos - erguerem os punhos como se vivessem uma situação revolucionária, no mesmo instante em que juram fidelidade à Constituição. Onde está a revolução? Gesticulam como se fossem Lenines que receberam dinheiro sujo, mas o usaram para construir a "nova sociedade". Nada disso: apenas ajudaram a cimentar um bloco de forças que vive da mercantilização da política e do uso do Estado para se perpetuar no poder. De pouco serve **a encenação farsesca**, a não ser para confortar quem a faz e enganar seus seguidores mais crédulos. (FHC, Sinais alarmantes, 01/12/13)

Segundo Koch (2011a), essa estratégia acontece, também, com a ausência do determinante e o nome-núcleo pode vir acompanhado de um modificador (oração

relativa ou seguido de um demonstrativo, de um indefinido ou de uma estrutura comparativa).

Apothéloz & Chanet (2013) atentam para o fato de que essa expressão pode ser utilizada em duas acepções: a primeira refere-se ao tipo de operação discursiva de cunho anafórico e a segunda denomina substantivo predicador ao nome-núcleo que compõe essa estrutura. E complementam: “a principal particularidade das nomeações reside no fato de elas darem um estatuto de referente, ou de objeto de discurso, a um conjunto de informações (as informações-suporte) que antes não tinham esse estatuto discursivo” (p.134).

Os autores apresentam, ainda, observações importantes que realçam essas acepções. São elas:

1. Um pronome demonstrativo pode ser um elemento de nominalização e não apenas um lexema.
2. Um sujeito zero pode ser a expressão nomeadora, porém essa situação não é frequente.
3. A expressão nomeadora pode não ser derivada morfologicamente do verbo empregado na proposição possuidora das informações-suporte. Os casos de supletismo são bem frequentes para caracterizar essa observação.

É mister ressaltar que as escolhas lexicais ou as escolhas dos nomes-núcleo e dos modificadores que integrarão as expressões nominais evidenciam informações consideráveis sobre as opiniões do produtor e, principalmente, serão as responsáveis pela orientação argumentativa do texto.

Koch (2011a) aborda, sob o prisma semântico-pragmático, tipos de nomes-núcleo, assim discriminados: genérico (uso de uma forma quase como um sinônimo a rotulações anteriores ainda com carga avaliativa), metafórico (uso de uma metáfora para recategorizar o referente e orientar argumentativamente o texto), metonímico ou meronímico (uso de anáforas associativas), introdutor clandestino de

referentes (uso de expressões nominais como “referentes clandestinos”¹⁴), metadiscursivo (uso de formas linguísticas e metadiscursivas¹⁵), denominação reportada (uso da fala do outro, citação de termos ou expressões).

É importante, também, observarmos que essas expressões nominais referenciais exercem funções cognitivo-discursivas, que para a construção do sentido do texto são recursos primordiais, conforme descreveremos a seguir.

A ativação/reativação na memória é, segundo Koch (2009), quando as formas referenciais (re)ativam elementos precedentes, alocando ou focalizando na memória ativa. Tanto pode veicular informações dadas, como informações novas, no processo de recategorização ou refocalização do referente.

Já o encapsulamento ou sumarização envolve as formas referenciais que resumizam as informações precedentes, encapsulando-as, sob a forma de um substantivo-predicativo. Esse é um processo que, segundo Koch (2001a) exige do interlocutor uma alta capacidade interpretativa, fazendo-o agir cognitivamente sobre informações já dadas e informações novas. É uma função própria das nominalizações.

A organização macroestrutural apresenta a expressão nominal como indicadora de que a argumentação segue de um estágio para outro, sinalizando ao(s) interlocutor(es), ou seja, sinalizam a introdução, mudança, desvio de tópico ou, ainda, a ligação entre tópicos e subtópicos do texto. É um recurso que gera a continuidade textual, bem como é, também, o responsável pelos movimentos de retroação e progressão. É um importante recurso na organização do texto, segundo Koch (2008).

Outra função é a atualização de conhecimentos por meio de retomadas realizadas pelo uso de um hiperônimo. Esse recurso auxilia o interlocutor na compreensão do texto, pois sua função anafórica retoma um termo incomum aos seus conhecimentos.

¹⁴ Cf. APOTHÉLOZ, 1995, p.165.

¹⁵ Segundo Koch (2011a) essas formas podem ser: nomes ilocucionários (ordem, promessa, conselho, afirmação, crítica, proposta etc.); nomes de atividades “linguageiras” (descrição, explicação, esclarecimento, debate, exemplo etc.); nomes de processos mentais (análise, suposição, atitude, opinião, avaliação etc.); nomes metalinguísticos em sentido próprio (frase, pergunta, sentença, termo, parágrafo etc.).

A especificação por meio da sequência hiperônimo/hipônimo é outro recurso e é introduzido, geralmente, pelo artigo indefinido que possui a função de refinar a categoria. Também chamado de anáfora especificadora segundo Koch (2008).

Ainda elencada pela mesma autora, a construção de paráfrases anafóricas definicionais e didáticas apresenta-se como outra função. As paráfrases definicionais visam elaborar uma definição, constituindo-se por um primeiro elemento chamado *definiendum* e um segundo (a própria definição) chamada *definiens*; já as didáticas possuem a mesma função, porém em direção inversa (*definiens* – *definiendum*). A vantagem de uso desse recurso é a divulgação de novas palavras e, também, a paráfrase didática auxilia em textos de gênero didático.

A introdução de informações novas é uma função frequente das expressões nominais, pois é quando elas auxiliam na introdução de novos referentes, ampliando o rol de informações no texto.

A categorização metaenunciativa de um ato de enunciação permite a categorização e/ou avaliação da enunciação precedente pelas expressões nominais, que se utilizam de nomes-núcleo do tipo metalinguístico ou metadiscursivo para realizar a função.

A última função, segundo Koch (2008, 2009, 2011a), a orientação argumentativa apresenta as expressões nominais com o intuito de induzir a uma conclusão. Geralmente os nomes-núcleo utilizados são metáforas, evidenciando uma alta carga avaliativa.

Todas essas funções operam sobre as cadeias coesivas e, por sua vez, estreitam a relação entre coesão e coerência por estabelecerem as relações de sentido.

Em seguida, apresentamos a proposta de estudos de Adam (2008), que trabalha sequências textuais e planos de texto a partir de textos concretos, orientando o leitor a um sentido global.

2.4 Planos de texto e sequências textuais

Fundamentamo-nos, nesta seção, na Análise Textual dos Discursos (ATD), de Jean-Michel Adam, teoria da produção co(n)textual de sentidos, fundamentada em dois aspectos: o primeiro é a relação entre a Linguística Textual e a Análise do Discurso, articulando texto e discurso, partindo do pressuposto de que não há como dissociá-los; o segundo são as operações de textualização, as quais servem de subsídios para se considerar que uma sequência de enunciados forma um todo significativo, tanto na produção como na leitura/audição.

Adam (2008) defende, nessa teoria, o papel da Linguística Textual na Análise de Discurso, qual seja “teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade que constitui um texto” (p. 63).

O esquema abaixo apresenta os dois tipos de operação de textualização: as operações de segmentação e as operações de ligação. Essas operações é que definem as unidades textuais:

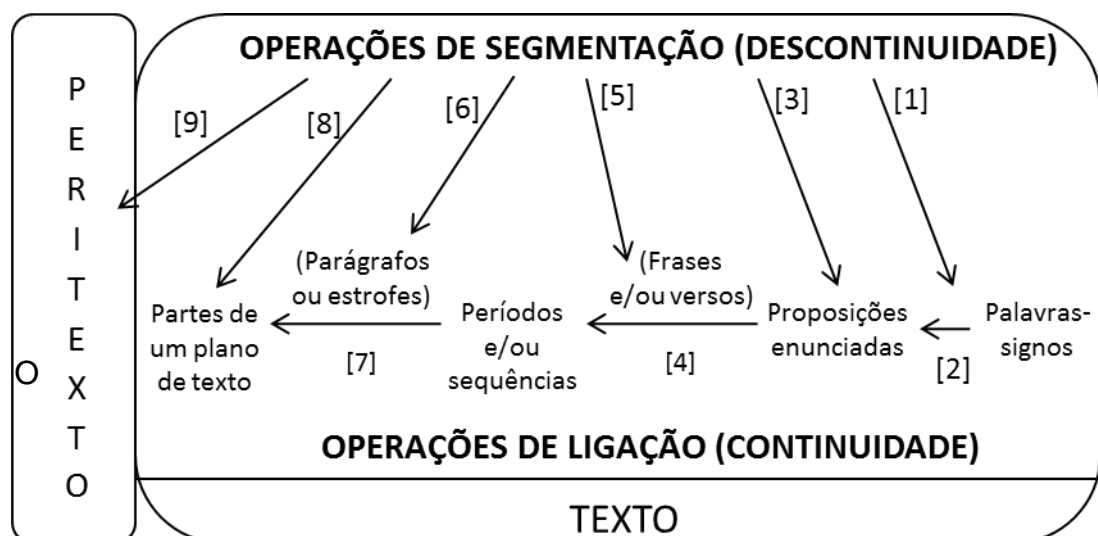


Figura 1 - Esquema 05 – Operações de textualização (Adam, 2008, p.64)

Desse esquema, ater-nos-emos às operações de ligação (continuidade), nas quais evidenciaremos o trabalho com as sequências textuais, fundamentais na construção das unidades semânticas.

Adam (2008) afirma que para reconhecermos o texto como uma unidade de sentido, torna-se necessário entendermos a sua construção. Isso significa dizer que todo texto é constituído por partes, por sequências, as quais evidenciam um plano ou uma estrutura sequencial.

O autor desloca-se, então, para o campo da unidade de sentido e evidencia dois tipos de agrupamentos:

- períodos: unidades frouxamente tipificadas;
- sequências: unidades mais complexas, tipificadas.

Os períodos são considerados unidades que compõem as partes de um plano de texto e as sequências, compostas de um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados, as macroproposições. Adam descreve a macroproposição como “uma espécie de período cuja propriedade principal é a de ser uma unidade ligada a outras macroproposições, ocupando posições precisas dentro do todo ordenado da sequência” (2008, p.204).

É no conjunto das sequências que os sentidos se formam e o autor as representa como uma estrutura, ou como:

- uma **rede relacional hierárquica**: uma grandeza analisável em partes ligadas entre si e ligadas ao todo que elas constituem;
- uma **entidade relativamente autônoma**, dotada de uma organização interna que lhe é própria, e, portanto, numa relação de dependência-interdependência com o conjunto mais amplo do qual faz parte (o texto). (ADAM, 2008, p.204) [grifos do autor]

Ainda segundo o autor, dois tipos de operação tornam o texto um complexo configurado: “o estabelecimento de uma **unidade semântica** (temática) **global**, e (pelo menos) um **ato de discurso dominante**” (p.254) [grifo nosso]. Tanto a unidade temática como a unidade ilocucionária confluem para a coerência semântico-pragmática global de um texto ou de uma sequência.

No esquema de Adam (2008), ilustrado abaixo, há o detalhamento de ligações textuais, que o autor divide em estruturas sequenciais e não-sequenciais.

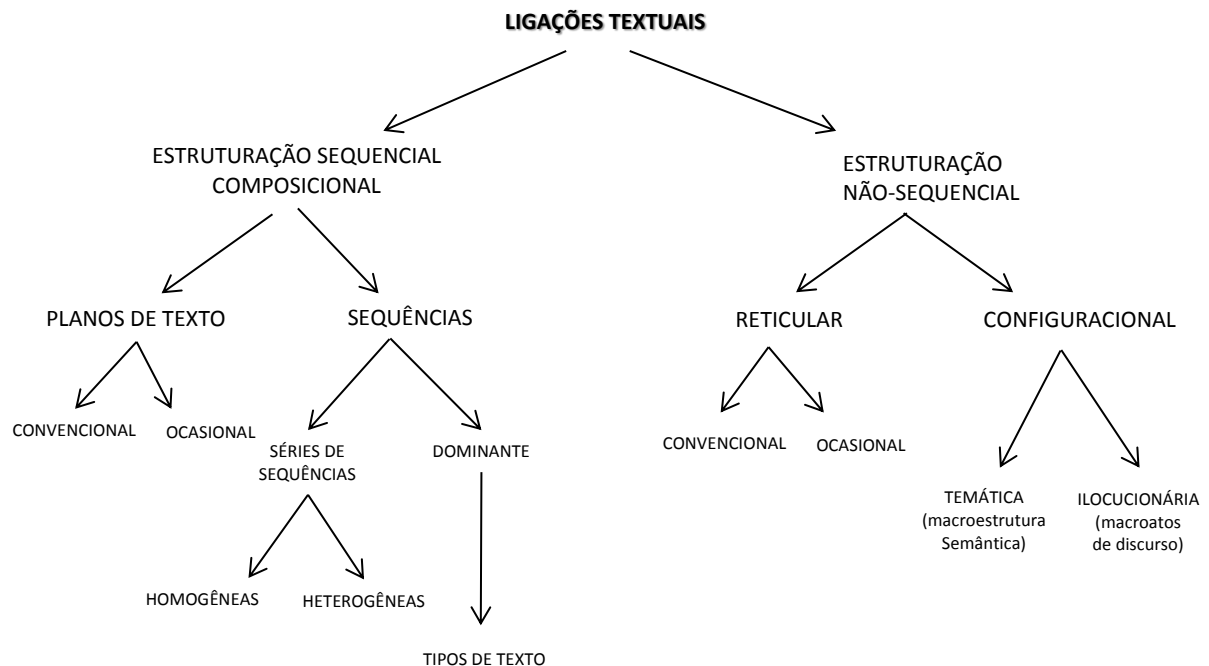


Figura 2 - Esquema de Ligações textuais (ADAM, 2008, p.255)

Adam (2008) propõe as seguintes sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal.

A sequência descritiva, para o autor, apresenta-se como a menos estruturada, não possuindo uma ordem pré-definida na união das proposições-enunciados em macroproposições, por isso, é mais comumente encontrada em períodos do que, propriamente, em sequências. Segundo o autor, “quatro macrooperações agrupam nove operações descritivas que geram uma dezena de tipos de operações descritivas de base” (2008, p.216). São elas:

- Tematização: é a macrooperação principal, segundo Adam, apresentando fortes características ao período. Aplica-se de três maneiras: pré-tematização, pós-tematização, retematização.
- Aspectualização: é apoiada na tematização e opera sobre a seleção de partes e/ou nas propriedades do objeto descrito ou de parte dele, o que

caracteriza dois tipos de operação: a fragmentação (ou partição) e a qualificação (ou atribuição de propriedades).

- Relação: é uma macrooperação que ocorre por duas outras operações: a relação de contiguidade temporal (relação do objeto de discurso em um tempo) ou espacial (relação do objeto de discurso a outros), e relação de analogia, que pode ser comparativa ou metafórica e descreve o todo ou as partes de um objeto de discurso colocando-os em relação a outros.
- Expansão por subtematização: possibilita a extensão da descrição pelo acréscimo de uma operação a outra anterior.

A sequência narrativa é a que traz a apresentação de “fatos” reais ou fictícios, sendo esses “fatos” distintos para Adam (2008) como eventos ou ações. O primeiro evidencia a existência de um agente como preponderante para haver a mudança, e o segundo evidencia a existência de causas, cujo efeito não seria intencionado pelo agente. Outra característica dessa sequência é a segmentação. A narrativa pode ser altamente segmentada e Adam traça um esquema composto pelos Limites do processo (Situação inicial e Situação final) e pelos Núcleos do processo (Nó – desencadeador; Reação ou Avaliação; Desenlace – resolução).

A sequência argumentativa apresenta-se como atividade verbal voltada ao convencimento do outro. Adam evidencia dois movimentos para essa sequência: demonstrar-justificar e refutar. É nessa sequência que entram em jogo os conectores argumentativos como possível estratégia de contra-argumentação. Descreveremos com mais detalhes na seção a seguir, que circunscreve essa sequência como uma das categorias que orientam a análise do *corpus*.

A sequência explicativa apresenta-se, geralmente, em segmentos curtos, segundo Adam (2008). Envolve-se da combinação de um “SE (de uma proposição que coloca um problema) com É QUE ou É PORQUE, introdutores de uma explicação” (p. 237).

A sequência dialogal apresenta-se como uma imitação da conversação oral na escrita. Diferente das demais, surge como resultado de um diálogo, portanto composta por mais de um interlocutor. Adam (2008) descreve dois tipos dessa

sequência, as fáticas e as transacionais: a primeira constituindo a abertura e o encerramento da conversação e a segunda, o corpo da interação.

Conforme tratado anteriormente, mesmo formado por diferentes sequências, o texto possui um sentido global. A composição macrotextual dos sentidos é o que diferencia um texto de um aglomerado de frases, por isso, Adam (2008) destaca o plano de texto como extremamente importante nessa construção, afirmando que é “o principal fator unificador da estrutura composicional” (p.256). Isso porque há casos em que o encadeamento de proposições não indica uma sequência evidente, sendo os planos de texto a possibilidade de estabilização (PASSEGGI *et al*, 2010).

O plano de texto é, sobretudo, o que propicia reconhecer o texto como um todo significativo. É a identificação das suas partes, ou dos seus subconjuntos, que torna possível a apreensão do sentido global, indicada, principalmente, pelo contexto em que se insere.

Todo texto necessita, tanto na produção como na compreensão, ser construído e reconstruído. Em virtude disso, alguns seguem estruturas pré-definidas e outros não. Partindo dessas afirmações, Adam destaca a existência de dois planos de texto:

- convencionais ou fixos: são os planos que apresentam os gêneros discursivos com composição constante, fixados na sociedade. Referem-se a planos canônicos como, por exemplo, dissertações, artigos acadêmicos, verbetes de dicionários etc.;
- ocasionais: são os planos que permitem a decisão do produtor, são mais flexíveis. Baseados na macrossegmentação (alíneas e separações marcadas) e em dados peritextuais (entretítulos, mudanças de partes ou de capítulos), variam, principalmente, por mobilizarem, na (re)construção, atividades cognitivas e uso de informações linguísticas de superfície.

A estruturação das sequências, por sua vez, permite, também, dois tipos de construção: a primeira refere-se à maneira como são combinadas as sequências que pode ser homogênea (constituída por sequências do mesmo tipo) e heterogênea (constituída por sequências diferentes); a segunda construção refere-

se à predominância do tipo de sequência, isto é, há um modo de composição que aparece com maior frequência, o que sugere ser um texto predominantemente descritivo, predominantemente narrativo, predominantemente argumentativo e assim por diante.

Na próxima seção, aprofundamos o estudo sobre as sequências textuais argumentativas, categoria selecionada para análise do *corpus* deste trabalho.

2.4.1 Sequências textuais argumentativas

Nos estudos sobre sequências textuais argumentativas, Adam (2008) busca substituir a nomenclatura “período argumentativo”, visto como uma “série de proposições ligadas por conectores argumentativos” (p.231), por sequência argumentativa, tomando como base os pensamentos de Ducrot (1980)¹⁶, que, analisando os modelos de composição de textos literários, reflete sobre os procedimentos argumentativos utilizados para demonstrar ou refutar uma tese ou argumentos de uma tese adversa.

Para que isso se dê, observamos uma organização composta de premissas (dados, fatos) que se direcionam a uma conclusão-asserção (C). É no decorrer dessa organização que podemos observar certos procedimentos argumentativos, formadores de argumentos-prova apoiando a assertiva final.

Van Dijk (1980)¹⁷ integrou em seus trabalhos com superestruturas argumentativas, um modelo de S.E.Toulmin (1993)¹⁸ e propôs o seguinte esquema:

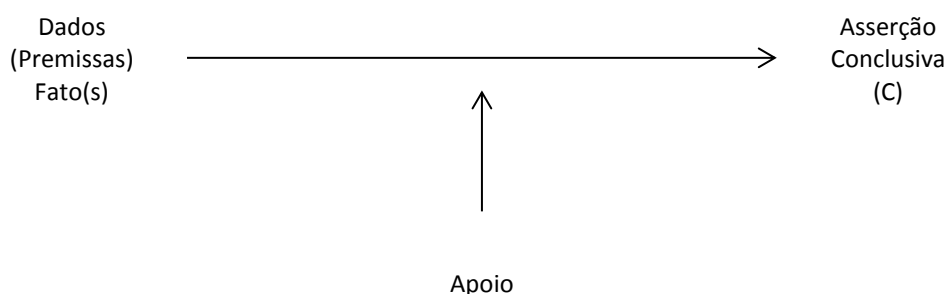


Figura 3 – Esquema simplificado de base (ADAM, 2008, p.232)

¹⁶ Citado por: ADAM, 2008.

¹⁷ idem, ibidem.

¹⁸ idem, ibidem.

Posteriormente, Adam apoia-se, também, em Moeschler (1985)¹⁹ para desenvolver ainda mais esse esquema, levando em consideração que todo processo argumentativo inclui a polêmica. Dessa forma, não podemos descartar que, ao defendermos uma ideia, estamos propensos a submetê-la a outras, necessitando, então, contra-argumentar.

Surge assim, um novo esquema:

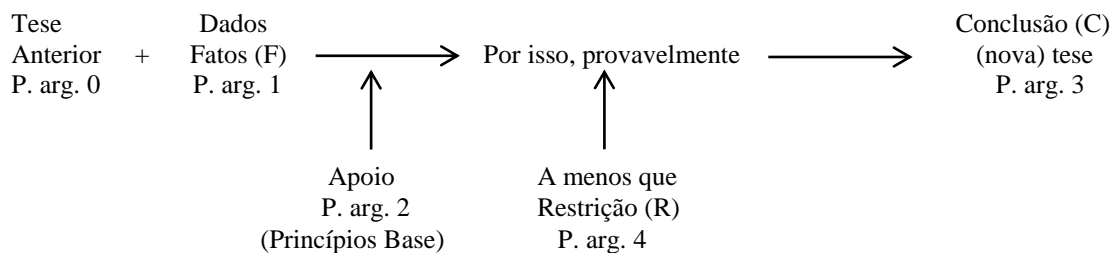


Figura 4 - Esquema da sequência prototípica de Adam (ADAM, 2008, p.233)

Segundo o autor, esse esquema não segue, obrigatoriamente, uma ordem, já que pode haver uma reorganização no último item – a (nova) tese (P.arg.3) – sendo retomada ou não, seguindo-se duplicada por uma conclusão e estando a tese anterior (P. arg. 0) e os apoios subentendidos.

Outrossim, há de se dividir esse esquema em dois níveis significativos:

1. Justificativo (P.arg.1, P.arg.2, P.arg.3), cujo domínio argumentativo parte dos conhecimentos evidenciados, deixando para segundo plano o pensamento do interlocutor;
2. Dialógico ou contra-argumentativo (P.arg.0, P.arg.4), cujo objetivo é a transformação dos conhecimentos pela argumentação negociada, sempre, com um auditório real ou potencial estabelecido como contra-argumentador.

Esse trabalho com sequências reforça a noção de que as partes de um texto se unem na composição macrotextual do sentido.

¹⁹ ADAM, 2008.

[...] as sequências são atualizadas no texto mediante as exigências pragmáticas e enunciado (correspondentes em parte ao gênero), o eu faz com que uma sequência prototípica se mostre, na superfície textual, geralmente de modo parcial em relação aos seus traços típicos. Neste sentido, também, tais exigências põem levar o texto a explicitar, em sua superfície, mais e uma sequência, ao que uma delas será dominante, devendo as demais a ela se adequar (BONINI, 2005, p.218).

Nestas sequências, particularmente, destacamos o papel determinante dos conectores argumentativos, os quais “permitem a reutilização de um conteúdo proposicional seja como argumento, seja como uma conclusão, seja, ainda, como um argumento encarregado de sustentar ou de reforçar uma inferência, ou como um contra-argumento” (ADAM, 2008, p.189). Eles fazem parte das operações de ligação que asseguram a continuidade textual, isto é, operações que agrupam as proposições-enunciado, por isso sua importante função nas sequências.

O autor destaca quatro grandes categorias de conectores:

- Conectores argumentativos marcadores do argumento: porque, já (uma vez) que, pois, com efeito, como, mesmo, aliás, por sinal etc.

Ex.: Não terá sido essa também a técnica de Lula? Até certo ponto, pois este, quando esbraveja ou quando se aferra pouco à verdade, o faz "autenticamente": sente-se que pode assumir qualquer posição **porque** em princípio nunca teve posição alguma (FHC, Cara ou coroa, 01/08/2010).

- Conectores argumentativos marcadores da conclusão: portanto, então, em consequência etc.

Ex.: A escolha a ser feita é, **portanto**, decisiva. Como tudo indica, o teatro eleitoral está-se organizando para esconder o que verdadeiramente está em discussão. Há muita gente nas elites (vilipendiadas pelo lulismo nos comícios, mas amada pelos governantes e beneficiada por suas decisões econômico-financeiras) aceitando confortavelmente a tese de que tanto dá como tanto deu (FHC, Cara ou coroa, 01/08/2010).

- Conectores contra-argumentativos marcadores de um argumento forte: mas, porém, contudo, entretanto, no entanto etc.

Ex.: Por trás das máscaras dos candidatos, **contudo**, existem opções reais. Se elas se apresentam desfiguradas pelas técnicas mercadológicas, nem por isso deixam de representar distintas visões do País e interesses diversos. É por isso que, diga-se ou não, o dia de hoje é marcante (FHC, Segundo turno, 03/10/2010).

- Conectores contra-argumentativos marcadores de argumentos fracos: certamente, embora, apesar de que, ainda que etc.

Ex.: São assim as relações humanas. Ambíguas, cambiantes, cheias de paixão e ódio. Mas em cada geração, mesmo na tensão e na discórdia, um entende a linguagem do outro. A vivência das mesmas situações cria referências culturais que acolchoam a razão. Foi sob o impacto emocional de Amour que participei de um jantar com o casal Grécia e Roberto Schwarz, amigos de mais de 50 anos. De tempos em tempos nos vemos, mantendo a amizade, **embora** no campo político estejamos apartados.

Por fim, acreditamos que os conectores constituem-se como uma operação de textualidade das mais importantes, por atuar na articulação de ideias do produtor introduzindo sentidos e evidenciando sinais dos propósitos comunicativos.

Tomando por base o referencial teórico discutido, apresentamos, no próximo capítulo, a análise do *corpus* selecionado, a saber dois artigos de opinião de FHC.

ANÁLISE DO CORPUS

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos analíticos que regem esta pesquisa e as análises dos dois artigos de opinião de FHC selecionados.

Pretendemos, com isso cumprir os objetivos específicos que são identificar, descrever, analisar e interpretar a progressão textual referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC e discutir os planos de texto de artigos de opinião de FHC.

3.1 Procedimentos analíticos

Conforme evidenciado no primeiro capítulo, no portal *estadao.com.br* foram veiculados, até março de 2014, quarenta e cinco textos de FHC, dos quais dois foram selecionados para estudo nesta pesquisa.

De acordo com critérios estabelecidos e evidenciados, também, no primeiro capítulo, separamos vinte e três dos textos digitais para avaliarmos e observamos que todos contêm entre novecentas e mil palavras e entre sete e onze parágrafos, portanto, todos seguem um padrão.

Como categorias de análise, designamos:

- a) as expressões nominais definidas representadas, segundo Kock (2009), pelas descrições definidas e pelas expressões nominalizadas (nominalizações);
- b) as sequências textuais argumentativas e os planos de textos, segundo Adam (2008).

Como unidade de análise, definimos o parágrafo. Assim, entre colchetes, sinalizamos os textos pela letra “T” seguida pelos seus respectivos números de ordem, assim como os parágrafos, representados pela letra “P”, também seguida pelo número da ordem em que estão dispostos.

As ocorrências da primeira categoria são evidenciadas com realces em negrito e itálico. Quanto à segunda, apresentaremos as análises a partir dos parágrafos e de esquemas, além de evidenciarmos os conectores argumentativos, como parte do processo, destacados em letras maiúsculas e em negrito. Ainda nessa última categoria, utilizamos a notação “P.arg” para identificar as proposições argumentativas.

Cada artigo é analisado separadamente, em sequência cronológica de veiculação, como evidenciadas no primeiro capítulo, e de acordo com a seguinte organização:

- Situando o artigo de opinião.
- As expressões nominais definidas.
- As sequências textuais argumentativas e o plano de texto.

No tópico “Situando o artigo de opinião”, apresentamos a data de veiculação, uma síntese do assunto abordado e a quantidade de parágrafos e nos tópicos seguintes, analisamos as categorias selecionadas.

3.2 Análise do *corpus*

3.2.1 Artigo de opinião 1: O golaço carioca

3.2.1.1 Situando o artigo de opinião

O artigo *O golaço carioca*, veiculado em 05 de dezembro de 2010, é organizado em nove parágrafos. FHC evidencia os passos iniciais dados por diversos setores da sociedade carioca em relação à violência advinda da luta contra o crime organizado no Rio de Janeiro e discorre sobre experiências que viveu com o intuito de apontar para a direção da verdadeira vitória sobre as drogas.

O título sugere-nos, a princípio, que o autor discorrerá sobre o futebol carioca, porém, a expressão “golaço” tem outra conotação, conforme é evidenciado na análise.

3.2.1.2 As expressões nominais definidas

Conforme destacado anteriormente, o título do texto nos permite fazer a inferência sobre o futebol, porém, o primeiro parágrafo já torna explícita a conotação dada:

[T1 - P1] **O Rio** marcou um gol, um golaço. E digo bem: foi **a cidade do Rio de Janeiro**, e não apenas seu **governo, a polícia ou as Forças Armadas**. A César o que é de César: **a articulação entre governo, polícias e Forças Armadas** foi importante e deixa-nos a lição de que sem articulação entre os muitos setores envolvidos **na luta contra o crime organizado** e sem disposição de combatê-lo **a batalha** será perdida. Mas sem **o apoio da sofrida população do Rio, dos cariocas e brasileiros que habitam a cidade**, e muito particularmente sem **o apoio da população que vive nas comunidades atingidas pelos males da droga e pela violência do tráfico, / o êxito inicial** não teria sido possível.

No primeiro parágrafo, identificamos a introdução do referente “O Rio”, que é recategorizado na proposição seguinte pela descrição definida “a cidade do Rio de Janeiro”, estreitando as possibilidades de interpretação do referente. Em seguida, são apresentados o “governo, a polícia ou as Forças Armadas” como parte dos responsáveis pelo “gol” marcado pelo Rio e não os únicos responsáveis, porém, até então não há âncoras que associem essa expressão, apenas inferências por parte do leitor que levem a fatos na memória discursiva.

Posteriormente, o tema é então evidenciado na descrição definida “a luta contra o crime organizado”, que é recategorizada seguidamente pelo rótulo “a batalha”. Todavia, o autor explicita que não há como lutar sem “a articulação entre governo, polícia e Forças Armadas” (descrição definida que reitera, em sua construção, os referentes já introduzidos anteriormente) e sem a disposição para o combate.

Ainda no fim desse primeiro parágrafo, o autor sustenta o fato de que duas contribuições foram fundamentais para a “batalha”: “o apoio da sofrida população do

Rio, dos cariocas e brasileiros que habitam a cidade” e “o apoio da população que vive nas comunidades atingidas pelos males da droga e pela violência do tráfico”, ambas nominalizações constituídas por orações relativas como modificadores. Finalmente, FHC recategoriza o “gol”, evidenciando a verdadeira conotação do termo no encapsulamento “o êxito inicial”.

No segundo parágrafo, FHC introduz um novo objeto de discurso pela recategorização do referente “polícia”, agora explicitado como “a Unidade da Polícia Pacificadora”, as conhecidas UPPs:

[T1 - P2] Estive no Morro Santa Marta há pouco tempo, quando **a Unidade da Polícia Pacificadora** já estava estabelecida, e pude ver que efetivamente **o medo** e **o constrangimento da população local** haviam desaparecido. **A droga** ainda corre por lá, mas entre usuários, e não nas mãos de traficantes locais. Sei que em São Paulo e em outras regiões do País também há tentativas bem-sucedidas de devolver ao Estado sua **função primordial: o controle do território** e **o monopólio do exercício da violência** (sempre que nos marcos legais). Mas **o caso do Rio** é simbólico porque a simbiose entre favela e bairro, entre a cidade e a zona pretensamente excluída está entranhada em toda parte.

Outros objetos são introduzidos, nesse parágrafo, pelas descrições definidas “o medo”, “o constrangimento da população local” e “A droga”, caracterizados como anáforas indiretas da expressão “luta contra o crime organizado”. Identificamos, também, o encapsulamento na nominalização “função primordial” como elemento catafórico, apresentando, de maneira prospectiva, as descrições definidas “o controle do território” e “o monopólio do exercício da violência”. Esses últimos referentes estão relacionados ao Estado, como poder maior na cidade.

Por último, evidenciamos “o caso do Rio”, como sumarização de tudo o que tem acontecido na cidade, particularmente.

No terceiro parágrafo, observamos a nominalização “presença da Polícia Pacificadora” e, em seguida, uma retomada que sugere ser a Polícia, representante do Estado na descrição definida “a entrada do Estado”:

[T1 - P3] Há, portanto, o que comemorar. Faz pouco tempo eram quase 100 mil moradores de comunidades cariocas que se haviam libertado, graças à **presença da Polícia Pacificadora, da sujeição ao terror do tráfico e das regras de “justiça pelas próprias mãos”** ordenadas pelo chefões locais e cumpridas por seus esbirros. Com **a entrada do Estado** no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, há a possibilidade de incorporar mais gente às áreas restituídas à cidadania.

Ainda nesse parágrafo, “a sujeição ao terror do tráfico e das regras de ‘justiça pelas próprias mãos’” aparece como outra descrição definida, porém trazendo, em seu interior, uma denominação reportada, “justiça pelas próprias mãos”, como outra voz presente no discurso, caracterizando a escolha do nome-núcleo.

No quarto parágrafo, destacamos a retomada retrospectiva com a repetição do referente seguido de um modificador demonstrativo em “essas populações”, referindo-se às populações explicitadas no final do primeiro parágrafo:

[T1 - P4] Mas **essas populações** serão mesmo restituídas à vida normal numa democracia? E neste passo começam as perguntas e preocupações. Sem que se restabeleçam as normas da lei, sem a permanência da força policial, sem que a Justiça comum volte a imperar, sem que a escola deixe de ser um local onde se trafica, sem que os mercados locais sejam interconectados com os mercados formais da cidade e sem que a educação e o emprego devolvam esperança aos “aviões” (os jovens coagidos a ser sentinelas dos bandidos e portadores de droga para os usuários), **a vitória inicial** será de Pirro. Neste caso, a não guerra em algumas comunidades pela fuga dos traficantes com parte de suas armas pode desdobrar-se adiante num inferno a que serão submetidas populações de outras comunidades, seja por traficantes ou membros das milícias.

Destacamos, também, uma nova recategorização do referente “gol” sendo o objeto de discurso retomado pela expressão nominal definida “a vitória inicial”.

No quinto parágrafo, destacamos a retomada da expressão nominal “Rio” e também de “País”, promovendo a continuidade textual:

[T1 – P5] Não escrevo isso para diminuir a importância do que já se conseguiu, ao contrário. Mas, sim, para chamar à responsabilidade todos nós, como cidadãos, como país, avós, como partes da sociedade brasileira, pelo que acontece no **Rio** e em quase todo **o País**. Fiquei muito impressionado com o que aprendi e vi ao integrar um grupo que está preparando um documentário sobre drogas. Estive em Vigário Geral num encontro que José Junior, do AfroReggae, proporcionou para que eu pudesse entrevistar traficantes arrependidos e policiais envolvidos nas guerras locais. Entrevistei muitas mães de família, mulheres em presídios, jovens vitimados pelo tráfico (e quem sabe se não partes dele também).

No sexto parágrafo identificamos várias ocorrências de expressões nominais. Primeiramente, FHC evidencia sua experiência em outro lugar para pautar sua argumentação e relaciona o que presenciou à situação no Rio de Janeiro:

[T1 - P6] Eu havia estado na Palestina ocupada por forças de Israel e vi **o constrangimento** a que **as populações locais** são submetidas. Pois bem, no Rio de Janeiro, **o constrangimento imposto pelo crime organizado** e às vezes exacerbado pela **violência policial**, que por vezes se confundem, é pelo menos igual, se não maior, ao que vi na Palestina. **A falta de liberdade de ir e vir** que os bandidos de diferentes facções impõem a seus

"súditos" forçados e **o medo da "justiça direta"** tornam **as populações locais / prisioneiras do terror do tráfico**. E não adianta dar de ombros em outras partes do Brasil e pensar que "isso é lá no Rio". Não, **a presença do contrabando, do tráfico e da violência do crime organizado** está em toda parte. E **a ausência do Estado** também, para não falar que sua presença é muitas vezes ameaçadora pela **corrupção da polícia** e suas práticas de violência indiscriminada.

Inicialmente, há a introdução do referente "o contrangimento", expressão relacionada ao sentimento do povo da Palestina, referenciado na descrição definida "as populações locais", mesmo termo usado no primeiro parágrafo, porém com outro referente. Logo em seguida, há a retomada do termo "constrangimento" na descrição definida "o constrangimento imposto pelo crime organizado", agora deslocado para o sentimento imposto à população do Rio pelo crime organizado.

Observamos, também, a expressão nominal "violência policial", agora concedendo aos atos da polícia não um caráter protetor, mas repressor e agressivo, gerando medo à população e comparado com os atos dos bandidos. Em seguida, destacamos as expressões "a falta de liberdade de ir e vir" e "o medo da 'justiça direta'" como referentes relacionados a todo o problema por que os habitantes passam em meio à guerra que envolve a polícia e os traficantes. A expressão "justiça direta" também se encontra entre aspas, indicando a denominação reportada.

Há, ainda, outra retomada na descrição definida "as populações locais", caracterizadas, seguidamente, pela nominalização "prisioneiras do terror do tráfico".

Ao final do parágrafo, realçamos a descrição definida "a presença do contrabando, do tráfico e da violência do crime organizado", ratificando aos leitores esse fato recorrente no Rio. Posteriormente, mesmo tendo suscitado o trabalho da Polícia Pacificadora, FHC faz uma crítica, evidenciando "a ausência do Estado" e relacionando sua presença à "corrupção da polícia" e suas "práticas de violência indiscriminada". Essas últimas nominalizações caracterizam o referente Estado, com o referente Polícia.

No sétimo parágrafo, temos, inicialmente, a retomada por uma descrição definida do objeto discursivo Rio, agora recategorizado como "o Rio de Janeiro":

[T1 - P7] Se agora no **Rio de Janeiro / as ações combinadas das autoridades políticas e militares** abriam espaço para um avanço

importante, é preciso consolidá-lo. Isso não será feito apenas com a presença militar, a da Justiça e a do Estado. Este está começando a fazer o que lhe corresponde. Cabe à sociedade complementar **o trabalho libertador**. Enquanto houver incremento do consumo de drogas, enquanto os usuários forem tratados como criminosos, e não como dependentes químicos ou propensos a isso, enquanto não forem atendidos pelos sistemas de saúde pública e, principalmente, enquanto a sociedade glamourizar a droga e anuir com seu uso secreto indiscriminadamente, ao invés de regulá-lo, será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência. A diferença entre o custo da droga e o preço de venda induzirá os bandos de traficantes a tecer sempre **novas teias de terror, violência e lucro**.

Destacamos, neste parágrafo, a descrição definida “as ações combinadas das autoridades políticas e militares”, relacionada aos atos figurados pelos representantes do Estado. Conforme defendido no primeiro parágrafo, FHC salienta a importância do trabalho coletivo, sociedade/Estado, e recategoriza, com a retomada por uma nominalização “o trabalho libertador”, o objeto de discurso “a batalha”, disposto no primeiro parágrafo, caracterizando-o.

Identificamos, no final desse parágrafo, a nominalização “novas teias de terror, violência e lucro”, orientando argumentativamente o leitor quanto ao que podem fazer os traficantes, caso a sociedade não ajude no combate.

No oitavo parágrafo, destacamos a ocorrência de um elemento que acreditamos ser o ponto-chave em que o autor buscava chegar e defender: a descriminalização das drogas, que é apresentado na forma metadiscursiva por uma descrição definida “as questões fundamentais da descriminalização e da regulação do uso das drogas”:

[T1 - P8] Sem que o Estado, inclusive, se não que principalmente, no nível federal, continue a agir, a controlar melhor as fronteiras, a exigir que os países vizinhos fornecedores de drogas coíbam o contrabando, não haverá êxito estável no controle das organizações criminosas. Por outro lado, sem que a sociedade entenda que é preciso romper o tabu e veja que o inimigo pode morar em casa, e não apenas nas favelas, e se disponha a discutir **as questões fundamentais da descriminalização e da regulação do uso das drogas**, o Estado enxugará gelo.

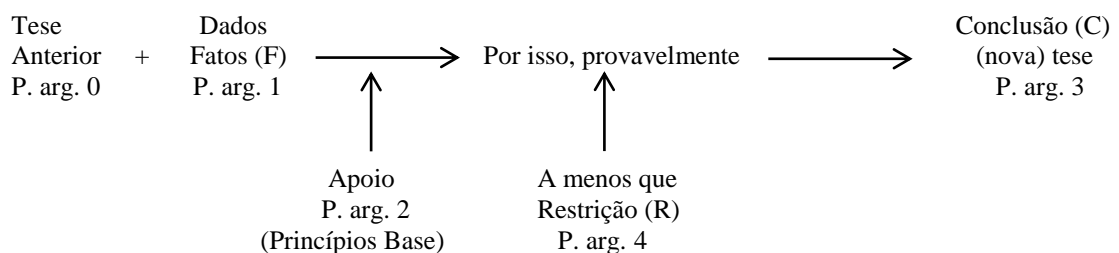
O oitavo e último parágrafo retoma o objeto-discursivo Rio, pela descrição definida “o Rio de Janeiro” e abrange a mensagem a todo o povo brasileiro, na nominalização “os brasileiros”. Por fim, a nominalização “sinal de esperança” recategoriza pela última vez “o gol”, retomando os seus sentidos e concluindo-o.

[T1 - P9] Ainda assim, só por liberar territórios nos quais habitam centenas de milhares de pessoas, **o Rio de Janeiro** enviou a todos **os brasileiros** um forte **sinal de esperança**.

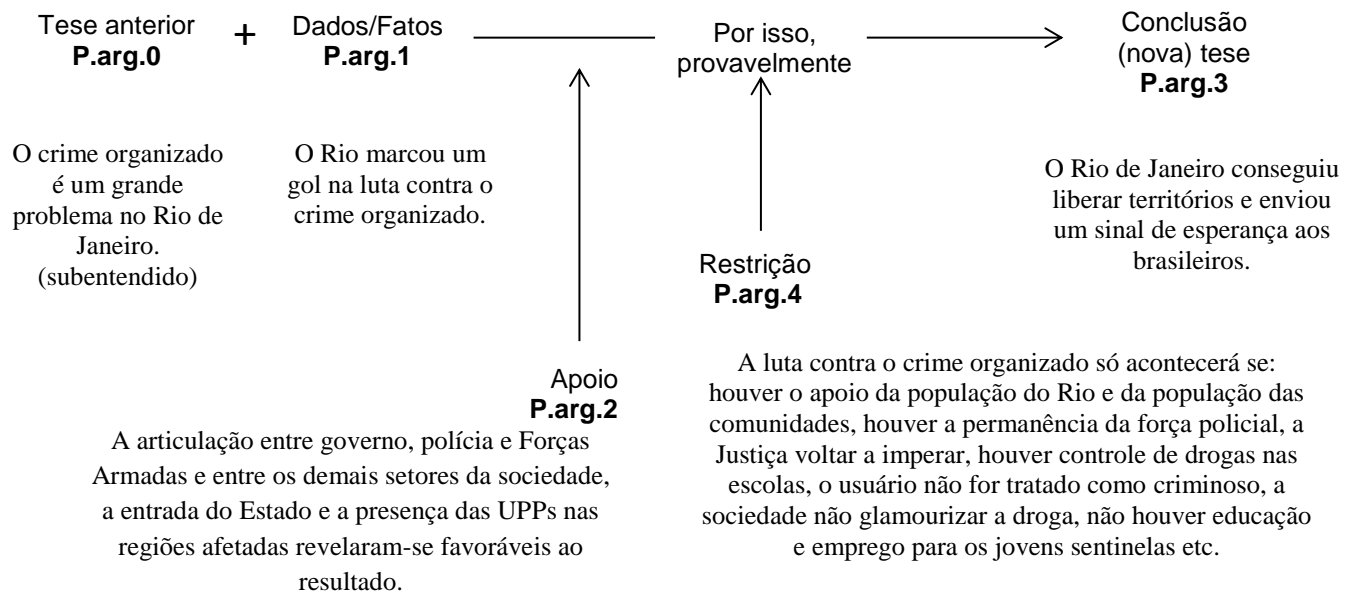
Observamos, por fim, que nesse artigo há quatro grandes configurações sinalizadoras da orientação argumentativa do texto: a primeira é introduzida pelo referente “gol”, que é recategorizado algumas vezes sempre direcionando o leitor a refletir os aspectos positivos da operação evidenciada; a segunda é apresentada pela expressão nuclear “população”, direcionando-se a diversos referentes, mas, principalmente, ao povo do Rio de Janeiro; a terceira vem decorrente das recategorizações do nome-núcleo “polícia”, que permeia por prismas positivos e negativos, todavia sendo direcionado por um aspecto favorável; a quarta e última configuração evidencia o tema da discussão, “a luta contra o crime organizado”, que também sofre recategorizações em forma de nominalizações as quais garantem a continuidade do texto e, acima de tudo, possibilitam a ativação de diversos outros referentes introduzidos no decorrer do artigo.

3.2.1.3 As sequências textuais argumentativas e o plano de texto

Analisamos o artigo “O golaço carioca” a partir da sequência prototípica de Adam (2008), a qual apresenta espaço para a contra-argumentação, conforme ilustrada abaixo:



Com base nesse esquema, a análise global do artigo se revela da seguinte forma:



Com base nesse esquema, acreditamos que “P.arg.0” está subentendida e é ativada quando o dado “P.arg.1” for explicitado, ou seja, quando o texto iniciar o seu desenvolvimento e FHC evidenciar que o “gol” se refere a um “ganho” na luta contra o crime organizado.

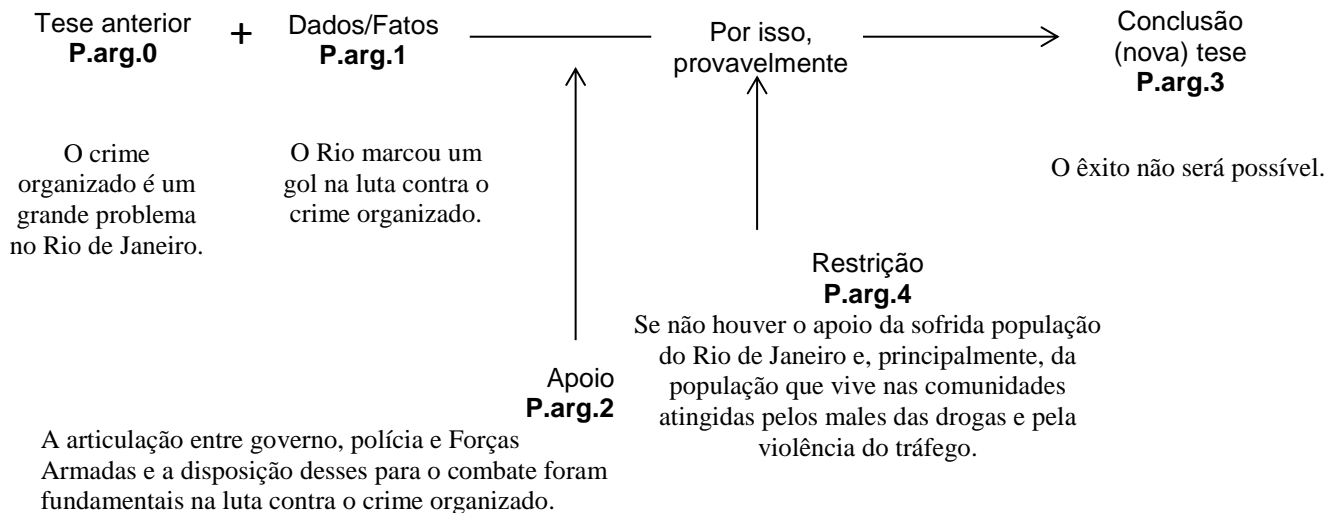
O apoio constitui-se pelos argumentos-prova que indicam ser determinantes nessa luta a articulação entre governo, polícia e Forças Armadas, e a entrada do Estado e das UPPs nas comunidades.

Observamos que, no texto, há uma série de restrições, abrindo espaços para a contra-argumentação, o que causa uma aproximação com o leitor com o objetivo de trazê-lo à discussão e à responsabilidade diante dos fatos apresentados. As “P.Arg.4” apresentam-se, então, nos momentos em que o autor afirma que sem o apoio da população do Rio e das comunidades envolvidas, sem a permanência da força policial, sem que a Justiça impere, sem o controle das drogas nas escolas, sem a glamourização da droga etc., não haverá “êxito”.

A asserção conclusiva (P.arg.3) é a ratificação de que se conseguiu um avanço com a liberação de territórios antes tomados pelo crime e isso acaba por se constituir como um “forte sinal de esperança” dado pelo Rio de Janeiro aos brasileiros.

Em seguida, apresentamos a análise das sequências textuais argumentativas a partir dos parágrafos.

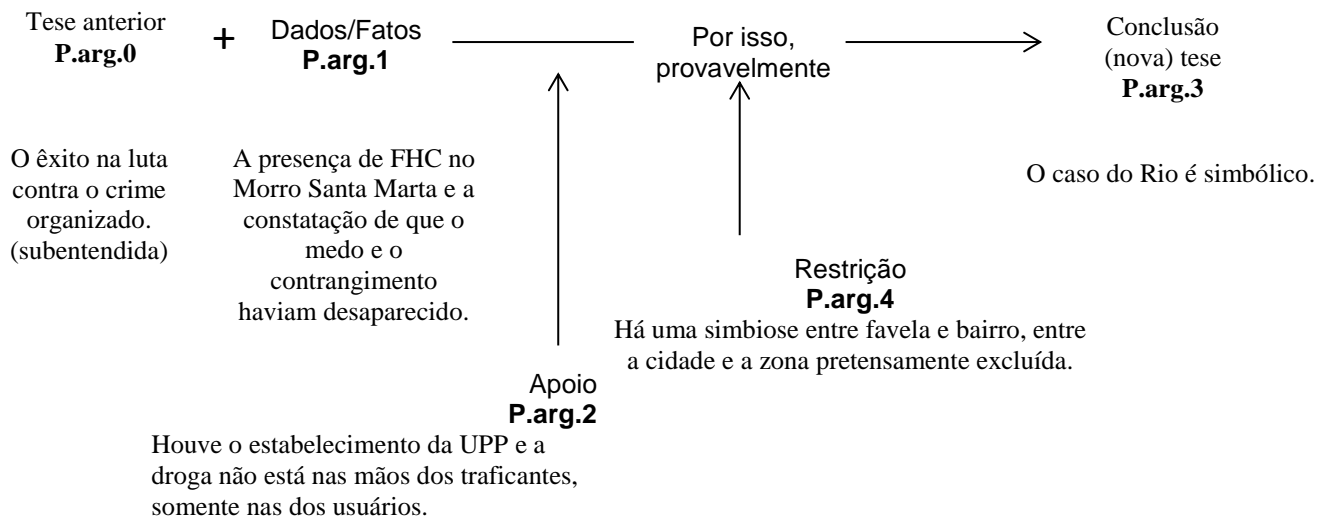
[T1 – P1] O Rio marcou um gol, um goloço. E digo bem: foi a cidade do Rio de Janeiro, e não apenas seu governo, a polícia ou as Forças Armadas. A César o que é de César: a articulação entre governo, polícias e Forças Armadas foi importante e deixa-nos a lição de que sem articulação entre os muitos setores envolvidos na luta contra o crime organizado e sem disposição de combatê-lo a batalha será perdida. **MAS** sem o apoio da sofrida população do Rio, dos cariocas e brasileiros que habitam a cidade, e muito particularmente sem o apoio da população que vive nas comunidades atingidas pelos males da droga e pela violência do tráfico, o êxito inicial não teria sido possível.



O primeiro parágrafo evidencia como premissa (P.arg.1) o “gol” marcado pelo Rio na luta contra o crime organizado. A tese anterior está subentendida, o que solicita, ao leitor, o conhecimento do problema que vem enfrentando o Rio de Janeiro, há algum tempo. Os procedimentos argumentativos que dão suporte à premissa constituem-se pela evidência da “P.arg.2”, destacando como fundamental a articulação entre vários setores da sociedade como governo, polícia e Forças Armadas e a disposição desses setores para combater o crime organizado.

Destacamos no parágrafo, a existência de um marcador contra-argumentativo “MAS”, introdutor de um argumento forte, evidenciando a restrição: “MAS sem apoio da sofrida população do Rio [...] e, muito particularmente, da população que vive nas comunidades atingidas pelos males das drogas e pela violência do tráfego”. Essa restrição indica e fortalece a conclusão (P.arg.3), que apresenta “o êxito” como resultado de tudo o que foi realizado.

[T1 – P2] Estive no Morro Santa Marta há pouco tempo, quando a Unidade da Polícia Pacificadora já estava estabelecida, e pude ver que efetivamente o medo e o constrangimento da população local haviam desaparecido. A droga ainda corre por lá, mas entre usuários, e não nas mãos de traficantes locais. Sei que em São Paulo e em outras regiões do País também há tentativas bem-sucedidas de devolver ao Estado sua função primordial: o controle do território e o monopólio do exercício da violência (sempre que nos marcos legais). **MAS** o caso do Rio é simbólico **PORQUE** a simbiose entre favela e bairro, entre a cidade e a zona pretensamente excluída está entranhada em toda parte.

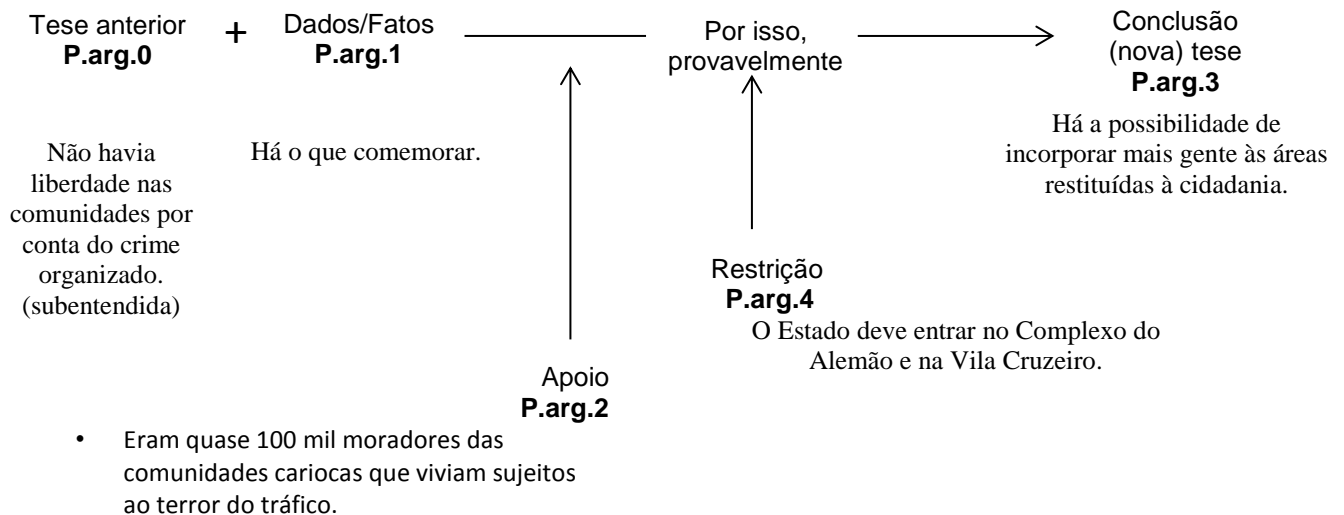


No segundo parágrafo, partimos da “P.arg.0” que se apresenta subentendida, como construção iniciada no parágrafo anterior, ou seja, o “êxito” na luta contra o crime organizado.

Como premissa (P.arg.1), destacamos o fato de FHC pautar-se em uma visita que fez ao Morro Santa Marta onde constatou a ausência do medo e do constrangimento da população. O suporte a essa premissa está na “P.arg.2” que traz o fato de já ter sido estabelecida a Unidade de Polícia Pacificadora e de a droga não estar mais nas mãos dos traficantes, somente nas dos usuários.

A conclusão, introduzida pelo conector contra-argumentativo “MAS”, é a de que “o caso do Rio” é simbólico (P.arg.3), alicerçada por uma causa, introduzida pelo conector argumentativo “PORQUE” que se revela como restrição, ou seja, se não houvesse uma “simbiose entre favela e bairro e entre a cidade e a zona pretensamente excluída entranhada em toda a parte” (P.arg.4), talvez fosse mais fácil controlar o crime organizado no Rio.

[T1 – P3] Há, **PORTANTO**, o que comemorar. Faz pouco tempo eram quase 100 mil moradores de comunidades cariocas que se haviam libertado, graças à presença da Polícia Pacificadora, da sujeição ao terror do tráfico e das regras de "justiça pelas próprias mãos" ordenadas pelo chefões locais e cumpridas por seus esbirros. Com a entrada do Estado no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, há a possibilidade de incorporar mais gente às áreas restituídas à cidadania.



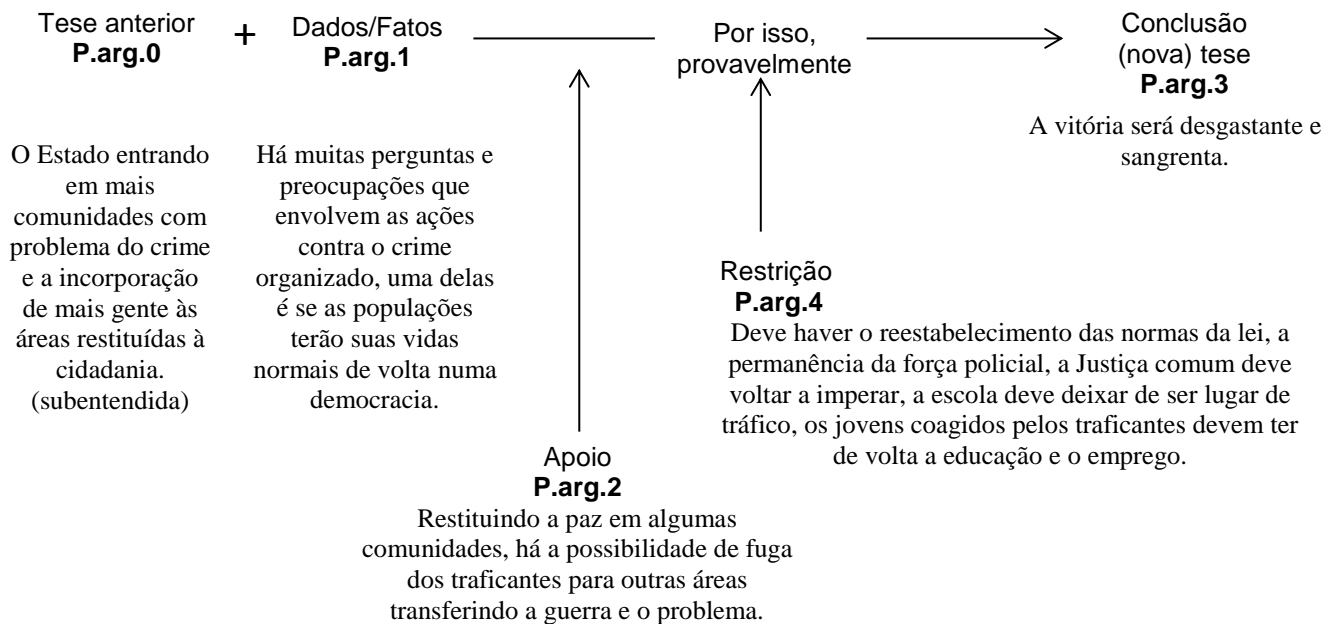
No terceiro parágrafo, destacamos a “P.arg.0” subentendida, solicitando a inferência do leitor para ativar o fato de que não havia liberdade nas comunidades por causa do crime organizado.

A “P.arg.1” vem acompanhada por um conector argumentativo marcador de conclusão “PORTANTO”, trazendo uma ressalva de que “há o que comemorar”. Em seguida, FHC fornece o suporte para esse argumento indicando o grande número de moradores que viviam coagidos pelo terror do tráfico antes do início da ação organizada contra o crime.

A restrição (P.arg.4) evidencia que se o Estado entrar no Complexo do Alemão e na Vila Cruzeiro, possibilita a incorporação de mais gente a essas áreas restituídas de cidadania (P.arg.3), argumento conclusivo deste parágrafo.

[T1 – P4] **MAS** essas populações serão mesmo restituídas à vida normal numa democracia? E neste passo começam as perguntas e preocupações. Sem que se restabeleçam as normas da lei, sem a permanência da força

policial, sem que a Justiça comum volte a imperar, sem que a escola deixe de ser um local onde se trafica, sem que os mercados locais sejam interconectados com os mercados formais da cidade e sem que a educação e o emprego devolvam esperança aos "aviões" (os jovens coagidos a ser sentinelas dos bandidos e portadores de droga para os usuários), a vitória inicial será de Pirro. Neste caso, a não guerra em algumas comunidades pela fuga dos traficantes com parte de suas armas pode desdobrar-se adiante num inferno a que serão submetidas populações de outras comunidades, seja por traficantes ou membros das milícias.

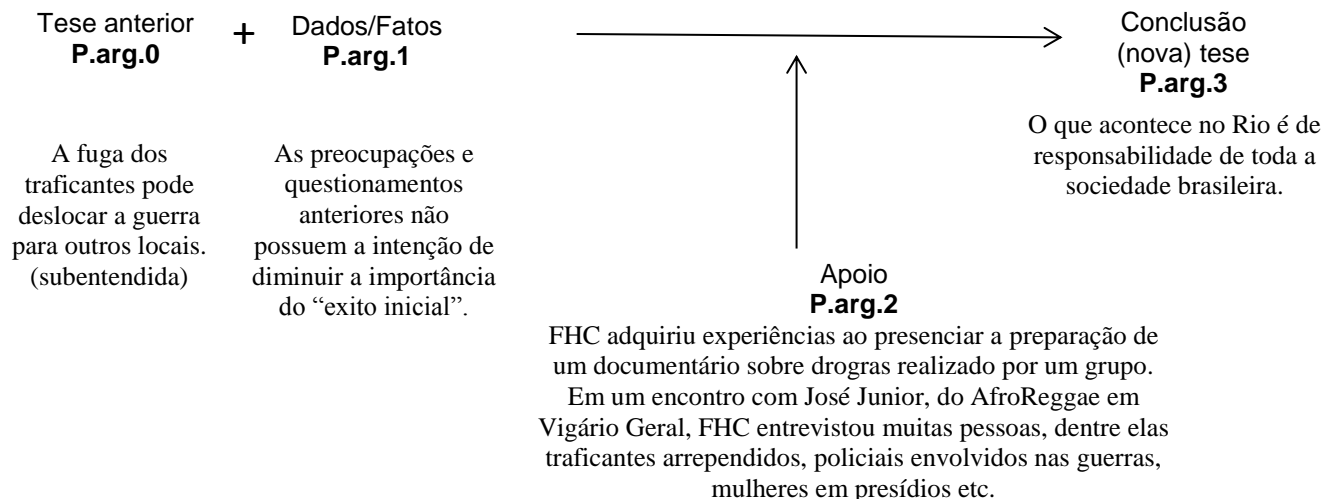


O quarto parágrafo apresenta, novamente, a “P.arg.0” subentendida solicitando a ativação na memória de informações anteriores . FHC o inicia com uma pergunta introduzida por um conector contra-argumentativo “MAS”, que, opondo-se ao parágrafo antecedente, questiona se as populações que vivem nas comunidades cariocas serão, de fato, restituídas à vida normal.

O suporte (P.arg.2) é realçado quando o autor reflete sobre o fato e destaca que quando a paz for instaurada em algumas comunidades, há a possibilidade de os traficantes fugirem para outra área deslocando o problema.

Há a restrição no momento em que FHC afirma que deve haver o reestabelecimento das normas da lei, a permanência da força policial, que a Justiça comum deve voltar a imperar, que a escola deve deixar de ser lugar de tráfico etc. para que a vitória não seja “de Pirro” (P.arg.3).

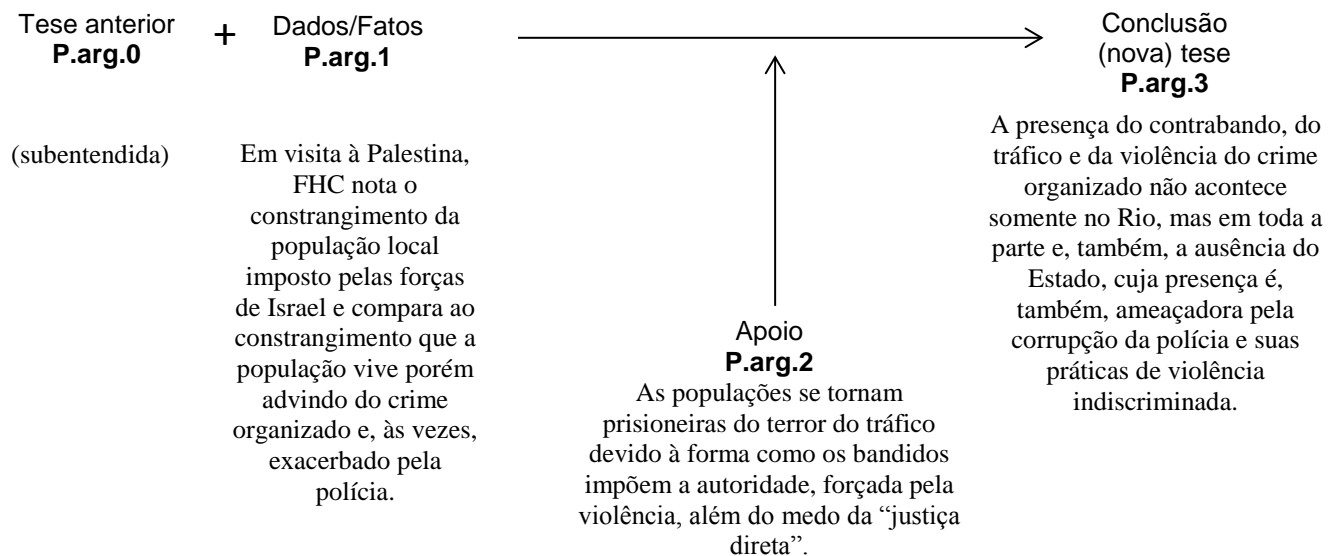
[T1 – P5] Não escrevo isso para diminuir a importância do que já se conseguiu, ao contrário. **MAS**, sim, para chamar à responsabilidade todos nós, como cidadãos, como pais, avós, como partes da sociedade brasileira, pelo que acontece no Rio e em quase todo o País. Fiquei muito impressionado com o que aprendi e vi ao integrar um grupo que está preparando um documentário sobre drogas. Estive em Vigário Geral num encontro que José Junior, do AfroReggae, proporcionou para que eu pudesse entrevistar traficantes arrependidos e policiais envolvidos nas guerras locais. Entrevistei muitas mães de família, mulheres em presídios, jovens vitimados pelo tráfico (e quem sabe se não partes dele também).



O quinto parágrafo também se constitui pela a tese anterior subentendida e apresenta como fato a alegação de FHC que suas palavras não possuem como intenção diminuir a importância do êxito alcançado. Dessa forma, utiliza como apoio suas experiências: a primeira, ao presenciar a preparação de um documentário sobre drogas realizado por um grupo; a segunda, ao visitar um integrante do AfroReggae em Vigário Geral e poder entrevistar pessoas já envolvidas nessa situação do crime organizado.

Destacamos a presença de um marcador contra-argumentativo “MAS” que evidencia uma oposição gerada no início do parágrafo e que leva à conclusão desta sequência: FHC realça a necessidade de toda a sociedade brasileira se sentir responsável pelo que acontece no Rio e no País envolvendo o crime organizado (P.arg.3). Com isso, este parágrafo diferencia-se dos demais por não apresentar a restrição, somente uma premissa e os argumentos-prova que direcionam a uma conclusão.

[T1 - P6] Eu havia estado na Palestina ocupada por forças de Israel e vi o constrangimento a que as populações locais são submetidas. Pois bem, no Rio de Janeiro, o constrangimento imposto pelo crime organizado e às vezes exacerbado pela violência policial, que por vezes se confundem, é pelo menos igual, se não maior, ao que vi na Palestina. A falta de liberdade de ir e vir que os bandidos de diferentes facções impõem a seus "súditos" forçados e o medo da "justiça direta" tornam as populações locais prisioneiras do terror do tráfico. E não adianta dar de ombros em outras partes do Brasil e pensar que "isso é lá no Rio". Não, a presença do contrabando, do tráfico e da violência do crime organizado está em toda parte. E a ausência do Estado também, para não falar que sua presença é muitas vezes ameaçadora pela corrupção da polícia e suas práticas de violência indiscriminada.

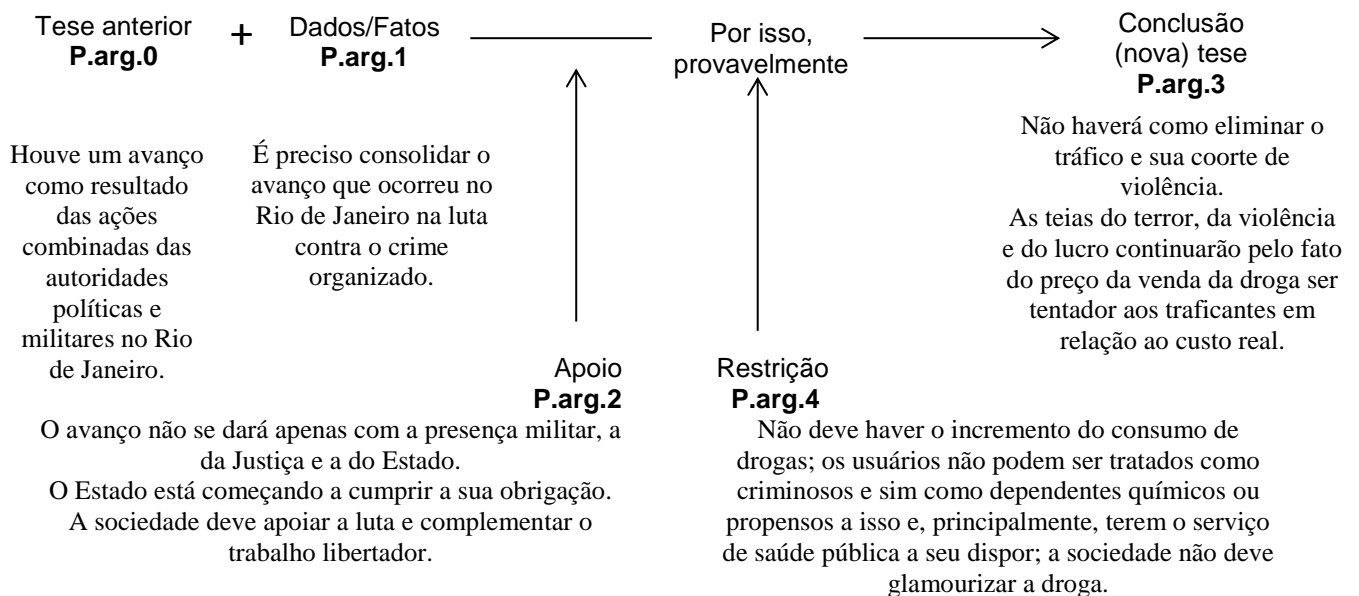


O sexto parágrafo apresenta a “P.arg.0” subentendida. Nesse caso, o leitor dá continuidade a todo um processo argumentativo que vem se organizando desde o início do texto, entretecido sob o fio condutor que é a luta contra o crime organizado e todos os fatos que a envolvem.

O fato (P.arg.1) constrói-se a partir de outra experiência vivida por FHC: em visita à Palestina, presenciou o constrangimento da população local ocasionado pelas forças de Israel. O autor faz, então, uma comparação desse sentimento que envolve a população na Palestina ao que acontece no Rio, porém advindo do crime organizado e, acentuado, por vezes, pela polícia, o que afirma ser ainda em maiores proporções.

A asserção conclusiva (P.arg.3) apresenta a constatação de que a presença do contrabando, do tráfico e da violência do crime organizado está em toda a parte e não somente no Rio.

[T1 – P7] Se agora no Rio de Janeiro as ações combinadas das autoridades políticas e militares abriram espaço para um avanço importante, é preciso consolidá-lo. Isso não será feito apenas com a presença militar, a da Justiça e a do Estado. Este está começando a fazer o que lhe corresponde. Cabe à sociedade complementar o trabalho libertador. Enquanto houver incremento do consumo de drogas, enquanto os usuários forem tratados como criminosos, e não como dependentes químicos ou propensos a isso, enquanto não forem atendidos pelos sistemas de saúde pública e, principalmente, enquanto a sociedade glamourizar a droga e anuir com seu uso secreto indiscriminadamente, ao invés de regulá-lo, será impossível eliminar o tráfico e sua coorte de violência. A diferença entre o custo da droga e o preço de venda induzirá os bandos de traficantes a tecer sempre novas teias de terror, violência e lucro.



O sétimo parágrafo preenche todo o esquema argumentativo da sequência prototípica de Adam (2008).

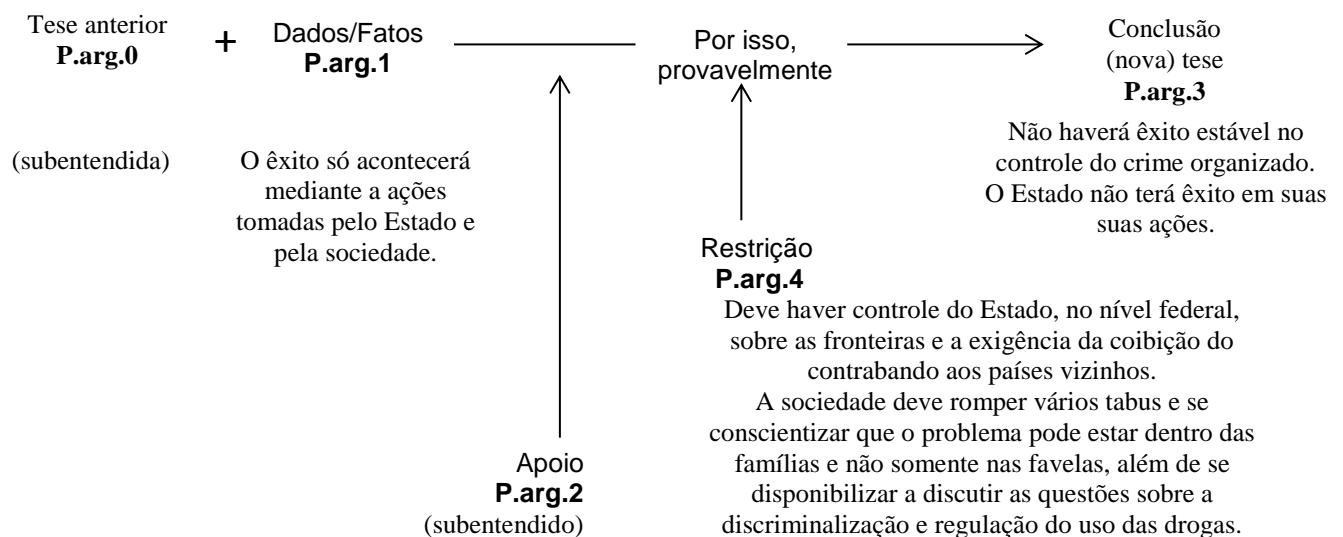
A tese anterior é evidenciada quando FHC realça haver um avanço como resultado das ações combinadas das autoridades políticas e militares no Rio. O fato (P.arg.1) é que há a necessidade de consolidação desse avanço.

Como procedimentos argumentativos, o autor enfatiza a obrigação do Estado em fazer a sua parte, mas, principalmente, invoca, mais uma vez, a sociedade no apoio à luta e na complementação do trabalho que a polícia militar, a Justiça e o estado já fazem.

A conclusão apresenta-se pelo fato de que não há como eliminar o tráfico e a violência advinda dele, pois o valor conseguido pelos traficantes com a venda da droga é tentador. Todavia, FHC ressalta uma restrição (P.arg.4): há possibilidades

de ocorrer, sobremaneira, um avanço caso não haja o incremento do consumo de drogas, os usuários deixem de ser tratados como criminosos e sejam acolhidos adequadamente, e a sociedade deixe de glamourizar a droga.

[T1 - P8] Sem que o Estado, inclusive, se não que principalmente, no nível federal, continue a agir, a controlar melhor as fronteiras, a exigir que os países vizinhos fornecedores de drogas coíbam o contrabando, não haverá êxito estável no controle das organizações criminosas. Por outro lado, sem que a sociedade entenda que é preciso romper o tabu e veja que o inimigo pode morar em casa, e não apenas nas favelas, e se disponha a discutir as questões fundamentais da descriminalização e da regulação do uso das drogas, o Estado enxugará gelo.



O oitavo parágrafo apresenta as últimas preocupações de FHC. Possui, subentendida a tese anterior e evidencia, como “P.arg.1” o fato de que o “êxito” só se concretizará, realmente, se o Estado e a sociedade fizerem a sua parte nas ações.

Os apoios estão subentendidos e a restrição apresentada sugere o controle do Estado, no nível federal sobre as fronteiras e a solicitação, aos países vizinhos, da coibição do contrabando. Evidencia, também, a necessidade de a sociedade romper com certos tabus no que diz respeito à descriminalização das drogas e,

principalmente, à conscientização de que o problema com elas pode estar dentro de casa e não somente nas favelas.

Essas ressalvas fortalecem a conclusão que evidencia a falta de controle das organizações criminosas pelo Estado e a falta de êxito nas demais ações caso nada do que foi destacado seja efetivado.

[T1 – P9] Ainda assim, só por liberar territórios nos quais habitam centenas de milhares de pessoas, o Rio de Janeiro enviou a todos os brasileiros um forte sinal de esperança.

O nono e último parágrafo apresenta a conclusão do artigo e, consequentemente, o término da argumentação. FHC ressalta que o fato de liberar territórios, antes cercados pelo crime organizado, em que vivem milhares de pessoas, já se constitui como um grande avanço e, com isso, o Rio de Janeiro apresenta aos brasileiros um “forte sinal de esperança”, como o início de muitas conquistas.

Ao finalizar a análise das sequências textuais argumentativas, identificamos que FHC utilizou o tipo de encadeamento que dispõe as sequências encaixadas. Ele tece o texto somando argumentos e utilizando-se, na maioria das vezes, da restrição como fortalecimento da asserção conclusiva, característica considerada predominante.

Observamos, também, um uso moderado de conectores argumentativos, indicando uma estratégia que é gerada em uma linha contínua de exposição de argumentos-prova.

A seguir, apresentamos a distribuição do artigo em um quadro, ilustrando o seu plano de texto:

Excertos	
[SUBENTENDIDA] O crime organizado é um grande problema no Rio de Janeiro.	Tese Anterior
[T1 – P1] O Rio marcou um “gol” na luta contra o crime organizado.	Dados / Fatos
A articulação entre governo, polícia e Forças Armadas e entre os demais setores da sociedade, a entrada do Estado e a presença das UPPs nas regiões afetadas revelaram-se favoráveis ao resultado.	Apoio
<p>[T1 – P1] [...] sem o apoio da sofrida população do Rio, dos cariocas e brasileiros que habitam a cidade, e muito particularmente sem o apoio da população que vive nas comunidades atingidas pelos males da droga [...]</p> <p>[T1 - P4] [...] Sem que se restabeleçam as normas da lei, sem a permanência da força policial, sem que a Justiça comum volte a imperar, sem que a escola deixe de ser um local onde se trafica, sem que os mercados locais sejam interconectados com os mercados formais da cidade e sem que a educação e o emprego devolvam esperança aos "aviões" (os jovens coagidos a ser sentinelas dos bandidos e portadores de droga para os usuários)[...].</p> <p>[T1 - P8] Sem que o Estado, inclusive, se não que principalmente, no nível federal, continue a agir, a controlar melhor as fronteiras, a exigir que os países vizinhos fornecedores de drogas coíbam o contrabando, [...]sem que a sociedade entenda que é preciso romper o tabu e veja que o inimigo pode morar em casa, e não apenas nas favelas, e se disponha a discutir as questões fundamentais da descriminalização e da regulação do uso das drogas [...]</p>	Restrição
[T1 - P9] [...] só por liberar territórios nos quais habitam centenas de milhares de pessoas, o Rio de Janeiro enviou a todos os brasileiros um forte sinal de esperança.	Conclusão

3.2.2 Artigo de opinião 2: Herança pesada

3.2.2.1 Situando o artigo de opinião

O artigo “Herança pesada”, veiculado em 02 de setembro de 2012, é, também, organizado em nove parágrafos. Em seu título, suscita lembrança da época em que Lula venceu as eleições para a Presidência, assumindo o Governo de FHC, quando jornalistas escreveram a expressão “Herança maldita” para descrever os problemas que o recém-chegado Presidente herdaria do antigo.

O texto em análise retrata questões polêmicas do atual governo brasileiro, que tem como representante Dilma Rousseff (filiada ao Partido dos Trabalhadores – PT, ex-ministra das Minas e Energia e, posteriormente, da Casa Civil, ambos no

governo Lula). A atual gestão recebe muitas críticas, principalmente relacionadas à continuidade da liderança do PT e aos inúmeros casos que se sucedem desde a ascensão desse partido ao governo.

3.2.2.2 As expressões nominais definidas

FHC apresenta, no início de seu texto, algumas pistas do seu pensamento sobre o governo da atual presidenta Dilma Rousseff:

[T2 - P1] **A presidenta Dilma Rousseff** recebeu uma herança pesada de seu antecessor. Obviamente, ninguém é responsável pela **maré negativa da economia internacional**, nem ela nem **o antecessor**. Mas há muito mais do que só o infortúnio dos ciclos do capitalismo.

No primeiro parágrafo, uma descrição nominal definida introduz o referente Dilma Rousseff, para quem foi dada a “herança pesada” de seu antecessor no governo. O leitor precisará fazer a inferência, já que o autor optou em não evidenciar o nome do político anterior e sim a expressão “antecessor”. Em seguida, no mesmo parágrafo, FHC apresenta uma nominalização, explicitada por uma metáfora indicativa da orientação argumentativa do texto: “maré negativa da economia internacional”. Há, em seguida, a retomada do termo “antecessor” por uma descrição nominal definida, quando FHC afirma não ser Dilma, nem seu antecessor, responsáveis pelos problemas da economia internacional.

No segundo parágrafo, FHC inicia por elencar “as heranças” deixadas pelo governo anterior:

[T2 - P2] Começamos pelo mais óbvio: **a crise moral**. Nem bem completado um ano de governo e lá se foram oito ministros, sete dos quais por suspeitas de corrupção. Pode-se alegar que quem nomeia ministros deve saber o que faz. Sem dúvidas, mas há circunstâncias. No entanto, como **o antecessor** desempenhou papel eleitoral decisivo, seria difícil recusar de plano seus **afilhados**. Suspeitas, antes de se materializarem em indícios, são frágeis diante da obsessão por formar **maiorias hegemônicas, enfermidade petista incurável**.

A primeira herança é introduzida por uma nominalização “a crise moral”. Ela relaciona-se à saída de vários ministros do governo, muitos por corrupção. O termo “antecessor” é retomado, ainda necessitando da ativação de conhecimentos do

interlocutor. A esse “antecessor” é dado o papel decisivo na eleição que classificou a presidenta, por isso ela não poderia deixar de atender as suas solicitações, como a de nomear os ministros ao cargo. Os ministros são reconstruídos sob outro referente, “afilhados”, indicando ironia e apresentando, também, uma visão avaliativa que converge na orientação argumentativa do texto, portanto, levando os leitores a observarem o caráter de “apadrinhamento” dos escolhidos aos cargos.

Ao final do parágrafo, FHC apresenta a expressão nominal “maiorias hegemônicas”, retomada, em seguida, pela metáfora “enfermidade petista incurável”, que traduz a organização e supremacia dos partidários do PT. Nesse último referente, FHC deixa clara a sua opinião, mais uma vez, agora sobre o partido da presidenta.

No terceiro parágrafo, FHC apresenta mais uma herança:

[T2 - P3] Mas não foi só isso: **o mensalão** é outra **dor de cabeça**. De tal **desvio de conduta / a presidenta** passou longe e continua se distanciando. Mas seu partido não tem jeito. Invoca a prática de um delito para encobrir outro: **o dinheiro desviado** seria “apenas” para **o caixa 2 eleitoral**, como disse **Lula** em tenebrosa entrevista dada em Paris, versão recém-reiterada ao jornal The New York Times. Pouco a pouco, vai-se formando o consenso jurídico, de resto já formado na sociedade, de que desviar dinheiro é crime, tanto para caixa 2 como para comprar apoio político no Congresso Nacional. Houve mesmo busca de **hegemonia a peso de ouro alheio**.

Outro referente é introduzido por uma descrição nominal definida: “o mensalão”, classificado como outra “herança pesada” e retomado, em seguida pelas expressões nominais “dor de cabeça” e “desvio de conduta”. No mesmo parágrafo, ainda, temos as expressões nominais, ambas introduzidas por ativação ancorada e relacionadas ao “mensalão”: “o dinheiro desviado” e “o caixa 2 eleitoral”, as quais classificamos como anáforas indiretas. O referente introduzido no primeiro parágrafo “A presidenta Dilma Rousseff”, é retomado pela descrição definida “a presidenta” e o referente “o antecessor” é, finalmente, explicitado e retomado pelo referente “Lula”. Ao final desse parágrafo, FHC volta a comentar sobre a hegemonia do partido dos políticos referenciados, agora relacionada às características negativas do “mensalão” e finaliza afirmando a existência desta, pela nominalização “hegemonia a peso de ouro alheio”, suscitando o fato de que o dinheiro adquirido não pertencia aos membros do partido.

No quarto parágrafo, há a retomada dos objetos de discurso “Lula” e “herança”, porém, “a presidenta” é recategorizada, agora, como “sucessora”:

[T2 - P4] Mas não foi só isso que **Lula** deixou como **herança** à **sucessora**. Nos **anos de bonança**, em vez de aproveitar as taxas razoáveis de crescimento para tentar aumentar a poupança pública e investir no que é necessário para dar continuidade ao crescimento produtivo, preferiu governar ao **sabor da popularidade**. Aumentou os salários e expandiu o crédito, **medidas** que, se acompanhadas de outras, seriam positivas. Deixou de lado **as reformas politicamente custosas**: não enfrentou as questões regulatórias para acelerar **as parcerias público-privadas** e retomar **as concessões de certos serviços públicos**. A despeito da abundância de recursos fiscais, deixou de racionalizar as práticas tributárias, num momento em que a eliminação de impostos se poderia fazer sem consequências negativas: a oposição conseguiu suprimir a CPMF, cortando R\$ 50 bilhões de impostos, e **a derrama** continuou impávida.

Identificamos a expressão nominal “sabor da popularidade”, destacada como negativa sob a perspectiva do autor. Posteriormente, há o encapsulamento apresentado pelo referente “medidas”, que transforma em objetos de discurso as informações que FHC classifica como possíveis no tempo qualificado como “anos de bonança”, outra expressão.

Em seguida, há outra sumarização apresentada em “as reformas politicamente custosas”, as quais se apresentam de forma prospectiva pelos referentes “as parcerias público-privadas” e “as concessões de certos serviços públicos”. Ao fim do parágrafo, FHC apresenta a expressão metafórica “a derrama” para evidenciar todos os atos considerados impensados descritos anteriormente.

No próximo trecho, FHC continua apresentando os problemas herdados pela presidenta:

[T2 - P5] É longa a lista do que faltou fazer quando seria mais fácil. Na **questão previdenciária**, o **único "avanço"** não se concretizou: **a criação de uma previdência complementar** para os funcionários públicos que viessem a ingressar depois da reforma. **A medida** foi aprovada, mas sua consecução dependia de lei subsequente, para regulamentar os fundos suplementares, que nunca foi aprovada. As centenas de milhares de recém-ingressados no serviço público na **era lulista** continuaram a se beneficiar da regra anterior. Foi preciso que novo passo fosse dado pelo governo atual para reduzir, no futuro, **o déficit da Previdência**. Que dizer, então, de modificações para flexibilizar a legislação trabalhista e incentivar o emprego formal? **A proposta** enviada pelo meu governo com esse objetivo, embora assegurando todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição, foi retirada do Senado pelo governo Lula em 2003. Agora é o próprio Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo que pede a mesma coisa...

O referente “a questão previdenciária” é outra descrição definida que se apresenta como “herança”. Em seguida, o autor evidencia mais um sinal de sua crença com a expressão definida e catafórica “o único ‘avanço’”. Observamos que “avanço” está entre aspas, caracterizando uma denominação reportada, ou seja, indicando outra voz no discurso e, também, apresentando ironia em classificar dessa forma. Esse “avanço” de que FHC fala, vem explicitado em seguida por uma descrição definida, “a criação de uma previdência complementar”, a qual é retomada, em seguida, por um encapsulamento no termo “a medida”.

Ainda nesse parágrafo, FHC apresenta o tempo em que Lula estava no governo com a introdução da nominalização “era lulista” e destaca como negativo os problemas advindos da “questão previdenciária”, indicando que o novo governo deveria tomar atitudes para reduzir “o déficit da Previdência”, expressão introduzida por uma descrição definida. Finalizando o trecho, há a inserção de um categorizador metaenunciativo, “a proposta”, em que FHC aponta, com argumentos positivos, um documento criado na época de seu governo com essa finalidade, porém negado pelo Senado no governo de Lula e agora debatido, novamente, pela categoria da qual este fez parte.

No sexto parágrafo, FHC volta a criticar “o hegemonismo” e “a popularidade”, ambos apresentados por descrições definidas, todavia, o primeiro apresentado entre aspas, denunciando mais uma denominação reportada e, posteriormente, mais uma herança é apresentada:

[T2 - P6] Mas **o “hegemonismo” e a popularidade** à custa do futuro forçaram outro caminho: **o dos “projetos de impacto”**, como certos períodos do autoritarismo militar tanto prezaram. Projetos que não saem do papel ou, quando saem, custam caríssimo ao Tesouro e têm utilidade relativa. **O exemplo clássico** foi **a formação a fórceps de estaleiros nacionais** para produzirem navios-tanque para a Petrobrás (pagos, naturalmente, pelos contribuintes, seja por meio do BNDES, seja pelos altos preços desembolsados pela Petrobrás). Depois do lançamento ao mar do primeiro navio, com fanfarras e discursos presidenciais, passaram-se meses para se descobrir que o custo não fez jus a tanta louvação. Que dizer dos atrasos da transposição do São Francisco, ou da Transnordestina, ou ainda da fábrica de diesel à base de mamona? Tudo relegado aos **restos a pagar do esquecimento**.

Os “projetos de impacto” são considerados outra herança e um deles é evidenciado em seguida por uma descrição definida, “a formação a fórceps de

estaleiros nacionais”, rotulado pela forma catafórica “o exemplo clássico”. Observamos que FHC ratifica com a escolha lexical “fórceps” o seu pensamento quanto a esses projetos, que considera dispendiosos e com “utilização relativa”. Finalmente, encerra esse trecho evidenciando, por uma nominalização, que todos os “projetos” não surtiram efeito e, depois de tanto dinheiro gasto, ficaram relegados aos “restos a pagar do esquecimento”.

No próximo parágrafo, destacamos, inicialmente, a reiteração do termo “herança”, marcando a continuidade textual:

[T2 - P7] O que mais pesa como **herança é a desorientação da política energética**. Calemos sobre **as usinas movidas “a fio d’água”**, cuja eletricidade para viabilizar o empreendimento terá de ser vendida como se a produção fosse firme o ano inteiro, e não sazonal. Foi preciso substituir **o companheiro que dirigia a Petrobrás** para que **o País** descobrisse o que o mercado já sabia, havendo reduzido quase pela metade o valor da empresa. **O custo da refinaria de Pernambuco** será dez vezes maior do que previsto; há mais três refinarias prometidas que deverão ser postergadas ad infinitum. **O preço da gasolina**, controlado pelo governo, não é compatível com os esforços de capitalização da Petrobrás. Como consequência de seu barateamento forçado - que ajuda a política de expansão ilimitada de carros com a coorte de congestionamentos e poluição - **a produção de etanol** se desorganizou a tal ponto que estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos!

Classificamos, nesse trecho, a presença do recurso de meronímia relacionando os referentes “as usinas movidas ‘à fio d’água””, “O custo da refinaria de Pernambuco”, “O preço da gasolina” e “a produção de etanol”, as quais estão associadas à “desorientação da política energética”, descrição definida que apresenta mais uma herança. Além disso, observamos a nominalização “o companheiro que dirigia a Petrobrás”, formada com uma oração relativa e a qual apresenta a escolha “companheiro” fazendo referência à expressão utilizada com frequência por Lula, marcando, também, uma ironia que insinua, por inferência, uma relação partidária. Por último, destacamos a descrição definida “o país”, introduzida de forma não-ancorada, solicitando ao leitor a associação ao Brasil.

Neste penúltimo parágrafo, FHC ainda tece comentários sobre a questão energética:

[T2 - P8] Com **isso tudo**, e apesar de estarmos gastando mais divisas do que antes com a importação de óleo, **o presidente Lula** não se pejou em

ser fotografado com **as mãos lambuzadas de petróleo** para proclamar a autossuficiência de produção, no exato momento em que a produtividade da extração se reduzia. No **rosário de desatinos**, os poços secos, ocorrência normal nesse tipo de exploração, deixaram de ser lançados como prejuízo, para que **o País** continuasse embevecido com as riquezas do pré-sal, que só se materializarão quando a tecnologia permitir que o óleo seja extraído a preços competitivos, que poderão tornar-se difíceis com as novas tecnologias de extração de gás e óleo dos americanos.

De início, identificamos a nominalização “isso tudo”, reunindo todos os fatos sobre a política energética mencionados no parágrafo anterior. Em seguida, o referente Lula é mais uma vez recategorizado por “o presidente Lula”, já tendo sido evidenciado também como “o antecessor”. Sobre seus atos FHC realça que mesmo com todos os planos não indo bem, Lula não hesitou em ter “as mãos lambuzadas de petróleo”, descrição definida denotando ironia. Evidenciando ainda, a orientação argumentativa do texto, FHC revela, na nominalização “rosário de desatinos”, sua percepção sobre a série de prejuízos mencionados e volta a reiterar a forma nominal definida “o País”.

No último parágrafo, FHC conclui sua argumentação em duas linhas e com várias ocorrências que ilustram, definitivamente, a orientação argumentativa do artigo:

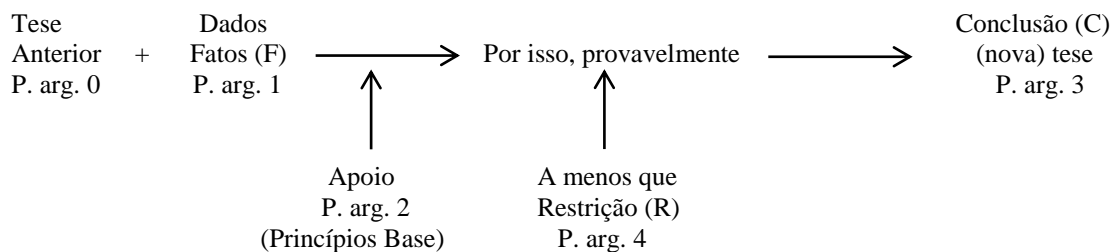
[T2 - P9] É **pesada como chumbo** a herança desse **estilo bombástico de governar que esconde males morais e prejuízos materiais sensíveis** para **o futuro da Nação**.

Na expressão “pesada como chumbo”, caracterizada como nominalização seguida por uma estrutura comparativa, FHC salienta o quão pesada é a “herança” recebida por Dilma. Há, novamente, a reiteração da expressão “herança” seguida pela descrição do tipo de governo que seguem a presidenta e seu antecessor, a nominalização constituída por uma expressão relativa “estilo bombástico de governar que esconde males morais e prejuízos materiais sensíveis”. Finalizando, o autor apresenta a descrição definida “o futuro da Nação” tentando não somente relacionar a País, como lugar, mas sim, apelando para a comunidade que vive no País, apelando, portanto, para o sentimento que existe em cada um que faz parte do lugar.

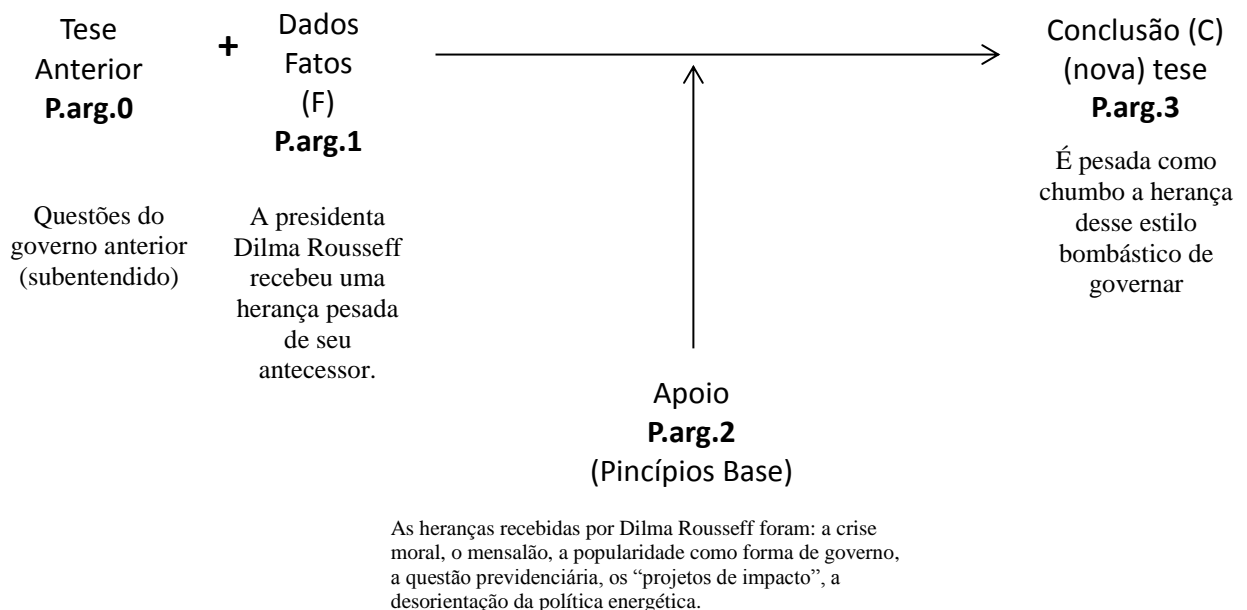
3.2.2.3 As sequências textuais argumentativas e o plano de texto

O artigo *Herança Pesada* é organizado por uma premissa inicial que, no decorrer do texto, recebe o apoio de vários argumentos, até a asserção conclusiva. Dessa forma, a estratégia utilizada é baseada nos conhecimentos do autor em torno dos fatos, o que o faz descrevê-los com objetividade e convicção.

Inicialmente, analisamos o artigo em sua estrutura global, partindo da seguinte sequência prototípica de Adam (2008):



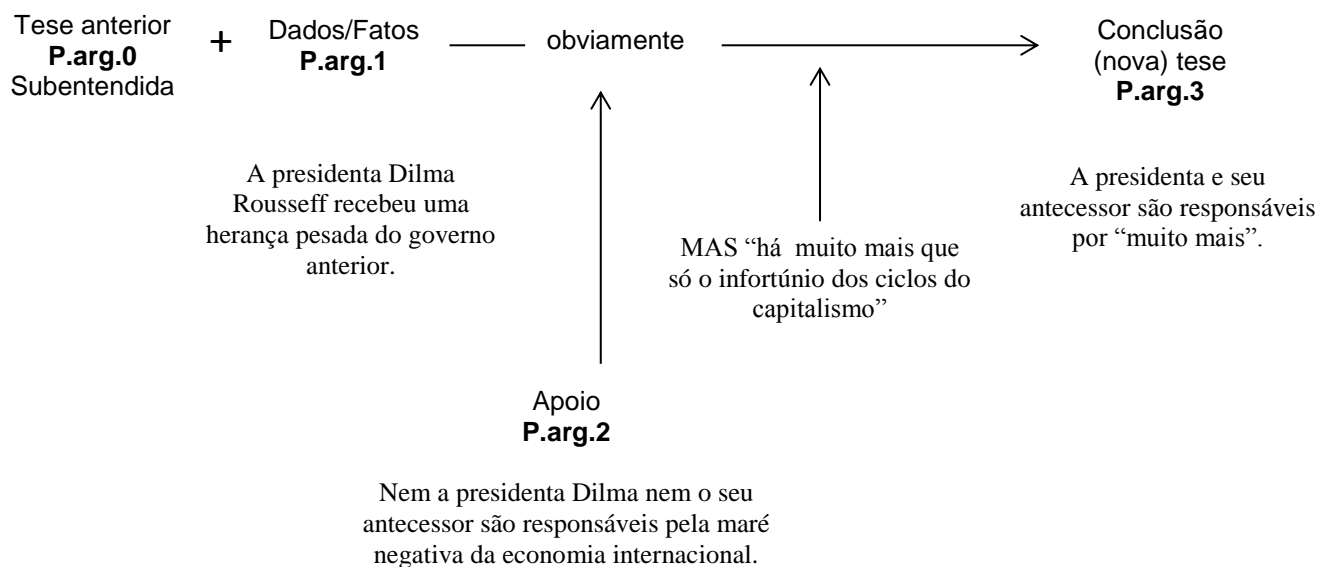
Acreditamos que o artigo não apresenta o “P.arg.4” referente à restrição, por esse motivo, optamos por removê-lo e construir um novo esquema conforme ilustrado a seguir:



Com base nesse esquema, evidenciamos como premissa “P.arg.1” a herança “pesada” recebida pela presidenta Dilma Rousseff. Acreditamos que a tese anterior está subentendida e é, aos poucos, identificada no decorrer do texto quando o autor faz menção aos problemas iniciados no governo anterior, ou seja, o “P.arg.0” são as ações realizadas pelo antecessor da presidenta, as quais geraram “as heranças” ao atual governo. A asserção final ou o “P.arg.3” é a conclusão explícita de FHC ao reafirmar a “herança”, realizando uma comparação ao elemento “chumbo” e escolhendo o modificador “pesada”.

Apresentamos, abaixo, a análise das sequências argumentativas a partir dos parágrafos:

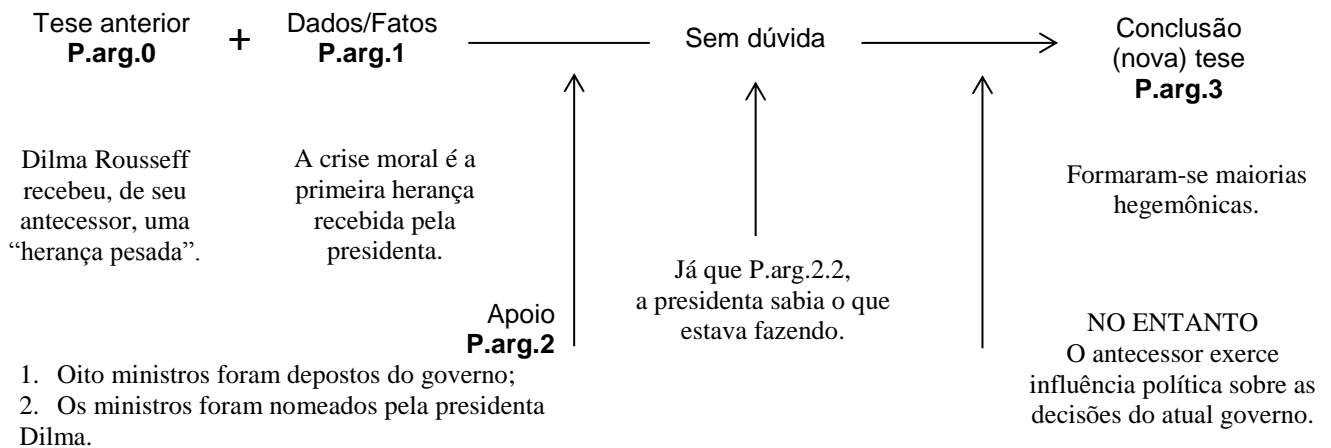
[T2 - P1] A presidenta Dilma Rousseff recebeu uma herança pesada de seu antecessor. Obviamente, ninguém é responsável pela maré negativa da economia internacional, nem ela nem o antecessor. **MAS** há muito mais do que só o infortúnio dos ciclos do capitalismo.



No primeiro parágrafo, destacamos a premissa que dá início ao texto. Conforme o esquema acima, a tese anterior está subentendida, isto é, deve haver a inferência, por parte do leitor, no sentido de ativar os conhecimentos sobre a política nacional que trarão a lembrança do governo anterior e do legado recebido pelo atual governo caracterizado como “herança pesada”. O parágrafo organiza-se, então, em torno do seguinte raciocínio: se o problema fosse a “maré negativa da economia internacional”, nem a presidenta, nem o seu antecessor seriam culpados. Em compensação, o autor apresenta um contra-argumentador (“MAS”), evidenciando

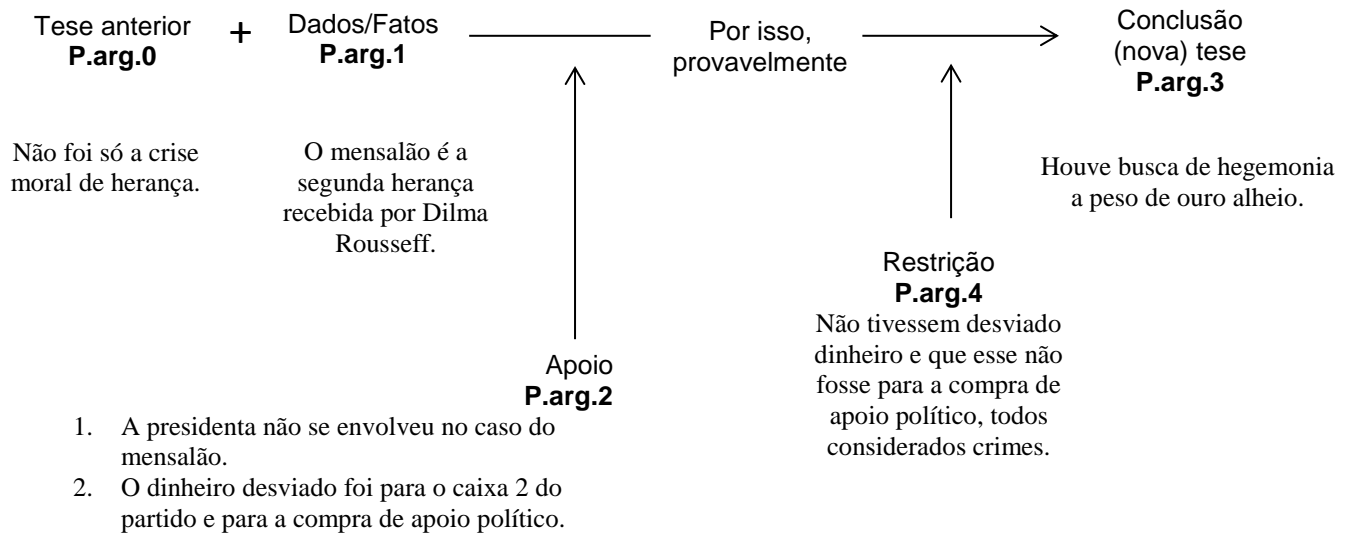
que há muito mais do que problemas em torno dos ciclos do capitalismo, o que leva à nova tese evidenciando a existência de problemas maiores ainda.

[T2 - P2] Começemos pelo mais óbvio: a crise moral. Nem bem completado um ano de governo e lá se foram oito ministros, sete dos quais por suspeitas de corrupção. Pode-se alegar que quem nomeia ministros deve saber o que faz. Sem dúvidas, **MAS** há circunstâncias. **NO ENTANTO**, como o antecessor desempenhou papel eleitoral decisivo, seria difícil recusar de plano seus afilhados. Suspeitas, antes de se materializarem em indícios, são frágeis diante da obsessão por formar maiorias hegemônicas, enfermidade petista incurável.



No segundo parágrafo, partimos da tese anterior que se apresenta, no primeiro parágrafo, como fato, ou seja, as heranças recebidas por Dilma Rousseff. Já os dados/fatos são a apresentação da primeira herança evidenciada por FHC, a “crise moral”. Os argumentos que embasam o fato são: 1. a saída de oito ministros; e 2. o fato desses ministros terem sido nomeados pela presidenta. Na proposição “Pode-se alegar que quem nomeia ministros sabe o que faz”, o autor evidencia mais um argumento encaixado para contra-argumentar em seguida, por intermédio de um conector “MAS”, afirmando a existência de circunstâncias para esse fato. Seguidamente, com a introdução de outro conector contra-argumentativo introdutor de argumento forte “NO ENTANTO”, FHC direciona à conclusão do parágrafo, destacando a influência do antecessor sobre a presidenta, com o intuito de formar maiorias hegemônicas.

[T2 - P3] **MAS** não foi só isso: o mensalão é outra dor de cabeça. De tal desvio de conduta a presidenta passou longe e continua se distanciando. **MAS** seu partido não tem jeito. Invoca a prática de um delito para encobrir outro: o dinheiro desviado seria "apenas" para o caixa 2 eleitoral, como disse Lula em tenebrosa entrevista dada em Paris, versão recém-reiterada ao jornal The New York Times. Pouco a pouco, vai-se formando o consenso jurídico, de resto já formado na sociedade, de que desviar dinheiro é crime, tanto para caixa 2 como para comprar apoio político no Congresso Nacional. Houve mesmo busca de hegemonia a peso de ouro alheio.

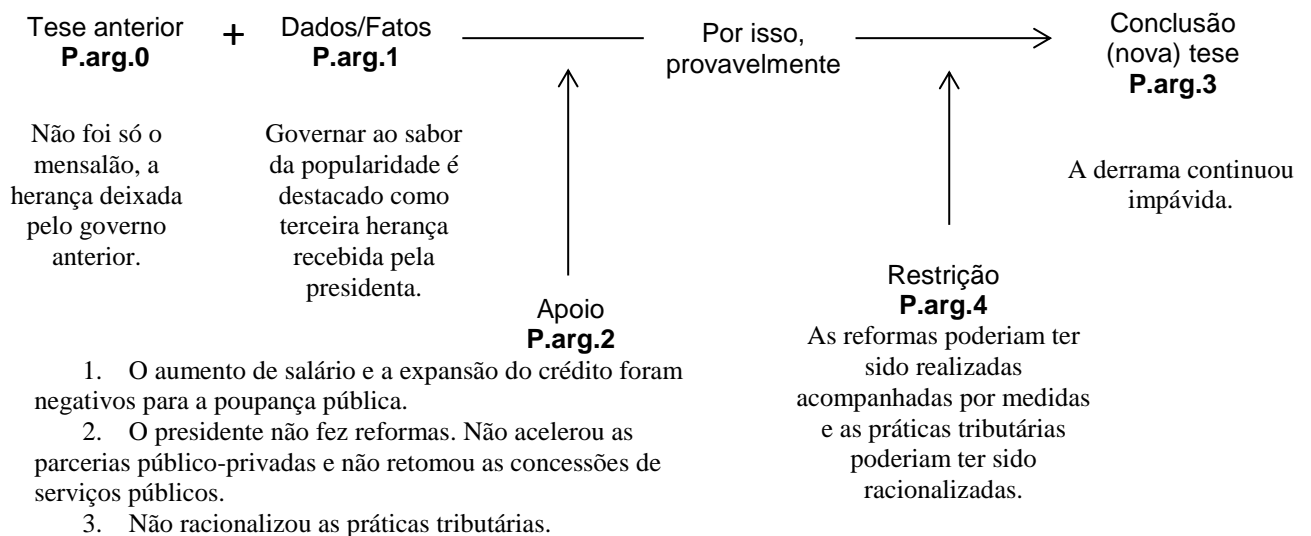


No terceiro parágrafo, o autor continua a elencar as heranças e inicia com um conector contra-argumentativo “MAS”, introdutor de um argumento forte, afirmando não ser apenas “a crise moral” a herança deixada (P.arg.0 – tese anterior), mas agora “o mensalão”, evidenciado como o P.arg.1 deste parágrafo. Com isso, contrapõe os argumentos na tentativa de gerar um efeito crescente quanto à gravidade dos fatos.

Como apoio (P.arg.2), FHC destaca o não envolvimento da presidenta Dilma no caso do mensalão e, também, o fato do dinheiro desviado para o caixa 2 do partido e para a compra de apoio político. Para introduzir esses argumentos, o autor utiliza, novamente, o conector contra-argumentativo “MAS”, contrapondo o não envolvimento da presidenta aos atos delituosos do partido.

A conclusão do parágrafo (P.arg.3) ratifica a ideia construída desde o segundo: todas as ações criminosas possuem como intento a obsessão pela hegemonia política.

[T2 - P4] **MAS** não foi só isso que Lula deixou como herança à sucessora. Nos anos de bonança, em vez de aproveitar as taxas razoáveis de crescimento para tentar aumentar a poupança pública e investir no que é necessário para dar continuidade ao crescimento produtivo, preferiu governar ao sabor da popularidade. Aumentou os salários e expandiu o crédito, medidas que, se acompanhadas de outras, seriam positivas. Deixou de lado as reformas politicamente custosas: não enfrentou as questões regulatórias para acelerar as parcerias público-privadas e retomar as concessões de certos serviços públicos. A despeito da abundância de recursos fiscais, deixou de racionalizar as práticas tributárias, num momento em que a eliminação de impostos se poderia fazer sem consequências negativas: a oposição conseguiu suprimir a CPMF, cortando R\$ 50 bilhões de impostos, e a derrama continuou impávida.

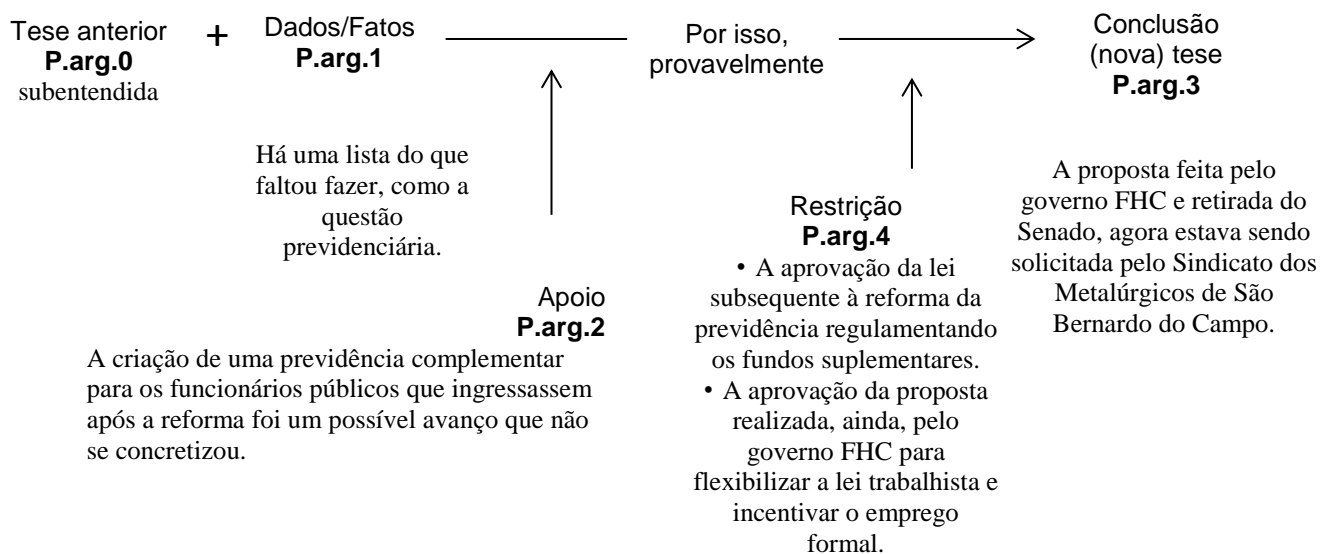


No quarto parágrafo, FHC opta por iniciá-lo utilizando a mesma estratégia do parágrafo anterior, ou seja, opondo argumentos com o conector argumentativo “MAS”. O efeito crescente continua e os argumentos anteriores, que evidenciavam as duas primeiras heranças, parecem pequenos diante do que ele busca defender neste parágrafo.

A tese anterior (P.arg.0) constitui-se pela segunda herança, “o mensalão”, e o fato novo (P.arg.1) pela questão do presidente governar ao “sabor da popularidade”. FHC destaca medidas tomadas por Lula para aumentar a aceitação ao seu governo, ou seja, sua popularidade diante da população. Para isso, optou por aumentar os salários e expandir os créditos, mas não realizou outras reformas que apoiariam essa atitude.

A restrição é evidenciada no momento em que o autor frisa a não realização das reformas e a não racionalização das práticas tributárias, apontando para a asserção conclusiva que é a questão dos gastos impávidos do governo.

[T2 – P5] É longa a lista do que faltou fazer quando seria mais fácil. Na questão previdenciária, o único "avanço" não se concretizou: a criação de uma previdência complementar para os funcionários públicos que viessem a ingressar depois da reforma. A medida foi aprovada, **MAS** sua consecução dependia de lei subsequente, para regulamentar os fundos suplementares, que nunca foi aprovada. As centenas de milhares de recém-ingressados no serviço público na era lulista continuaram a se beneficiar da regra anterior. Foi preciso que novo passo fosse dado pelo governo atual para reduzir, no futuro, o déficit da Previdência. Que dizer, então, de modificações para flexibilizar a legislação trabalhista e incentivar o emprego formal? A proposta enviada pelo meu governo com esse objetivo, **EMBORA** assegurando todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição, foi retirada do Senado pelo governo Lula em 2003. Agora é o próprio Sindicato Metalúrgico de São Bernardo do Campo que pede a mesma coisa...



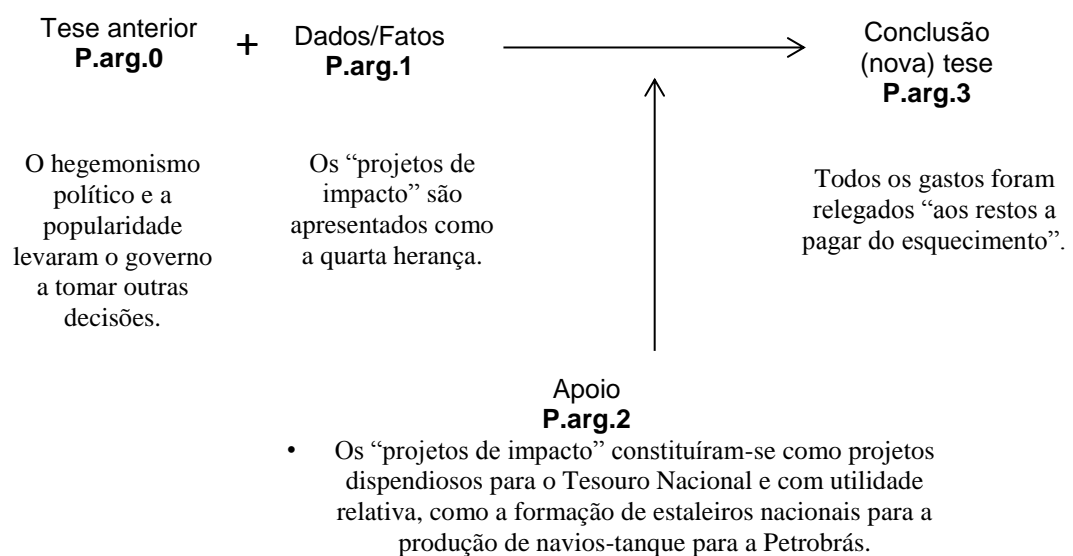
O quinto parágrafo permanece ancorado no suporte das heranças. A tese anterior (P.arg.0) está subentendida, solicitando a inferência do leitor quando FHC evidencia a existência de uma lista do que faltou fazer. Logo em seguida, FHC expõe “a questão previdenciária” como outra herança (P.arg.1). O apoio, desta vez, é “a criação de uma previdência complementar para os funcionários públicos que viessem a ingressar depois da reforma”. O autor destaca esse fato como o “único” possível “avanço” no governo de Lula, mas que não se realizou.

A restrição neste parágrafo fica por conta da proposição introduzida pelo conector contra-argumentativo “MAS”, indicando que o avanço teria ocorrido caso a lei subsequente à medida tivesse sido aprovada.

O autor destaca, ainda, que um futuro déficit na previdência foi remediado pelo governo atual por meio de um “novo passo” e, com uma pergunta, evidencia

qual seria esse passo: “modificações para flexibilizar a legislação trabalhista e incentivar o emprego formal?”. Em seguida, responde a pergunta evidenciando que, na época de seu governo, já havia essa proposta e contra-argumenta, com o uso do “EMBORA”, que mesmo “assegurando todos os direitos trabalhistas previstos na Constituição”, esta foi retirada do Senado. Isso se qualifica, no esquema, como outra restrição, o que concede maior peso à conclusão, quando FHC evidencia a solicitação da medida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, levando a outra inferência do leitor por saber que Lula fez parte dos sindicalistas metalúrgicos.

T2 – E6] **MAS** o "hegemonismo" e a popularidade à custa do futuro forçaram outro caminho: o dos "projetos de impacto", como certos períodos do autoritarismo militar tanto prezaram. Projetos que não saem do papel ou, quando saem, custam caríssimo ao Tesouro e têm utilidade relativa. O exemplo clássico foi a formação a fórceps de estaleiros nacionais para produzirem navios-tanque para a Petrobrás (pagos, naturalmente, pelos contribuintes, seja por meio do BNDES, seja pelos altos preços desembolsados pela Petrobrás). Depois do lançamento ao mar do primeiro navio, com fanfarras e discursos presidenciais, passaram-se meses para se descobrir que o custo não fez jus a tanta louvação. Que dizer dos atrasos da transposição do São Francisco, ou da Transnordestina, ou ainda da fábrica de diesel à base de mamona? Tudo relegado aos restos a pagar do esquecimento.

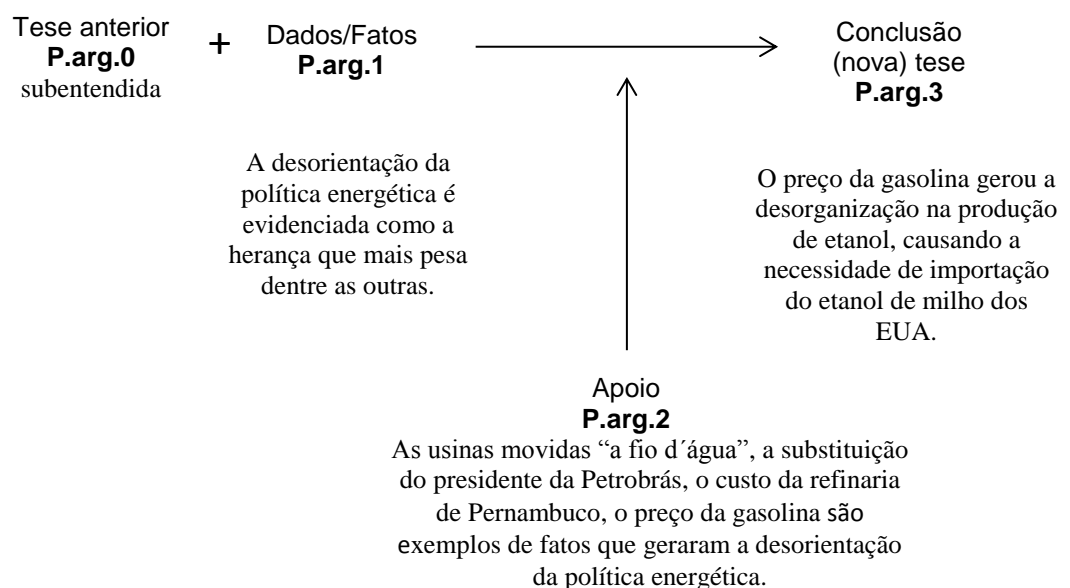


No sexto parágrafo, destacamos, como tese anterior (P.arg.0), a primeira proposição contra-argumentativa introduzida pelo “MAS”, que traz o “hegemonismo”

e a “popularidade” como indícios de outro caminho a ser tomado. Assim, outra herança vem à tona: “os projetos de impacto” (P.arg.1). O apoio que sustenta esse argumento está no fato desses projetos serem altamente dispendiosos para o Tesouro Nacional e, principalmente, possuírem utilidade relativa, segundo o autor, que exemplifica com a formação de estaleiros para a produção de navios-tanque.

A conclusão apresenta-se como resultado dos fatos ocorridos, ou seja, o autor indica que tudo o que foi gasto será esquecido.

[T2 – P7] O que mais pesa como herança é a desorientação da política energética. Calemos sobre as usinas movidas “a fio d’água”, cuja eletricidade para viabilizar o empreendimento terá de ser vendida como se a produção fosse firme o ano inteiro, e não sazonal. Foi preciso substituir o companheiro que dirigia a Petrobrás para que o País descobrisse o que o mercado já sabia, havendo reduzido quase pela metade o valor da empresa. O custo da refinaria de Pernambuco será dez vezes maior do que previsto; há mais três refinarias prometidas que deverão ser postergadas ad infinitum. O preço da gasolina, controlado pelo governo, não é compatível com os esforços de capitalização da Petrobrás. Como consequência de seu barateamento forçado - que ajuda a política de expansão ilimitada de carros com a coorte de congestionamentos e poluição - a produção de etanol se desorganizou a tal ponto que estamos importando etanol de milho dos Estados Unidos!

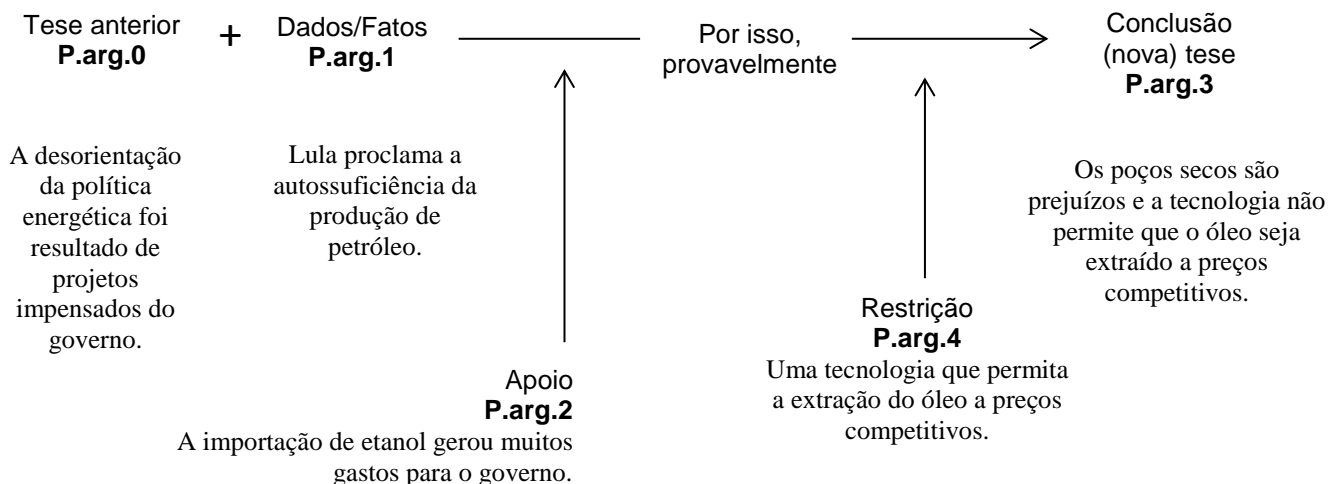


O sétimo parágrafo tem, subentendida, a tese anterior e destaca como premissa “a desorientação da política energética”, evidenciada como herança que

“mais pesa”. Os suportes são exemplos que geraram essa desorientação, os quais são encaixados seguidamente: 1. as usinas movidas “a fio d’água”; 2. a substituição do presidente da Petrobrás; 3. o custo da refinaria de Pernambuco; e 4. O preço da gasolina.

A conclusão é decorrente do último fato de apoio, o preço da gasolina, que teve o seu barateamento forçado e, por conseguinte, desorganizou a produção de etanol causando a importação de etanol de milho de outro país.

[T2 – P8] Com isso tudo, e **APESAR DE** estarmos gastando mais divisas do que antes com a importação de óleo, o presidente Lula não se pejou em ser fotografado com as mãos lambuzadas de petróleo para proclamar a autossuficiência de produção, no exato momento em que a produtividade da extração se reduzia. No rosário de desatinos, os poços secos, ocorrência normal nesse tipo de exploração, deixaram de ser lançados como prejuízo, para que o País continuasse embevecido com as riquezas do pré-sal, que só se materializarão quando a tecnologia permitir que o óleo seja extraído a preços competitivos, que poderão tornar-se difíceis com as novas tecnologias de extração de gás e óleo dos americanos.



O oitavo parágrafo é uma continuação da sequência anterior, trazendo como premissa a desorientação da política energética. Em seu início, destacamos um marcador contra-argumentativo “APESAR DE”, introdutor de um argumento que servirá, posteriormente, como suporte para a sequência: o gasto de divisas com a

importação de petróleo. O “P.arg.1” vem em seguida, como argumento mais forte que o introduzido pelo conector, ou seja, Lula se deixou ser fotografado “com as mãos lambuzadas de petróleo” proclamando a autossuficiência de sua produção, quando o que acontecia era, exatamente, o contrário.

Identificamos uma restrição quando FHC destaca que somente uma nova tecnologia para a extração do óleo poderia fazer com que o País seguisse em frente com as riquezas do pré-sal. Essa restrição fortalece a conclusão opondo o Brasil aos Estados Unidos, dizendo haver, no segundo, tecnologia adequada para uma alta produção de etanol e, conseqüentemente, para a sua exportação, enquanto que no primeiro, não.

[T2 – P9] É pesada como chumbo a herança desse estilo bombástico de governar que esconde males morais e prejuízos materiais sensíveis para o futuro da Nação.

O nono e último parágrafo corresponde à conclusão do texto e, nele, constatamos o encerramento do processo argumentativo desenvolvido pelo autor. A argumentação constitui-se pela forma avaliativa da proposição que evidencia uma comparação a “herança” recebida pela presidenta ao “chumbo”, elemento metálico que remete a algo pesado.

FHC faz uma síntese, em poucas palavras, do estilo de governo da presidenta e de seu antecessor, afirmando existir, sob a herança recebida, “males morais e prejuízos materiais” para a Nação.

Ao finalizar a análise das sequências textuais argumentativas de “Herança pesada”, consideramos possível destacar que, na organização do plano textual deste artigo de opinião, o autor utilizou sequências argumentativas sucessivas, as quais foram se combinando ao longo de sua tessitura.

Identificamos, também, como uma de suas característica, o uso dos conectores contra-argumentativos (“MAS” e “NO ENTANTO”), introdutores de

argumentos fortes, apresentados no início de três dos nove parágrafos (P3, P4, P6) e presentes em seis deles (P1, P2, P3, P4, P5, P6), o que consideramos indicar o destaque, no decorrer do texto, a um fato novo mais forte do que o anterior.

Por fim, distribuímos o artigo em um quadro, evidenciando o seu plano de texto:

Excertos	
[SUBENTENDIDA] Há muitas questões do governo anterior que se constituem como problemas para o governo atual.	Tese Anterior
A presidenta Dilma Rousseff recebeu uma herança pesada de seu antecessor.	Dados / Fatos
<p>[T2 - P2] Começemos pelo mais óbvio: a crise moral. Nem bem completado um ano de governo e lá se foram oito ministros, sete dos quais por suspeitas de corrupção. [...]</p> <p>[T2 - P3] Mas não foi só isso: o mensalão é outra dor de cabeça. De tal desvio de conduta a presidenta passou longe e continua se distanciando. Mas seu partido não tem jeito. Invoca a prática de um delito para encobertar outro: [...]</p> <p>[T2 - P4] Mas não foi só isso que Lula deixou como herança à sucessora. Nos anos de bonança, em vez de aproveitar as taxas razoáveis de crescimento para tentar aumentar a poupança pública e investir no que é necessário para dar continuidade ao crescimento produtivo, preferiu governar ao sabor da popularidade.[...]</p> <p>[T2 - P5] É longa a lista do que faltou fazer quando seria mais fácil. Na questão previdenciária, o único "avanço" não se concretizou: a criação de uma previdência complementar para os funcionários públicos que viessem a ingressar depois da reforma. [...]</p> <p>[T2 - P6] Mas o "hegemonismo" e a popularidade à custa do futuro forçaram outro caminho: o dos "projetos de impacto", como certos períodos do autoritarismo militar tanto prezaram. [...]</p> <p>[T2 - P7] O que mais pesa como herança é a desorientação da política energética. Calemos sobre as usinas movidas "a fio d'água", cuja eletricidade para viabilizar o empreendimento terá de ser vendida como se a produção fosse firme o ano inteiro, e não sazonal.[...]</p>	Apoio
[T2 - P9] É pesada como chumbo a herança desse estilo bombástico de governar que esconde males morais e prejuízos materiais sensíveis para o futuro da Nação.	Conclusão

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, estabelecemos como objetivo geral analisar a progressão textual referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC. Como objetivos específicos, pretendemos identificar, descrever, analisar e interpretar a progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC e discutir o plano de texto de artigos de opinião de FHC.

Utilizamos, para tanto, textos atuais de Fernando Henrique Cardoso veiculados no portal *estadao.com.br* como *corpus* para análise e orientamos o trabalho com base em perguntas que respondessem como se apresentam os recursos de progressão referencial e as sequências textuais argumentativas em artigos de opinião de FHC e como se constitui o plano de texto de artigos de opinião de FHC.

FHC revela possuir um grande conhecimento linguístico e textual, que observamos pelos usos de metáforas, expressões estrangeiras, figuras de linguagem e, principalmente, pela forma como desenvolve os seus textos em linhas de extensão média e com recursos altamente argumentativos, como o uso de conectores. Observamos um comprometimento do produtor diante do que escreve e, essencialmente, diante das escolhas que faz gerando o suporte necessário as suas conclusões. A maneira como faz a avaliação dos fatos é corroborada de forma evidente por provas legítimas, o que acentua a argumentação e a aprovação da sua linha de pensamento.

Identificamos que as escolhas lexicais são realizadas de forma a deixar, de fato, sinais para interlocutor, conduzindo aos sentidos do texto. As expressões nominais definidas evidenciam, de forma clara, a opinião do autor sobre as questões abordadas. As metáforas e rotulações refletem claramente as suas ideias e ele busca expressões conhecidas que marquem a memória do interlocutor. A forma como são construídos e reconstruídos alguns objetos-de-discurso do texto são determinantes na orientação dada até à conclusão de seus pensamentos.

As sequências textuais argumentativas refletem o fato de que os sentidos, em um texto, vêm orientados pelo encadeamento das ideias, cuja importância

argumentativa se dá na unidade sequencial discursiva. O autor estabelece procedimentos argumentativos que conduzem o interlocutor a questionamentos e reflexões durante o texto. As relações entre construções e reconstruções de referentes permitem, com e sem a presença de conectores, o estabelecimento de uma argumentação, pois as escolhas lexicais revelam a presença de valores defendidos pelo autor. Os planos de texto, em conformidade com as sequências textuais, desempenham um papel importante na composição de ideias, visto que o texto será pautado em um modelo pré-concebido socialmente e essas estruturas-padrão direcionarão o leitor na forma de processamento para a obtenção do sentido global.

Defendemos a ideia de que a interação social se dá pela argumentatividade e que todo enunciado possui um valor argumentativo, portanto, o uso de expressões nominais definidas é uma importante estratégia de progressão referencial, permitindo evidenciar o projeto de dizer.

Com essas reflexões, acreditamos ter conseguido atingir nossos objetivos e somos conscientes das possibilidades de estudos que se apresentam a partir esse tema, o que propicia a continuidade a um processo de investigação que esclareça a todos que se interessem pelos estudos do texto e do discurso, a importância do uso de estratégias para a construção da argumentação em um texto.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**. Introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. (Lingua[gem]).
- ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: Introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.
- APOTHÉLOZ, Denis; **Nominalisations, référent clandestins et anaphores atypiques**. In: Travaux neuchâtelois de linguistique (Tranel). Neuchâtel, n.23, 143-173, 1995.
- APOTHÉLOZ, Denis; CHANET, Catherine. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biase; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Clássicos da Linguística)
- APOTHÉLOZ, Denis; REICHLER-BÉGUELIN, M.J. **Construction de la référence et stratégies de désignation**. In: Travaux neuchâtelois de linguistique(Tranel). Neuchâtel, n.23, 143-173, 1995.
- BEAUGRANDE, Robert; DRESSLER, Wolfgang. **Introduction to Text Linguistic**. In: **XIV Congress of Linguists, Berlin, 1987**. Disponível em: <http://www.beaugrande.com/introduction_to_text_linguistics.htm>. Acesso em: 08/12/2013.
- BEAUGRANDE, Robert. **New Foundations for a Science of Text and Discourse**. In: UNIVERSITY OF VIENNA, 1997. Disponível em: <http://www.beaugrande.com/new_foundations_for_a_science.htm>. Acesso em: 08/12/2013.
- BENTES, Anna Christina. A Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, v.1. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BONINI, Adair. **A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam**. In: MEURER, J.L.; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 2.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Sinais alarmantes. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,sinais-alarmanes-imp-,1102780>. Acesso em: 14/07/2013.
- _____. Beijar a cruz. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,beijar-a-cruz-imp-,1037940>. Acesso em: 14/07/2013.
- _____. Pessoas e estórias. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,pessoas-e-estorias-imp-,992341>. Acesso em: 14/07/2013.
- _____. Crer e perseverar. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,crer-e-perseverar,831527>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. Novos desafios. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,novos-desafios-imp-,728105>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. Silêncios que falam. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,silencios-que-falam-imp-,688343>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. Lunetas novas. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://search2.estadao.com.br/noticias/impresso,lunetas-novas,636144,0.htm>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. Segundo turno. **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://estadao.tv.br/noticias/impresso,segundo-turno,619132,0.htm>. Acesso em: 14/07/2013.

_____. Cara ou coroa? **O Estado de São Paulo (Estado)**. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,cara-ou-coroa-imp-,588951>. Acesso em: 14/07/2013.

CHAROLLES, Michel. **Introdução aos problemas da coerência dos textos**. In: GALVEZ, C. (org.) O texto: leitura e escrita. Campinas, Pontes, 1989 (Título original, 1978).

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore G. Villaça. **Linguística Textual: Introdução**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRICE, H.P. Logic and conversation. In: Cole, Peter; Morgan, J.L. **Syntax and semantics 3: Speech arts**. United Kingdom: Zubal Books, 1975.

KOCH, Ingedore Villaça. **A referenciação como atividade cognitivo discursiva e interacional**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (41), 37-54, Jul/Dez. 2001.

_____. **As expressões nominais indefinidas e a progressão referencial**. Rev. Letras, n.26, v.1/2, jan./dez. 2004.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Introdução à linguística textual**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 7.ed. São Paulo: 2011a.

_____. **Argumentação e Linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore G. V; Luiz Antônio MARCUSCHI (1998). **Processos de referenciação na produção discursiva**. *D.E.L.T.A* ., vol.14, no. especial, p.169-190.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2007.

LIMA, Silvana Maria Calixto; FELTES, Heloísa Pedroso de. A construção de referentes no texto / discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; LIMA, Silvana Maria Calixto (orgs). **Referenciação: teoria e prática**. São Paulo: cortez, 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Linguística de texto: como é e como se faz?** São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. IN: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

MARQUESI, Sueli Cristina. **A organização do texto descritivo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MELO, José Marques de. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3.ed. rev. e ampl. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MONDADA, Lorenza. **Gestion du topic et organisation de la conversation**. In: Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, (41), 37-54, Jul/Dez. 2001.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Danièle. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biase; CIULLA, Alena (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2013. (Coleção Clássicos da Linguística)

PASSEGGI et all. A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli Quadros (orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

RONCARATI, Cláudia. **As cadeias do texto: construindo sentidos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Estratégias de Ensino; 19)

SCHMIDT, Siegfried J. **Linguística e teoria de texto: os problemas de uma linguística voltada para a comunicação**. São Paulo: Pioneira, 1978.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Texto e linguagem).

VAN DIJK, Teun A. Texto e gramática. In: _____. **La ciência del texto**. México: Paidós, 1978.

_____. **Cognição, discurso e interação**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 - Cara ou coroa?

FHC, 01 de agosto de 2010

Em pouco mais de dois meses escolheremos o próximo presidente. Tempo mais do que suficiente para um balanço da situação e, sobretudo, para assumirmos a responsabilidade pela escolha que faremos. É inegável que a popularidade de Lula e a sensação de "dinheiro no bolso", materializada no aumento do consumo, podem dar aos eleitores a sensação de que é melhor ficar com o conhecido do que mudar para o incerto.

Mas o que realmente se conhece? Que nos últimos 20 anos melhorou a vida das pessoas no Brasil, com a abertura da economia, com a estabilidade da moeda trazida pelo Plano Real, com o fim dos monopólios estatais e com as políticas de distribuição de renda simbolizadas pelas bolsas. Foi nessa moldura que Lula pregou sua imagem. Arengador de méritos, independentemente do que diga (quase nada diz, mas toca em almas ansiosas por atenção), vem conseguindo confundir a opinião, como se antes dele nada houvesse e depois dele, se não houver a continuidade presumida com a eleição de sua candidata, haverá retrocesso.

Terá êxito a estratégia? Por enquanto o que chama a atenção é a disposição de bem menos da metade do eleitorado de votar no governo, enquanto a votação oposicionista se mantém consistente próxima da metade. Essa obstinação, a despeito da pressão governamental, impressiona mais do que o fato de Lula ter transferido para sua candidata 35% a 40% dos votos. Assim como impressiona que o apoio aos candidatos não esteja dividido por classes de renda, mas por regiões: pobres do Sul e do Sudeste tendem a votar mais em Serra, assim como ricos do Norte e do Nordeste, em Dilma. O empate, depois de praticamente dois anos de campanha oficial em favor da candidata governista, tem sabor de vitória para a oposição. É como se a lãbia presidencial tivesse alcançado um teto. De agora para a frente, a voz deverá ser a de quem o País nunca ouviu, a da candidata. Pode surpreender? Sempre é possível. Mas pelos balbucios escutados falta muito para convencer: falta história nacional, falta clareza nas posições; dá a impressão de que a palavra saiu de um manequim que não tem opiniões fortes sobre os temas e diz, meio desajeitadamente, o que os auditórios querem ouvir.

Não terá sido essa também a técnica de Lula? Até certo ponto, pois este, quando esbraveja ou quando se aferra pouco à verdade, o faz "autenticamente": sente-se que pode assumir qualquer posição porque em princípio nunca teve posição alguma. Dito em suas próprias palavras: "Sou uma metamorfose ambulante." Ora, o caso da candidata do PT é o oposto (essa é, aliás, sua virtude). Tem opiniões firmes, com as quais podemos ou não concordar, mas ela luta pelo que crê. Este é também seu dilema: ou diz o que crê e possivelmente perde eleitores por seu compromisso com uma visão centralizadora e burocrática da economia e da sociedade ou se metamorfoseia e vira personagem de marqueteiro, pouco convincente.

Não obstante, muitos comentaristas, como recentemente um punhado de brasilianistas, quando perguntados sobre as diferenças entre as duas candidaturas, pensam que há mais convergências do que discrepâncias entre os candidatos. Será? As comparações feitas, fundadas ou não, apontam mais para o lado psicológico. O que está em jogo, entretanto, é muito mais do que a diferença ou semelhança de personalidades. O quadro fica confundido com a discussão deslocada do plano político para o pessoal e, pior, quando se aceita a confusão a que me referi inicialmente entre a situação de desafogo e bem-estar que o País vive e Lula, que dela se apossou como se fosse obra exclusiva sua. Se tudo converge nos objetivos e se estamos vivendo um bom momento na economia, podem pensar alguns, melhor não trocar o certo pelo duvidoso. Só que o certo foi uma situação herdada, que, embora aperfeiçoada, tem a marca original do fabricante, e o duvidoso é a disposição da herdeira eleitoral de continuar a se inspirar na matriz originária. O candidato da oposição, esse, sim, traz consigo a marca de origem: ajudou a construir a estabilidade, a melhorar as políticas sociais e a promover o progresso econômico.

Não nos iludamos. O voto decidirá entre dois modelos de sociedade. Um mais centralizador e burocrático, outro mais competitivo e meritocrático. No geral, ambos os oponentes levarão adiante o capitalismo. Estamos longe dos dias em que o PT e sua candidata sonhavam com o que Lula nunca sonhou: o controle social dos meios de produção e uma sociedade socialista. Mas estamos mais perto do que parece de concretizar o que vem sendo esboçado neste segundo mandato petista: mais controle do Estado pelo partido, mais burocratização e corporativismo na economia, mais apostas em controles não democráticos, além de maior aproximação com governos autoritários, revestidos de retórica popular.

A escolha a ser feita é, portanto, decisiva. Como tudo indica, o teatro eleitoral está-se organizando para esconder o que verdadeiramente está em discussão. Há muita gente nas elites (vilipendiadas pelo lulismo nos comícios, mas amada pelos governantes e beneficiada por suas decisões econômico-financeiras) aceitando confortavelmente a tese de que tanto dá como tanto deu. Dê cara ou dê coroa, sempre haverá "um cara" para desapertar os sapatos. Ledo engano. Há diferenças essenciais entre as duas candidaturas polares. Feitas as apostas e jogado o jogo, será tarde para choramingar: "Ah, eu nunca imaginei isso." Melhor que cada um trate de aprofundar as razões e consequências de seu voto e escolha um ou outro lado.

Há argumentos para defender qualquer dos dois. Mas que não são a mesma coisa, não são. E não porque num governo haverá fartura e noutro, escassez, para pobres ou ricos. E sim porque num haverá mais transparência e liberdade que no outro. Menos controle policalesco, menos ingerência de forças partidário-sindicais. E menos corrupção, que mais do que um propósito é uma consequência.

ANEXO 2 - Segundo turno

FHC, 03 de outubro de 2010

A campanha eleitoral termina sua primeira fase como se estivéssemos escolhendo entre duas ou três pessoas em razão de suas diferentes psicologias, grandes feitos, pequenas fragilidades pessoais ou o que mais seja. E não porque representam caminhos diversos para o País.

O governo de Lula e do PT iniciou-se disposto a exercer o papel de renovador da política e da ética. Termina abraçado com a despolitização e o clientelismo. Ser pragmático é o que conta; ter bons índices de popularidade, aproveitar as águas calmas de um produto interno bruto (PIB) em ascensão para distribuir benesses para todos os lados, fazer discursos inconsistentes, mesmo que chulos, para agradar a cada audiência. E, sobretudo, criar muitas imagens, registrando desde o ridículo até o sublime. Lula, na Bolsa, autodefinindo-se como sumo sacerdote do capitalismo financeiro global representou o coroamento de uma trajetória. Como se de suas mãos escurecidas de petróleo brotassem ações ricas em dividendos futuros, e não do esforço árduo de gerações de trabalhadores, técnicos e políticos para viabilizar a Petrobrás como uma grande companhia, da qual todos nos orgulhamos.

Por trás das máscaras dos candidatos, contudo, existem opções reais. Se elas se apresentam desfiguradas pelas técnicas mercadológicas, nem por isso deixam de representar distintas visões do País e interesses diversos. É por isso que, diga-se ou não, o dia de hoje é marcante. Em primeiro lugar, porque, a despeito de o chefe da Nação ter-se comportado como chefe de facção, chegando a falar em extermínio de adversários; apesar da massa de recursos mobilizada em propaganda direta ou indireta, com as cornucópias públicas a jorrar rios de anúncios sobre "grandes feitos"; em que pese o personalismo imperial do presidente em sua verborreia incessante; não obstante tudo isso, com certeza pelo menos 40% dos eleitores não se dispõem a coonestar tal estado de coisas. E é pouco provável que os que ainda pendem para o outro lado alcancem hoje os 50% mais um dos votos válidos. A tentativa plebiscitária do "nós bons versus eles maus" não colou, a menos que se condene metade do País ao infortúnio de uma qualificação negativa perpétua.

Em segundo e principal lugar, o dia de hoje é importante porque abre um caminho para a convergência entre os que resistem ao rolo compressor do oficialismo - o PSDB com José Serra e o PV com Marina Silva. Temos em comum a recusa ao caminho personalista e autoritário. Rejeitamos a ideia de que esse caminho seja o único capaz de trazer progresso econômico e bem-estar social. Sabemos que, juntamente com o que de positivo possa haver sido alcançado nos últimos oito anos, houve também a penetração avassaladora de interesses partidários na administração pública. Também nela penetraram os interesses de grandes empresas, fundos de pensão e sindicatos. São esses os atores que, em aliança oportunista, dão sustentação à ideia de que é o Estado o motor do crescimento econômico. Os que resistem ao rolo compressor acreditam que o

antídoto para esses males é o fortalecimento das instituições, o respeito às regras legais e a afirmação de lideranças que não dividam o País entre "eles" - os maus - e "nós" - os bons.

Não é pouca coisa, portanto, o que está em jogo. Segundo o mantra oficial, a disputa política estaria resumida a dois blocos. No primeiro estariam os que estão comprometidos com o interesse popular, com o bem-estar social e com a defesa dos interesses nacionais pelo Estado. No segundo, os "moralistas", que só se preocupam com o mundo das leis e com a honestidade na política porque já estão bem na vida. Vencendo o primeiro, o povo se beneficiaria com a distribuição de renda, as bolsas, emprego abundante, etc., e o País, com mais investimento e com a ação estatal para incentivar a economia. Vencendo o segundo, prevaleceriam os interesses dos que não olham para "o andar de baixo", na metáfora expressiva, embora incorreta, e podem se dar ao luxo de exigir formas corretas de conduta.

É preciso recusar essa visão distorcida do País. Na verdade, ele tem vários andares, e um ou mais elevadores que sobem e descem. Há mobilidade social e mobilidade política. O que hoje pode ser visto como "moralismo" amanhã pode tornar-se aspiração de todos os andares. É esta a batalha a ser travada. Não denunciamos a corrupção, o clientelismo e a ineficiência por "moralismo", mas, sim, para mostrar, em nome da justiça social, o quanto os andares de baixo perdem com a ineficiência, a corrupção e o clientelismo. Não aceitamos que os defensores do patrimônio público ou os que denunciam o abuso do poder político sejam, por isso, chamados de elitistas. Haverá mais, e não menos, inclusão social e desenvolvimento, quanto mais eficiência houver no governo e decência, na vida pública.

A votação de hoje provavelmente nos levará ao segundo turno. Nele será indispensável mostrar que o PSDB não apenas foi decente, como também fez muito pelo social quando foi governo. A começar pela estabilização, que é obra do nosso governo. Fez e está credenciado a fazê-lo novamente, junto com Marina, porque sabe que não há desenvolvimento de longo prazo sem sustentação ambiental.

Sem se arvorar em ser o único portador desses valores, é isto que Serra representa: a recusa da confusão entre malandragem e proximidade com o povo, entre abuso estatal no controle da economia e ação vigorosa do governo no manejo das políticas econômicas e sociais. O dia é hoje, a hora é agora, para começar a construir um futuro melhor: o País merece um segundo turno no qual o confronto aberto entre os contendores dê aos eleitores a oportunidade de ver as diferenças entre os caminhos propostos, encobertas até aqui pela rigidez das máscaras mercadológicas.

ANEXO 3 - Lunetas novas?

FHC, 07 de novembro de 2010

A abertura da economia no início dos anos 1990, depois das crises do petróleo e ainda em meio ao longo processo inflacionário que se seguiu, não desencalhou o barco de nossa economia. Os mares do mundo batiam no casco, mas ele continuava adernado. Só depois de controlarmos a inflação, quando eu ainda era ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, e depois que saneamos os ralos que corroíam as finanças públicas e levantamos as âncoras que nos mantinham estagnados - com a atração de capital privado para setores antes monopolizados pelo Estado - é que o navio começou a andar. No começo timidamente, usufruindo as benesses de uma base agrícola poderosa e de uma indústria criada no passado.

Com a volta dos capitais e dos investimentos, começamos a navegar com maior desenvoltura. Por exemplo: em 1995, havia montadoras de veículos somente em São Paulo e Minas; em 2002, não só estas tinham aumentado a produção, como também outras se haviam espalhado pelo País, no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Rio de Janeiro, em Goiás e na Bahia. Outro exemplo: em 1995, a Petrobrás não chegava a produzir 700 mil barris/dia; em 2002, ultrapassou 1,5 milhão de barris. E assim por diante, sem esquecer a expansão das telecomunicações, da indústria aeronáutica ou mesmo da indústria naval, que começou a tomar ímpeto em 1999 com a encomenda pela Petrobrás de 22 navios.

Daí em diante nossa economia não parou de crescer, apesar das crises financeiras, que só deixaram de nos golpear em 1996 e em 2000. No período presidencial seguinte, o crescimento se acelerou. Não apenas porque o barco se tornou mais potente, uma vez mantido o rumo anteriormente traçado, mas também porque as águas do mar se encheram, pela bonança internacional entre 2003 e 2008. Junto com o crescimento deu-se a redução da pobreza. O efeito estabilizador do Plano Real reduziu a proporção de pobres de 40% para cerca de 30% da população total. No período presidencial seguinte, nova redução, para aproximadamente 20%. A redução da pobreza não foi resultado automático do crescimento. Políticas também foram adotadas com esse fim. Exemplo: o aumento real do salário mínimo, de 48% entre 1995 e 2002 e de 60% nos oito anos posteriores.

Em mares de almirante, com vento a favor, todos os barcos passaram a andar com velocidades maiores. Medido pelo aumento da renda per capita, andamos relativamente para trás: ocupávamos a 68.^a posição no mundo, na década anterior, e nesta retrocedemos à 72.^a.

Mas o atual comandante do barco, embriagado pelos êxitos, confundiu-se: atribuiu a si o aumento do nível das águas. Pior, conseguiu convencer os marinheiros de que fazia milagre e se tornou "mito". Agora, mais grisalho e quase aposentado, deixa o leme para uma companheira fiel. E será ela quem precisará usar lunetas para ver mais longe. Haverá tempestades ou bonança? Em qualquer

caso, como anda o casco do navio? Que fazer para repará-lo? Ou para melhorar o desempenho do navio? Poderá continuar avançando sozinha ou dará a mão aos demais marinheiros? E as máquinas, seguirão a todo vapor sem algum ajuste ou será melhor evitar que a pressão as faça estourar? Acirrará ânimos e seguirá em frente até bater nalgum rochedo ou será providente e ouvirá outras vozes que não sejam as das estrelas? São questões cujas respostas estão em aberto.

E há outras perguntas, de ordem estratégica, que precisarão ser respondidas. Para começar, como será o mundo dos próximos 20 anos? Tudo indica que nele as economias emergentes, e especialmente as dos Brics, ocuparão maior espaço. Mas qual desses países crescerá mais depressa? China e Índia são, neste caso, nossos competidores mais diretos, embora haja também complementaridades entre nossas economias. Estaremos condenados a, pouco a pouco, voltar à condição de provedores de alimentos e de matérias-primas para os países-monstros, que têm territórios com pouca possibilidade de expansão agrícola? Não necessariamente. Mas para evitar esse destino teremos de definir políticas que aumentem a nossa capacidade de inovar e competir. Não só na área fiscal, não só na tributária e na trabalhista, mas também na de educação, ciência e tecnologia. Sem isso será difícil ter uma indústria globalmente competitiva.

Em 2030 deveremos ter uma população em idade ativa da ordem de 150 milhões de pessoas. Sem uma indústria com musculatura e cérebro para enfrentar a competição global será impossível gerar empregos na qualidade e quantidade que necessitamos. Sem os empregos e a renda necessários o País corre o risco de se tornar "velho" antes de ficar rico. Precisamos aproveitar a nossa janela de "oportunidade demográfica", que se fechará a partir de 2030, para dar um salto em nossa capacidade de produção de riquezas. E para melhor distribuí-las também. E isso depende mais de uma verdadeira revolução educacional que da expansão do Bolsa-Família e outros programas assistenciais.

Como compatibilizar as necessárias taxas de crescimento da economia com os indispensáveis requisitos de respeito ao meio ambiente, de combate ao aquecimento global, e assim por diante? Estaremos dispostos a pensar com maior profundidade sobre como conservar uma matriz energética que utiliza fontes renováveis? Neste contexto, e atentos às questões de custos para o País, introduziremos maior racionalidade na discussão do pré-sal ou continuaremos a fingir que se trata de um Fla-Flu entre "patriotas" e "entreguistas"?

Por fim, nunca é demais lembrar: que papel o Brasil desempenhará no mundo, continuaremos indiferentes diante de vários autoritarismos e desrespeitos aos direitos humanos ou nos comprometeremos crescentemente com formas democráticas de convívio? Quem viver verá. No entretanto, é melhor manter um otimismo cauteloso e, sem embarcar em ufanismos enganosos, acreditar que a vitalidade dos brasileiros (vista uma vez mais na reafirmação democrática do pluralismo eleitoral recente) nos levará a melhores rumos.

ANEXO 4 - Silêncios que falam

FHC, 06 de março de 2011

Desde quando vivi de muito perto a experiência da "revolta dos estudantes" de maio de 1968 em Paris, comecei a duvidar das teorias que aprendera sobre as mudanças sociais no mundo capitalista. Estas estavam baseadas na visão da História como uma sucessão de lutas entre as classes sociais visando ao controle do Estado para, por intermédio dele, seja manter a dominação de classes, seja destruir todas elas e construir a "sociedade do futuro" sem classes e, portanto, sem que os partidos tivessem função relevante. A qual seria crucial, na visão dos revolucionários do século 20 de inspiração leninista, apenas na "transição", quando se justificaria até mesmo a ditadura do proletariado, exercida pelo partido.

Pois bem, nas greves estudantis da Universidade de Paris, em Nanterre e na Sorbonne (assim como nos câmpus universitários americanos, com outras motivações), que acabaram por contaminar a França inteira e repercutiram pelo mundo afora, vi, perplexo, que as palavras de ordem não falavam em "anti-imperialismo" e só remotamente mencionavam os trabalhadores, mesmo quando estes, atônitos, entravam nos auditórios estudantis "ocupados" pelos ativistas jovens. Falava-se em liberdade, em ser proibido proibir, em amor livre, em valorizar o indivíduo contra o peso das instituições burocratizadas, e assim por diante. É verdade que nas passeatas havia bandeiras negras (dos velhos anarquistas) e vermelhas (dos bolcheviques). Faltavam os símbolos do novo e mais, na confusão ideológica geral, pouco se sabia sobre o que seria novo nas sociedades, isto é, nas estruturas sociais, do futuro. Por outro lado, o estopim da revolta não foram as greves trabalhistas, que ocorreram depois, nem choques no plano institucional, mas pequenos-grandes anseios de jovens universitários que, como num curto-circuito, incendiaram o conjunto do país.

Só que, logo depois, De Gaulle, vendo seu poder posto à prova, foi buscar apoio nos paraquedistas franceses sediados na Alemanha e, com a cumplicidade do Partido Comunista, restabeleceu a antiga e "boa" norma. Por que escrevo essas reminiscências? Porque desde então o mundo mudou muito, principalmente com a revolução informática. Crescentemente as "ordens estabelecidas" desmoronam sem que se perceba a luta entre as classes. Foi assim com o desmoronamento do mundo soviético, simbolizado pela queda do Muro de Berlim. Está sendo assim hoje no norte da África e no Oriente Médio. Cada vez mais, em silêncio, as pessoas se comunicam, murmuram e, de repente, se mobilizam para "mudar as coisas". Neste processo, as novas tecnologias da comunicação desempenham papel essencial.

Até agora, ficaram duas lições. Uma delas é que as ordens sociais no mundo moderno se podem desfazer por meios surpreendentes para quem olha as coisas pelo prisma antigo. A palavra, transmitida a distância, a partir da soma de impulsos que parecem ser individuais, ganha uma força sem precedentes. Não se trata do panfleto ou do discurso revolucionário antigo nem mesmo de consignas, mas de reações racionais-emocionais de indivíduos. Aparentemente isolados, estão na

verdade "conectados" com o clima do mundo circundante e ligados entre si por intermédio de redes de comunicação que se fazem, desfazem e refazem ao sabor dos momentos, das motivações e das circunstâncias. Um mundo que parecia ser basicamente individualista e regulado pela força dos poderosos ou do mercado de repente mostra que há valores de coesão e solidariedade social que ultrapassam as fronteiras do permitido.

Mas ficou também a outra lição: a reconstrução da ordem depende de formas organizacionais, de lideranças e de vontades políticas que se expressem de modo a apontar um caminho. Na ausência delas, volta-se ao antigo - caso De Gaulle - ou, na iminência da desordem generalizada, há sempre a possibilidade de um grupo coeso e nem sempre democrático prevalecer sobre o impulso libertário inicial. Noutros termos: recoloca-se a importância da pregação democrática, da aceitação da diversidade, do direito "do outro".

Talvez seja este o enigma a ser decifrado pelas correntes que desejem ser "progressistas" ou "de esquerda". Enquanto não atinarem ao "novo" nas circunstâncias atuais - que supõe, entre outras coisas, a reconstrução do ideal democrático à base da participação ampliada nos circuitos de comunicação para forçar maior igualdade -, não contribuirão para que a cada surto de vitalidade em sociedades tradicionais e autocráticas surjam de fato formas novas de convivência política. Agora mesmo, com as transformações no mundo islâmico, é hora de apoiar em alto e bom som os germens de modernização, em vez de guardar um silêncio comprometedor. Ou, pior, quebrá-lo para defender o indefensável, como Hugo Chávez ao dizer "que me conste, Kadafi não é assassino". Ou como Lula, que antes o chamou de "líder e irmão"! Para não falar dos intelectuais "de esquerda" que ainda ontem, quando eu estava no governo, viam em tudo o que era modernização ou integração às regras internacionais da economia um ato neoliberal de vende-pátria. Exigiam apoio a Cuba, apoio que não neguei contra o injusto embargo à ilha, mas que não me levou a defender a violação de direitos humanos. Será que não se dão conta de que é graças ao maior intercâmbio com o mundo - e principalmente com o mundo ocidental - que hoje as populações do norte da África e do Oriente Médio passam a ver nos valores da democracia caminhos para se libertarem da opressão? Será que vão continuar fingindo que "o Sul", nacional-autoritário, é o maior aliado de nosso desenvolvimento, quando o governo petista busca, também, maior e melhor integração do Brasil à economia global e ao sistema internacional, sem sacrifício dos nossos valores mais caros?

Há silêncios que falam, murmuram, contra a opressão. Mas há também silêncios que não falam porque estão comprometidos com uma visão que aceita a opressão. Não vejo como alguém se possa imaginar "de esquerda" ou "progressista" calando no momento em que se deve gritar pela liberdade.

ANEXO 5 - Novos desafios

FHC, 05 de junho de 2011

Passados os momentos de euforia por haveremos ingressado no clube dos que tomam decisões no mundo (e não nos esqueçamos de que o G-20 começou como encontro entre ministros da Fazenda quando Pedro Malan ainda exercia a função), começam as dores de cabeça e as indefinições criadas pela nova situação. Se a estas juntarmos as advindas da política doméstica, não são poucos os enigmas e incertezas que temos pela frente.

O mundo está se reordenando. A liderança norte-americana, com Barack Obama, evita a arrogância e começa a aceitar novas parcerias. Ainda agora, ao proclamar que a melhora de posição dos Brics e dos demais países emergentes não põe a perigo a predominância anglo-saxã, não disse isso como ameaça, mas como conselho aos seus: não temam o que está surgindo porque surgirá de qualquer modo e é melhor ter aliados do que inventar inimigos. Diante dos novos atores políticos no Norte da África e no Oriente Médio, a atitude americana está sendo marcada por um encorajamento democrático discreto como há tempos não víamos. É cedo para saber até onde irá esse bafejo de idealismo pragmático e também para ver até que ponto evoluirá a situação dos países recém-ansiosos por liberalização.

De qualquer modo, a situação internacional é distinta daquela aterradora da era Bush. O que não quer dizer que o futuro será melhor. Depende de muita coisa. De os Estados Unidos superarem a crise financeira, pois o desemprego continua enorme e o gasto público, descontrolado. De a Europa mostrar ser capaz de suportar as agruras de uma austeridade "germânica" sem romper a coesão social produzida pelo modelo democrático e próspero sonhado pela União Europeia. De a China continuar a crescer e dar pitadas de bem-estar ao povo. Mesmo que tudo isso se realize da melhor maneira, sobram dúvidas.

Que farão EUA e China, gigantes em comparação com as demais economias e Estados em expansão, jogarão como um duo gestor do mundo? Haverá um G-2 com suas economias complementares impondo seus interesses ao conjunto do planeta? Ou, então, EUA e Europa imporão seu predomínio, como tentam fazer agora na sucessão do FMI? E nós nisso tudo?

As incertezas pesam e tornam necessárias estratégias de convergência doméstica e lucidez para organizar alianças internacionais. Dado o caráter dos interesses globais, que ora unem, ora repelem alianças entre os Três Grandes, o necessário é que participemos da grande cena mundial sem ilusões ideológicas e com muita coesão interna. Para tanto precisamos de uma estratégia consensual e de determinação política. Estratégia consensual não é um "projeto nacional", expressão que, em geral, significa o Estado conduzindo o povo para objetivos definidos por um partido ou um grupo de ideólogos. Não é disso que precisamos, mas de um consenso enraizado na sociedade sobre questões decisivas, sem supor adesão a governos nem oposições aquietadas.

Com a globalização os condicionantes geográficos não nos limitam, como no passado. Não há por que nos cingirmos ao "Ocidente", ao Hemisfério ou mesmo à América do Sul. Mas temos outros condicionantes. A demografia impõe-nos desafios, com o crescimento da população adulta e idosa. Há que criar empregos de qualidade para sustentar tal tipo de população. É certo também que aprendemos a amar a liberdade e a desejar uma sociedade com crescente participação de todos no bem-estar e nas decisões. Por fim, os imperativos de preservação do meio ambiente e da criação de uma economia baseada em energias de baixo consumo de carbono são onipresentes.

Não adianta sonhar com o "estilo chinês" de crescimento, pois o afã de liberdade e consumo impede tal proeza. Nem imaginar que a expansão econômica baseada na exportação de minérios e produtos alimentícios gerará, por si só, a quantidade e a qualidade de valor agregado necessário para distribuir melhor o bolo, que é o que queremos. Tampouco faz sentido limitarmos nossas alianças a este ou àquele parceiro: elas deverão ser com quem nos ofereça vantagens de conhecimento (tecnológico, científico, organizacional) que permitam nos apropriarmos do que de melhor há no mundo. É imperativo inovar, não abrir mão da indústria e oferecer serviços em quantidade e qualidade em saúde, educação, transportes, finanças, etc. Aproveitar, mas ir além do que as commodities nos permitem alcançar. Nosso caminho será o da democracia. Ela não é um obstáculo. É parte inseparável do desenvolvimento, como valor e como "método". Por isso é preciso aumentar a transparência das decisões e debater com o País os passos decisivos para o futuro.

É aí que pecamos. Desde o governo Lula, a modo do autoritarismo militar, as decisões fundamentais são tomadas sem debate pelo Congresso e pelo País (mudança da Lei do Petróleo, decisões na política energética, especialmente na nuclear, reaparelhamento militar, não decisões sobre a infraestrutura por medo das privatizações, ou pior, decisões com abuso de subsídios, como no caso do trem).

Quando o governo da presidente Dilma parecia dar passos certos para ajustar a política internacional e começava a permitir que o debate sobre as grandes questões nacionais se deslocasse do plano miúdo das divergências eleitorais, vem de novo "seu mestre" (que prometera ficar calado como ex-presidente) e joga em solo corriqueiro as questões políticas. Em vez de se preocupar com a veracidade do que transpareceu, acusa irresponsavelmente o PSDB pelo vazamento de informações relativas à evolução patrimonial do principal ministro do governo. E passa a operar a disputa por cargos e troca de votos no Congresso, ofuscando sua sucessora. Em vez de um passo à frente, mais um passo atrás no amadurecimento da sociedade e da política, que volta a se apequenar no jogo rasteiro de chantagens e pressões. No lugar de o líder sustentar valores, temos o retorno da metamorfose ambulante operando com o costumeiro desdém aos princípios.

Assim será difícil uma nação com tantas virtudes alcançar a maturidade que as condições materiais começam a tornar possível. É preciso ter lideranças à altura se quisermos jogar na grande cena mundial. Presidente Dilma: não desperdice sua chance!

ANEXO 6 - Crer e perseverar

FHC, 05 de fevereiro de 2012

Nas duas últimas semanas apareceram alguns artigos na mídia que ressaltam o silêncio das oposições como um risco para a democracia. É inegável que está havendo uma "despolitização" da sociedade não só no Brasil, mas em geral. O "triunfo do mercado" levou às cordas as colorações políticas. Parece que tudo se deve medir pelo crescimento do PIB. Nos países bem-afortunados, ainda que cheios de "malfeitos", não há voz que ressoe contra os governos. Nos que caem em desgraça sem terem feito a "lição de casa" - sem terem gerado um "superávit primário" -, aí sim, os governos em exercício pagam o preço. Caem porque são vistos como incapazes de assegurar o bom pagamento aos mercados. Não importa ser de coloração mais progressista ou mais conservadora. Caem sem que tenha havido um debate político-ideológico que mostre suas fraquezas eventuais, mas porque o rancor das massas gerado pelo mal-estar econômico-financeiro se abate sobre os líderes do momento.

O Brasil esteve até agora ao abrigo da tempestade que desabou sobre os mercados dos Estados Unidos e da Europa. Por mais que nossos governos errem, os decibéis das vozes opositoristas são insuficientes para comover as multidões. Pior ainda quando essas vozes estão roucas ou preferem sussurrar. Como entramos em céu de brigadeiro a partir de 2004, tanto pela virtude do que fizemos na década anterior como pelos acertos posteriores e graças à ajuda dos chineses, fazer oposição tornou-se um ato de contrição.

Mas que importa? Também era assim no período do milagre dos anos 1970, durante o regime militar. A oposição nada podia esperar, a não ser censura, cadeia ou tortura. Não obstante, não calou. Colheu derrotas eleitorais e políticas, resistiu até que, noutra conjuntura, venceu. Hoje a situação é infinitamente mais fácil e confortável. Só que falta, o que antes sobrava, a chama de um ideal: queríamos reabrir o sistema político. Hoje o que queremos? Ganhar as eleições? Mas para quê?

Eis o enigma. Não faltam candidatos. Ainda recentemente, em conversa analítica que fiz com uma jornalista da The Economist, ressaltai que há vários, e não só no PSDB. Neste o mais conhecido e denso, José Serra, amadurecido por êxitos e derrotas, não conseguiu deixar clara em 2010 sua mensagem, embora tenha obtido 44% dos votos. O isolamento em que sua campanha ficou, dadas as dissonâncias internas do PSDB e as dificuldades para fazer alianças políticas, impediu a vitória. Se o candidato tivesse expressado com mais força as suas convicções, mesmo desconsiderando o que as pesquisas de opinião indicavam ser a demanda do eleitorado, poderia ter sensibilizado as massas.

Quem sabe por este caminho se decifre o enigma: falar à sociedade, com força e veemência, tudo o que se sente, inclusive a indignação pela corrupção, pela incompetência administrativa e, sobretudo, pelo escândalo de uma sociedade que se faz mais rica com um governo que distribui muito pouco, faz propaganda do que não

concretizou inteiramente e coloca no altar os "vencedores", mesmo quando estes ganham à custa do dinheiro do povo, que paga impostos cada vez mais regressivos.

Outro, mais óbvio provável candidato, graças à posição eleitoral dominante em seu Estado e ao seu estilo de fazer política, Aécio Neves, está em fase de teste: transmitirá uma mensagem que salte os muros do Congresso e chegue às ruas? Encarnará a mudança com a energia necessária e o desprendimento que é o motor da ousadia, arriscando-se a dizer verdades inconvenientes, e aparentemente custosas eleitoralmente, para que o povo sinta que existe "outro lado" e confie nele para abrir perspectivas melhores?

Refiro-me aos dois por serem os mais cogitados no momento. Não são os nomes que importam agora, mas a disposição de correr riscos e de sair da armadilha da briga partidário-eleitoral para entrar na grande cena da opinião pública e - façamos a distinção - da opinião popular. É evidente que o governo, qualquer governo, leva vantagens, principalmente desde que o lulopetismo instalou a regra de que tudo vale para manter o poder: clientelismo, propaganda abusiva, uso continuado da máquina pública, etc. Entretanto, também no regime militar o governo levava vantagens. Mas nós lutávamos não para ganhar no dia seguinte, mas para criar um horizonte de alternativas.

A elucidação do enigma requer perseverança e coragem. Eu ganhei duas eleições no primeiro turno contra Lula porque tinha uma mensagem: a da estabilização da economia com o Real e o início da distribuição de rendas. Mesmo sem propagandear, a pobreza deixou de atingir mais de 15 milhões de pessoas com a estabilização dos preços e a política de aumentos reais do salário mínimo, que começou em 1994. Não foi fácil ganhar os apoios para pôr em ação o Plano Real, precisei brigar muito. Lula ganhou porque pregou, no início no deserto, ser ele o portador da mensagem que levaria a um mundo melhor. Perseverou, rodou o Brasil, abandonou a tribuna parlamentar e, no começo, desprezou a mídia. Mostrou-se audacioso, desprendido e generoso. Se sinceramente ou não, é outra questão: a Carta aos Brasileiros está à disposição dos historiadores para que julguem. Mas o povo acreditou.

É esta a verdadeira questão da oposição, e deveria ser a preocupação dos pré-candidatos: mergulhar nos problemas do povo, falar de modo simples o que sentem e o que se pode fazer. Sem meias palavras e sem insultos. Sem falácia, com muita convicção. Politizar a cena pública para assegurar a democracia. Dizer quem é bom, ou melhor, o que é bom e o que é mau. Mas dizer nas universidades, nas organizações populares, nas associações profissionais, nas pequenas e médias cidades. Preparar nelas a mensagem - o discurso - para mais tarde falar com credibilidade na grande cena nacional.

Quem o fizer terá chances de ser o candidato da oposição e, eventualmente, ganhar as eleições. Isso independe de manobras de cúpula, simpatias e interesses menores.

Não se pense que nossa realidade será sempre o que hoje parece ser: uma sociedade conformada, legendas eleitorais disputando mordomias no dá-cá-toma-lá entre governo e congressistas e a voz do governo a tonitruar como um trovão divino,

a que todos se curvam prestimosos. É só mudar a conjuntura e a cena muda, se a oposição apresentar alternativas. Mesmo que não mude, nada deve alterar nossos valores e convicções. Continuemos com eles, pois "água mole em pedra dura tanto bate até que fura".

ANEXO 7 - Pessoas e histórias

FHC, 03 de fevereiro de 2013

Após os dias tórridos da passagem do ano, São Paulo tornou-se mais amena. As férias escolares, o trânsito menos atormentado, os cinemas mais vazios e a temperatura agradável convidavam ao lazer. Assisti a um filme admirável, *Amour*, no qual dois atores, Emmanuelle Riva e Jean-Louis Trintignant, dirigidos por Michael Haneke, desenvolvem a trama do relacionamento de um casal de velhos músicos que leva uma vida confortável para os padrões europeus, embora sem serviços domésticos e isolado dos familiares. Além do mais, contratempos na velhice podem ser sofridos. O derrame da senhora não abala a ternura do marido. Mas o cotidiano é duro: ela tem de ir ao banheiro carregada, o marido tem de lhe dar de comer na boca, etc. Diante da piora da saúde da mãe a filha tem dificuldades para entender e lidar com a situação, denotando mais angústia do que afeição e, quiçá, alguma preocupação material com o que possa sobrar. O genro é insuportável e os netos nem aparecem. Resultado: os dois velhos vão se consumindo num mundo que é só deles, entre boas recordações e desespero, até um derradeiro gesto de amor.

São assim as relações humanas. Ambíguas, cambiantes, cheias de paixão e ódio. Mas em cada geração, mesmo na tensão e na discórdia, um entende a linguagem do outro. A vivência das mesmas situações cria referências culturais que acolchoam a razão. Foi sob o impacto emocional de *Amour* que participei de um jantar com o casal Grécia e Roberto Schwarz, amigos de mais de 50 anos. De tempos em tempos nos vemos, mantendo a amizade, embora no campo político estejamos apartados.

Por coincidência, no dia aprazado para o jantar, José Serra (outro amigo com quem convivo há mais de cinco décadas) marcara um encontro em minha casa. Minhas conversas com Serra são longas, de horas a fio. E raramente terminam no mesmo dia, posto que não seja notívago. Serra chegou indisposto. Imaginei que a conversa seria amarrada. Mas logo, com franqueza suficiente para cada um saber o que o outro pensa, fluiu bem. De repente olhei o relógio e adverti: daqui a pouco chegará o Roberto. Serra permaneceu.

No jantar, num restaurante, começamos a conversa lembrando um amigo comum, Albert Hirschman. O grande intelectual recentemente falecido teve influência enorme sobre todos nós, como pessoa e como intelectual, o que tornava amena a conversa. Ele era uma espécie de renascentista contemporâneo, bricoleur de palavras e ideias, que não apreciava as "grandes teorias", mas que com suas miniaturas lançava luz sobre a história e a natureza dos conflitos sociais e humanos.

Passado o momento de convergências Roberto me perguntou: "Quando vocês (em tese) eram socialistas, o que queriam e no que acreditavam?". Respondi: nosso objetivo era maior igualdade, o meio para isso seria eliminar a apropriação privada dos meios de produção, tudo o mais era secundário, mesmo a liberdade. Pensei comigo: havia variações na esquerda, os trotskistas há muito denunciavam o terror stalinista, embora alguns de seus líderes também o tivessem praticado; a

"esquerda democrática", mais liberal, não era comprometida com práticas contra a liberdade.

Fiquei pensando: o que tem a ver esta discussão com os dias atuais? Quem ainda pensa em "controle coletivo" dos meios de produção? Só mesmo os nacional-desenvolvimentistas que amam o capitalismo dirigido e identificam o Estado com o coletivo, mas nem por isso são de esquerda.

Noutro momento, Roberto, mais fiel às teses clássicas da esquerda, comentou: "Você não acha que mesmo sem referência explícita às classes sociais e suas lutas elas existem e é preciso uma teoria que as situe em função da forma contemporânea de acumulação de capital, inclusive na China?". Respondi: acho, sim, mas teria de ser proposta uma nova teoria geral do capital e das relações de produção, pois a globalização alterou muita coisa.

Não parece que a oposição burguesia/proletariado tenha a vigência que teve no passado. A dissolução do conceito de classe nas "categorias de renda" chamadas classes A, B, C, D, ou nesta "nova classe média", dificilmente se sustenta teoricamente, acrescentei. Outra vez, olhando a atualidade, quem, na esquerda, no centro, na direita, ou seja, em qualquer lugar do espectro político vigente, pensa nessas questões? O governo do PT é o primeiro a se jactar da expansão das "novas classes médias" e a comemorar os êxitos do capitalismo, ficando envergonhado quando o "pibinho" parece comprometê-los.

Passando de considerações abstratas para terrenos mais concretos, Serra criticou duramente a desindustrialização em curso, os desmandos na administração pela penetração de interesses políticos e clientelísticos, enfim, a condução do PT. Ao que Roberto redarguiu como era de esperar: "Mas houve avanços sociais inegáveis". E eu acrescentei que começaram no meu governo... "Está bem", disse, "mas ganharam maior dimensão com o PT. Vejam o acesso às universidades com as cotas."

Por fim, xeque-mate: e o mensalão? Ah, mas é a "direita" que se regozija com as condenações, embora sem elas a Justiça estivesse comprometida. Serra, mais incisivo: "E o PT é 'de esquerda'?". Silêncio geral. As categorias com que concordávamos nos inibiam de classificar partidos atuais na escala antiga na qual fôramos formados.

Pode parecer que o desentendimento era geral. Mas, não. Conversávamos como quem vivera uma mesma história política e cultural. Era um diálogo entre pessoas da mesma geração, apesar das discordâncias eventualmente existentes. Será que o tipo de diálogo que tivemos faz sentido para as novas gerações? Ou Fernando Gabeira tem razão: as diferenças contemporâneas são comportamentais (ser ou não evangélico, aceitar ou não o casamento gay, ser "verde" ou "jurássico", etc.)? O diálogo caloroso e, para nós, interessante, que nos levou insensivelmente a recuar no tempo terá algum sentido para as novas gerações ou, para elas, nós seremos "os outros"?

ANEXO 8 - Beijar a cruz

FHC, 02 de junho de 2013

Já passou da hora de o governo do PT beijar a cruz. Afinal, muito do que ele renegou no passado e criticou no governo do PSDB passou a ser o pão nosso de cada dia da atual administração. A começar pelos leilões de concessão para os aeroportos e para a remodelação de umas poucas estradas.

No início procuravam mostrar as diferenças entre "nós" e "eles", em seu habitual maniqueísmo. "Nossos leilões", diziam, visam a obter a menor tarifa para os pedágios. Ou, então, afirmavam: nossos leilões mantêm a Infraero na administração dos aeroportos. Dessas "inovações" resultou que as empresas vencedoras nem sempre foram as melhores ou não fizeram as obras prometidas. Pouco a pouco estão sendo obrigados a voltar à racionalidade, como terão de fazer no caso dos leilões para a construção de estradas de ferro, cuja proposta inicial assustou muita gente, principalmente os contribuintes. Neles se troca a vantagem de a privatização desonerar o Tesouro pela obsessão "generosa" de atrair investimentos privados com o pagamento antecipado pelo governo da carga a ser transportada no futuro...

Ainda que renitente em rever acusações feitas no passado (alguns insistem em repeti-las), a morosidade no avanço das obras de infraestrutura acabará por levar o governo petista a deixar de tentar descobrir a pólvora. Já perdemos anos e anos por miopia ideológica. O PT não conseguiu ver que os governos do PSDB simplesmente ajustaram a máquina pública e as políticas econômicas à realidade contemporânea, que é a da economia globalizada. Tomaram a nuvem por Juno e atacaram a modernização que fizemos como se fosse motivada por ideologias neoliberais, e não pela necessidade de engajar o Brasil no mundo da internet e das redes, das cadeias produtivas globais e de uma relação renovada entre os recursos estatais e o capital privado.

Sem coragem para fazer autocrítica, o petismo foi pouco a pouco assumindo o programa do PSDB e agora os críticos do mais variado espectro cobram deste o suposto fato de não ter propostas para o Brasil... Entretanto, a versão modernizadora do PT é "envergonhada". Fazem mal feito, como quem não está gostando, o que o PSDB fez e faria bem feito, se estivesse no comando.

Agora chegou a vez dos portos. Alberto Tamer - e presto homenagem a quem faleceu deixando um legado de lucidez em suas colunas semanais -, na última crônica que fez no jornal *O Estado de S. Paulo*. Foi FHC que abriu os portos (17/2), recordava o esforço, ainda no governo Itamar Franco, quando Alberto Goldman era ministro dos Transportes, para dinamizar a administração portuária, abrindo-a à cooperação com o setor privado, pela Lei 8.630, de 1993. Caro custou tornar viável aquela primeira abertura quando eu assumi a Presidência. Foi graças aos esforços do contra-almirante José Ribamar Miranda Dias, com o Programa Integrado de Modernização Portuária, que se conseguiu avançar.

Chegou a hora para novos passos adiante, até porque o Decreto 6.620 do governo Lula aumentou a confusão na matéria, determinando que os terminais

privados só embarcassem "carga própria". Modernizar é o que está tentando fazer com atraso o governo Dilma Rousseff. Mas aos trancos e barrancos, sem negociar direito com as partes interessadas, trabalhadores e investidores, sem criar boas regras de controle público nem assumir claramente que está privatizando para aumentar a eficiência e diminuir as barreiras burocráticas. Corre-se o risco de repetir o que já está ocorrendo nos aeroportos e estradas: atrasos, obras mal feitas e mais caras, etc. No futuro ainda dirão que a culpa foi "da privatização"... Isso sem falar do triste episódio das votações confusas, tisanadas de suspeição, e de resultado final incerto no caso da última Lei dos Portos.

A demora em perceber que o Brasil estava e está desafiado a dar saltos para acompanhar o ritmo das transformações globais tem sido um empecilho monumental para as administrações petistas. No caso do petróleo, foram cinco anos de paralisação dos leilões. Quanto à energia em geral, a súbita sacralização do pré-sal (e, correspondentemente, a transformação da Petrobrás em executora geral dos projetos) levou ao descaso no apoio à energia renovável, de biomassa (como o etanol da cana-de-açúcar) e eólica. Mais ainda, não houve preocupação alguma com programas de poupança no uso da energia. Enfim, parecem ter assumido que, já que temos um mar de petróleo no pré-sal, para que olhar para alternativas?

Acontece, entretanto, que a economia norte-americana parece estar saindo da crise iniciada em 2007-2008 com uma revolução tecnológica (de discutíveis efeitos ambientais, é certo) que barateará o custo da extração dos hidrocarburetos e colocará novos desafios ao Brasil. A incapacidade de visão estratégica, derivada da mesma nuvem ideológica a que me referi, acrescida de um ufanismo mal colocado, dificulta redefinir rumos e atacar com precisão os gargalos que atam nossas potencialidades econômicas ao passado.

Não é diferente do que ocorre com a indústria manufatureira, quando, em vez de perceber que a questão é reengajar nossa produção nas cadeias produtivas globais e fazer as reformas que permitam isso, se faz uma política de benefícios esporádicos, ora diminuindo impostos para alguns setores, ora dando subsídios ocultos a outros, quando não culpando o desalinhamento da taxa de câmbio ou os juros altos (os quais tiveram sua dose de culpa) pela falta de competitividade de nossos produtos.

As dificuldades crescentes do governo em ver mais longe e administrar corretamente o dia a dia para ajustar a economia à nova fase do desenvolvimento capitalista global (como o PSDB fez na década de 1990) indicam que é tarde para beijar a cruz, até porque o petismo não parece arrependido. Melhor mudar os oficiais nas eleições de 2014.

ANEXO 9 - Sinais alarmantes

FHC, 01 de dezembro de 2013

Finalmente se fez justiça no caso do mensalão. Escrevo sem júbilo: é triste ver na cadeia gente que em outras épocas lutou com desprendimento. Eles estão presos ao lado de outros que se dedicaram a encher os bolsos ou a pagar suas campanhas à custa do dinheiro público. Mais melancólico ainda é ver pessoas que outrora se jogavam por ideais - mesmo que controversos - erguerem os punhos como se vivessem uma situação revolucionária, no mesmo instante em que juram fidelidade à Constituição. Onde está a revolução? Gesticulam como se fossem Lenines que receberam dinheiro sujo, mas o usaram para construir a "nova sociedade". Nada disso: apenas ajudaram a cimentar um bloco de forças que vive da mercantilização da política e do uso do Estado para se perpetuar no poder. De pouco serve a encenação farsesca, a não ser para confortar quem a faz e enganar seus seguidores mais crédulos.

Basta de tanto engodo. A condenação pelos crimes do mensalão deu-se em plena vigência do Estado de Direito, num momento em que o Executivo é exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), cujo governo indicou a maioria dos ministros do Supremo. Não houve desrespeito às garantias legais dos réus e ao devido processo legal. Então, por que a encenação? O significado é claro: eleições à vista. É preciso mentir, autoenganar-se e repetir o mantra. Não por acaso, a direção do PT amplifica a encenação e Lula diz que a melhor resposta à condenação dos mensaleiros é reeleger Dilma Rousseff... Tem sido sempre assim, desde a apropriação das políticas de proteção social até a ideia esdrúxula de que a estabilização da economia se deveu ao governo do PT. Esqueceram as palavras iradas que disseram contra o que hoje gabam e as múltiplas ações que moveram no Supremo para derrubar as medidas saneadoras. O que conta é a manutenção do poder.

Em toada semelhante, o mago do ilusionismo fez coro. Aliás, neste caso, quem sabe, um lapso verbal expressou sinceridade. "Estamos juntos", disse Lula. Assumiu meio de raspão sua fatia de responsabilidade, ao menos em relação a companheiros a quem deve muito. E ao País, o que dizer?

Reitero, escrevo tudo isso com melancolia, não só porque não me apraz ver gente na cadeia, embora reconheça a legalidade e a necessidade da decisão, mas principalmente porque tanto as ações que levaram a tão infeliz desfecho como a cortina de mentiras que alimenta a aura de heroicidade fazem parte de amplo processo de alienação que envolve a sociedade brasileira. São muitos os responsáveis por ela, não só os petistas. Poucos têm tido a compreensão do alcance destruidor dos procedimentos que permitem reproduzir o bloco de poder hegemônico; são menos numerosos ainda os que têm tido a coragem de gritar contra essas práticas. É enorme o arco de alianças políticas no Congresso cujos membros se beneficiam por pertencerem à "base aliada" de apoio ao governo. Calam-se diante do mensalão e das demais transgressões, como se o

"hegemonismo petista" que os mantém fosse compatível com a democracia. Que dizer, então, da parte da elite empresarial que se ceva dos empréstimos públicos e emudece diante dos malfeitos do petismo e de seus acólitos? Ou da outrora combativa liderança sindical, hoje acomodada nas benesses do poder?

Nada há de novo no que escrevo. Muitos sabem que o rei está nu e poucos bradam. Daí a descrença sobre a elite política reinante na opinião pública mais esclarecida. Quando alguém dá o nome aos bois, como, no caso, o ministro Joaquim Barbosa, que estruturou o processo e desnudou a corrupção, teme-se que, ao deixar a presidência do STF, a onda moralizante dê marcha à ré. É evidente, pois, a descrença nas instituições. A tal ponto que se crê mais nas pessoas, sem perceber que por esse caminho voltaremos aos salvadores da Pátria. São sinais alarmantes.

Os seguidores do lulopetismo, por serem crédulos, talvez sejam menos responsáveis pela situação a que chegamos do que os cínicos, os medrosos, os oportunistas, as elites interesseiras que fingem não ver o que está à vista de todos. Que dizer, então, das práticas políticas? Não dá mais! Estamos a ver as manobras preparatórias para mais uma campanha eleitoral sob o signo do embuste. A candidata oficial, pela posição que ocupa, tem cada ato multiplicado pelos meios de comunicação. Como o exercício do poder se confundiu, na prática, com a campanha eleitoral, entramos já em período de disputa. Disputa desigual, na qual só um lado fala e as oposições, mesmo que berrem, não encontram eco. E sejamos francos: estamos berrando pouco.

É preciso dizer com coragem, simplicidade e de modo direto, como fizeram alguns ministros do Supremo, que a democracia não se compagina com a corrupção nem com as distorções que levam ao favorecimento dos amigos. Não estamos diante de um quadro eleitoral normal. A hegemonia de um partido que não consegue deslindar-se de crenças salvacionistas e autoritárias, o acovardamento de outros e a impotência das oposições estão permitindo a montagem de um sistema de poder que, se duradouro, acarretará riscos de regressão irreversível. Escudado nos cofres públicos, o governo do PT abusa do crédito fácil que agrada não só aos consumidores, mas, em volume muito maior, aos audaciosos que montam suas estratégias empresariais nas facilidades dadas aos amigos do rei. A infiltração dos órgãos de Estado pela militância ávida e por oportunistas que querem beneficiar-se do Estado distorce as práticas republicanas.

Tudo isso é arquissabido. Falta dar um basta aos desmandos, processo que, numa democracia, só tem um caminho: as urnas. É preciso desfazer na consciência popular, com sinceridade e clareza, o manto de ilusões com que o lulopetismo vendeu seu peixe. Com a palavra as oposições e quem mais tenha consciência dos perigos que corremos.